

Instituto de Estudos Franceses da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

INTERCÂMBIO

n.º 12, 2007

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Publicação anual

Propriedade: Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto

Sede e Redação: Via Panorâmica, s/n – 4100 PORTO Portugal

DIRECTORA: **Maria do Nascimento Oliveira**

ORGANIZADORAS DO PRESENTE NÚMERO: Ana Paula Coutinho Mendes,
Maria de Fátima Outeirinho

Os artigos publicados nesta Revista são da exclusiva responsabilidade científica dos seus autores

ISSN 0873-366X

Depósito Legal N.º 4053390

Composição e impressão: Rainho & Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

Capa de Luís Mendes

Distribuição: Instituto de Estudos Franceses, Via Panorâmica, s/n, 4100 Porto, Portugal

ÍNDICE

Texto de apresentação	9
Ana Paula Coutinho e Maria de Fátima Outeirinho	
Lusitanistas e Francófonos: a “razão contraditória”	13
Álvaro Manuel Machado	
Un cas exemplaire de médiation culturelle:	
David Mourão-Ferreira	23
Daniel-Henri Pageaux	
Estudos literários franceses em Portugal:	
percursos entre o passado e o presente	33
Maria Hermínia Amado Laurel	
A historiografia francesa e as prisões	65
Maria José Moutinho Santos	
Stendhal em Portugal: ensino e recepção	71
Ofélia Paiva Monteiro	
Les études françaises à la FLUP mémoires et projections	83
Ana Paula Coutinho e Maria de Fátima Outeirinho	
Intercâmbio: Rétrospective et défis	95
José Domingues de Almeida	
La section d'études françaises de la FLUP.	
Perspectives francophones	99
Marie-Agnès Boxus	
A Formação de Professores de Francês dos Ensinos Básico e Secundário na FLUP: passado, presente, futuro	103
Rosa Bizarro e Fátima Braga	

O presente número é inteiramente dedicado à Jornada “O Intercâmbio Portugal – França: contributos da Universidade” que teve lugar a 28 de Outubro de 2004, na Faculdade de Letras do Porto, e que pretendeu ser também uma forma de homenagear o fundador e director desta revista, Prof. Doutor António Ferreira de Brito, entretanto aposentado.

Como organizadoras da Jornada, foi desde o início nossa convicção de que o seu tema central se justificava pelo menos a dois níveis:

1. O estudo da língua, da literatura e da cultura francesas, no seio da universidade portuguesa, apresenta um sentido redobrado no âmbito das suas relações com a língua, a literatura e cultura portuguesas. Embora a assimetria tenha prevalecido durante muito tempo nas relações culturais luso-francesas, parece inegável que a situação se tem alterado um pouco nos últimos anos, graças a esforços mais sistemáticos e planificados de ambos os lados. Por esse motivo, optámos por um termo que, correspondendo ao título desta publicação, que conta já com 14 anos de edição, traduz também, e deliberadamente, um espírito optimista.
2. O percurso académico do Professor Doutor Ferreira de Brito fez-se em larga medida sob este espírito da relação evidente entre as culturas portuguesa e francesa. Por isso mesmo, esta Homenagem não se prende a nenhuma exigência protocolar, mas radica no facto de existir uma ligação intrínseca entre uma reflexão, que julgamos cultural e institucionalmente oportuna, e um acto de reconhecimento que nos parece igualmente justo.

Com efeito, o Professor Doutor Ferreira de Brito, primeiro doutorado em Literatura Francesa na Faculdade de Letras do Porto, e o seu primeiro (e até agora único) catedrático, foi o grande impulsionador e referência central dos Estudos Franceses nesta Instituição, ao longo de mais de vinte anos. Nesse sentido, estamos certas de que a melhor homenagem que se lhe poderá sempre prestar é continuar o projecto e o trabalho já iniciados.

Assistimos actualmente a muitas mudanças, com a nossa participação nalguns casos, tanto a nível universitário como a nível social e de política geocultural. É completamente vão, se não mesmo impossível, conceber continuidades sem mutações. Qualquer presente ou qualquer futuro exigem não só uma simples refutação, mas também e sobretudo uma

reflexão a partir daquilo que se realizou até aqui, sob pena de perdermos tempo com experiências estéreis ou de falharmos oportunidades importantes. Facilmente se deduzirá que o espírito e a estrutura desta Jornada quiseram ir ao encontro desses princípios.

Tivemos connosco, alguns dos principais responsáveis dos Estudos Franceses na Universidade Portuguesa, bem como alguns dos mais activos e mais reputados estudiosos, a nível nacional e internacional, das relações Portugal-França que regularmente cruzaram a vida académica do Professor Ferreira de Brito, e que aceitaram partilhar connosco alguma da sua investigação e reflexão.

Esta jornada integrou uma mesa-redonda interdisciplinar onde participaram representantes de outras áreas do saber existentes na FLUP (Carlos Gonçalves – Sociologia; Maria José Moutinho Santos – História; Nicole Vareta – Geografia) mas também o adido cultural da França no Porto (Guy Lacroix) e o advogado e professor António Vilar.

Pudemos ainda contar com a presença do Senhor Cônsul de França no Porto, acabado de chegar à nossa cidade com uma enorme e decisiva missão: erguer um novo projecto de cooperação cultural com Portugal o qual funcionará como experiência-piloto para outros consulados ou embaixadas francesas no mundo.

Nós que, na Faculdade de Letras, somos os interlocutores ou os mediadores por excelência da língua e da cultura francesas, e mais amplamente das culturas francófonas, e que vimos encerrar um espaço (o Institut Français de Porto) que foi para todos nós (e para a vida cultural portuense) uma referência fundamental, não podemos senão desejar que este fim dum ciclo não signifique nem uma demissão nem uma retirada final da França da vida sócio-cultural do Porto e mesmo de Portugal. Ousamos dizer, sem qualquer hesitação, que essa seria uma atitude não apenas incompreensível como ainda estrategicamente errada. Nesse sentido, só podemos interpretar a presença do Senhor Cônsul como a manifestação de uma vontade clara da parte da França, e a nível oficial, de preparar também ela o presente e projectar o futuro, sem pura e simplesmente esquecer a História que une e responsabiliza os nossos dois países e as suas culturas.

Os textos contidos neste número dão claro testemunho desses laços. Na verdade, no estudo de Maria Hermínia Amado Laurel, procura-se reflectir de modo fundamentadamente retrospectivo e prospectivo sobre os estudos franceses em Portugal; Ofélia Paiva Monteiro, a partir da

sua experiência pessoal, como prestigiada docente e investigadora na universidade portuguesa, debruça-se especificamente sobre o estudo e recepção de Stendhal no nosso país; Daniel-Henri Pageaux destaca a acção de mediação cultural que um intermediário entre a cultura portuguesa e a cultura francesa – David Mourão-Ferreira – realiza através da tradução, da leitura e da crítica; Álvaro Manuel Machado reflecte sobre a “razão contraditória” que releva das relações entre Portugal e a França e lembra medianeiros, contemporâneos da cultura francesa em Portugal e da cultura portuguesa em França; Maria José Moutinho Santos, pelo seu testemunho pessoal, dá conta da importância da historiografia francesa não apenas na formação de historiadores portugueses como ainda na renovação da historiografia lusa.

O presente volume inclui, por fim, um registo da memória dos estudos franceses na Faculdade de Letras do Porto: desde a sua implementação, passando pelos colaboradores e docentes, preocupações curriculares e de formação, até aos eventos científicos e publicações. Registar a nossa história, reflectir a partir dela para constante e proficuamente nos redefinirmos no quadro das relações culturais da Universidade portuguesa com a francofonia, eis o desafio que elegemos e ao qual, certamente, a Secção de Estudos Franceses procurará sempre corresponder.

*Ana Paula Coutinho
Maria de Fátima Outeirinho*

LUSITANISTAS E FRANCÓFONOS: A “RAZÃO CONTRADITÓRIA”

Álvaro Manuel Machado
Universidade Nova de Lisboa

Permita-se-me, desde já, uma confissão (que a idade vai justificando...): a França, no seu todo de história, cultura e língua, é, porventura cada vez mais, o meu país de eleição – e digo-o (numa paráfrase camiliana) com coração, cabeça... e até estômago... Permita-se-me ainda acrescentar, em termos pessoais de carácter autobiográfico (embora, pelo menos por enquanto, não tenha a intenção, ou melhor, a pretensão de escrever as minhas memórias...): dei muito de mim à França e a França deu-me muito, mesmo quando, ao longo de dez longos anos de exílio parisiense, alguns choques culturais marcaram um quotidiano difícil, em vários sentidos, com alguns sobressaltos de amor-ódio.

Mas, como é óbvio, não estou aqui para falar de mim, embora o meu testemunho pessoal venha a propósito, como preâmbulo, justamente da “razão contraditória”... Ultrapassando agora o (vagamente) confessional e entrando no *vif du sujet*, talvez convenha, antes de mais, explicar a ideia de “razão contraditória” que norteia esta minha breve comunicação. Refiro-me ao livro de Jean-Jacques Wunenburger intitulado precisamente *La raison contradictoire – Sciences et philosophies modernes: la pensée du complexe*, datado de 1990 e publicado em Portugal pelo prestigiado Instituto Piaget, com o apoio do Ministério da Cultura francês. Professor de Filosofia na Universidade de Borgonha, director do Centro de Investigação sobre a Imagem, o Símbolo e o Mito, Wunenburger é especialista na área das relações entre razão e imaginário.

Ora, para lá mesmo do domínio geral da análise comparativista (ou comparatista, se preferirem), a que me consagro desde há mais de trinta anos e, no seu interior, do domínio específico da imagologia, tenho constatado que, se há relações entre dois países que, ao longo de séculos, relevam da “razão contraditória” são, precisamente, as relações entre Portugal e França. Sobretudo as do campo literário, com incidência particular na chamada “estética da recepção”, de fundamento imagológico, e dos seus reflexos na pesquisa universitária.

Mas vejamos primeiramente como define Wunenburger essa “razão contraditória”. Sem entrar em longas especulações de carácter propriamente filosófico, diria que Wunenburger analisa (e, de certo modo, defende) princípios de antagonismo e lógicas da contradição e do paradoxo, evidentes para lá do pensamento racional instituído. Princípios da complexidade humana em geral e das relações sócio-culturais entre os povos em particular, assim definidos:

É certo que o real se deixa domar e reconhecer pela representação mas, quaisquer que sejam a acuidade e a penetração da sua apreensão, o pensamento esbarra sempre num excedente, num resto, que o confunde. (...) Sempre que a razão crê ter apreendido, nas malhas dos seus nomes e dos seus conceitos, as pepitas de ouro disseminadas no fluxo incessante das coisas, nada mais retém que grãos de areia que se escoam entre as suas mãos (Wunenburger, 1995: 11).

Assim, poderíamos dizer que as várias fases e as múltiplas formas daquilo a que Eça de Queirós chamou de “francesismo” na cultura portuguesa em geral (e não apenas na literatura, note-se), têm muito de “razão contraditória”. Ou seja: francofilia e francofobia coabitam frequentemente no mesmo escritor ou no mesmo agente cultural português (incluindo, como é óbvio, o universitário), enquanto que o lusitanista francês mistura, por vezes, cultura portuguesa com cultura espanhola, privilegiando esta. E tal situação sempre teve muito a ver com aquilo a que Eduardo Lourenço chamou de “comunicação assimétrica”.

A propósito, nunca será demais, acho eu, citar Eduardo Lourenço, mestre entre todos (e entre todos talvez o mais “afrancesado” *malgré lui*...) do pensamento português nosso contemporâneo. Nunca será demais, sobretudo, quanto à sempre problemática relação de Portugal com a Europa em geral e com a França em particular, ao longo de séculos.

Eduardo Lourenço, num dos luminosos ensaios de *Nós e a Europa ou as duas razões*, intitulado “Portugal-França ou a comunicação assimétrica”, começa por reconhecer o “carácter *transnacional* que desde a origem foi o da Universidade de Paris, o primeiro *forum* da “*intelligentsia*” europeia. (...) As hegemonias futuras – do século XVII ao XX – são avatares dessa única forma cultural *aberta*, aquela que sempre converteu a cultura francesa em cultura de mediação por excelência” (Lourenço, 1988: 130).

Todavia, se é verdade que essa função de mediadora por excelência, no contexto histórico-cultural europeu, coube desde sempre à França

(e, entre nós, tantos intelectuais o afirmaram persistentemente, sobretudo, no século XIX, Teófilo Braga e o “iberista” Oliveira Martins), também é verdade que as culturas, como afirma Eduardo Lourenço, “não são realidades angélicas que se comunicam deixando incólumes os sujeitos delas”, são antes “anjos guerreiros que combatem sem dúvida com meios de luz mas, sabendo-o ou não, veiculando a vontade de poderio” (Lourenço, 1988: 128).

Ora, é justamente essa “vontade de poderio” que (contraditoriamente, note-se, porque a acompanha um fatal fascínio...) é contestada, em termos quase neuróticos de amor-ódio, por aqueles que, ao longo de séculos e muito especialmente no século XIX, foram “contaminados” pelo “francesismo”.

Mas, de facto, o que foi, como surgiu e se expandiu essa “doença” chamada “francesismo”? Qual o seu rasto (se é que existe) nos nossos dias? Lembrarei, se me permitem, alguns tópicos do que escrevi num ensaio publicado há exactamente vinte anos e intitulado *O “francesismo” na literatura portuguesa*.

O primeiro aspecto fundamental, que tem a ver com a caracterização específica da história da cultura em Portugal, é a distinção que deverá sempre ser feita entre “francesismo” e influência francesa. Esta, evidentemente, atravessa toda a nossa literatura e, em geral, toda a nossa cultura, embora seja predominante em períodos específicos. Pelo contrário, o “francesismo”, com tudo o que tem quer de positivo quer de negativo, é uma *imagem* da França, no sentido comparativista do termo. Uma imagem que começa a formar-se com maior nitidez no período simultaneamente neoclássico e pré-romântico, ou seja, em meados do século XVIII, a nível sobretudo da história das ideias do Iluminismo (ideias políticas, sociais, religiosas), imagem que se desenvolve muito particularmente no confuso período do hesitante início do nosso romantismo, em princípios do século XIX, atingindo o seu ponto culminante de fixação mítica (e de “razão contraditória”...) com a chamada Geração de 70.

Dir-se-ia, por consequência, que o “francesismo” surgiu com nitidez e se desenvolveu durante os vários períodos do romantismo em Portugal, ao longo de três gerações, tomando paradoxalmente a forma de procura da identidade nacional. Ou antes: tornou-se uma “fatalidade” cultural para, já desde a Restauração de 1640 mas sobretudo desde a formação do nacionalismo romântico liberal fundamentado no Iluminismo francês, nos afirmarmos diferentes dos espanhóis.

Assim, a imagem da França, com tudo o que ela implicou de lenta fixação mítica de uma influência cultural, permitiu-nos a libertação da imagem ibérica com que a Europa, incluindo a própria França, sempre nos rotulou, assimilando-nos à Espanha, confundindo-nos linguisticamente e geograficamente com ela. Note-se que este iberismo sempre nos criou e, aliás, ainda hoje, em plena União Europeia, nos cria um complexo de provincianismo, fazendo-nos sentir uma província, ou melhor, um apêndice de Espanha. É a velha questão, como diz Eduardo Lourenço, do “complexo – e acomplexado – tema da nossa *identidade*, ao mesmo tempo insofismável como dado da natureza e da história e precária em termos de existência como cultura” (Lourenço, 1988: 133).

Para lá dessa recusa do iberismo, temos de considerar o facto de que essa imagem da França cristalizada no “francesismo” se formou e desenvolveu porque, sobretudo com o século XIX, a França se tornou, em geral, centro cosmopolita por excelência, núcleo da cultura e da civilização europeias e, portanto, o contrário do provincianismo.

Todavia, adorar a França porque se é (ou pretende ser) anti-provinciano implica um monstruoso paradoxo pois, como reconhece o próprio Eça, Portugal torna-se um país “traduzido do francês em calão”, ou seja, um país que imita *provincianamente* a França. Daí que, mais tarde, o anglomaniaco Fernando Pessoa, num texto datado de 1928 e intitulado “O provincianismo português”, se insurja contra a imagem mítica da França, mais exactamente, contra o mito de Paris, que devoraria Mário de Sá-Carneiro, acusando de provincianismo todos os que admiram “os grandes meios” e dizendo, de maneira ignobilmente injusta, que “o exemplo mais flagrante do provincianismo português é Eça de Queirós (...), um jornalista, embora brilhante, de província” (Pessoa, 1980: 157-61).

Em suma: o “francesismo” português tornou-se reflexo das mais fundas contradições da nossa cultura. Diria até que, mais do que qualquer outro fenómeno da história cultural portuguesa, ele desencadeou essa tal “razão contraditória” no interior do próprio discurso daqueles que, apesar de “afrancesados”, o vêem à lupa, com lúcido olhar crítico. Basta, para isso, atentar no conhecido texto de Eça, “O francesismo”, datado provavelmente de 1890, que satiriza, como se sabe, o “fatalismo” da educação afrancesada em Portugal desde, pelo menos, inícios do século XIX, caricaturando o espírito de moda parisiense, inclusive a nível literário.

No entanto, por outro lado, lembremos que é o próprio Eça, no longo texto de introdução à *Correspondência de Fradique Mendes*, datado mais ou

menos da mesma altura (1888), que, paradoxalmente, exalta assim Paris e a cultura francesa, opondo-as a Chicago e à cultura norte-americana:

Porque forma, pois, Paris um foco crepitante de civilização que irresistivelmente fascina a humanidade – e porque tem Chicago apenas sobre a Terra o valor de um rude e formidável celeiro onde se procura a farinha e o grão? Porque Paris, além dos palácios, das instituições e das riquezas de que Chicago também justamente se gloria, possui a mais um grupo especial de homens – Renan, Pasteur, Taine, Berthelot, Copée, Bonnat, Falguière, Gounod, Massenet – que pela incessante produção do seu cérebro convertem a banal cidade que habitam num centro de soberano ensino. Se as “Origens do Cristianismo”, o “Fausto”, as telas de Bonnat, os mármores de Falguière nos viessem de além dos mares, da nova e monumental Chicago – para Chicago, e não para Paris, se voltariam, como as plantas para o Sol, os espíritos e os corações da terra.

(...) uma nação, portanto, só tem superioridade porque tem pensamento (...) (Queirós, s.d.: 113-4).

Esta última frase de Eça não será o rasto mais relevante do “francesismo” ainda nos nossos dias, prolongando, pelo menos para alguns intelectuais portugueses, o mito da cultura francesa como paradigma da cultura europeia oposta, inclusivamente, à cultura norte-americana?

Mas já é tempo, seguindo o fio da meada dessa teoria da “razão contraditória” aplicada à formação e expansão do “francesismo” em Portugal, de passarmos para reflexões específicas sobre alguns (poucos) medianeiros contemporâneos da cultura francesa em Portugal e da cultura portuguesa em França, sobretudo a nível universitário. Sem pretensões de fazer um balanço geral ou de estabelecer uma espécie de lista dos mais ilustres, diria, numa visão de conjunto muito sintética, que nos últimos, digamos, cinco ou dez anos, tem diminuído o interesse em Portugal pela literatura francesa, da mesma maneira que tem esmorecido a investigação especializada sobre a literatura portuguesa em França. De certo modo, parecem já longínquos os anos em que, numa universidade como a Sorbonne-Paris IV (onde eu próprio ensinei, bem como em Paris III), Paul Teyssier iluminava com olhar atento e entusiástico um Gil Vicente ou um Eça. Eminentemente lusitanista, Teyssier passou, aliás, do ensino para a tradução, consagrando-se desde cedo e com sucesso à difícil tradução de *Os Maias*, publicada em França em 1956, com reedições revistas em 1971 e 1982.

Ainda do lado francês, é de elementar justiça, para além de “clássicos” como Georges le Gentil, Marcel Bataillon, Roger Bismut ou Armand Guibert (e entrando agora no domínio específico da Literatura Comparada), referir dois nomes de duas gerações que foram decisivos (e o segundo continua a sê-lo) para ultrapassar a “comunicação assimétrica”: René Étiemble e Daniel-Henri Pageaux.

Étiemble, insaciável leitor de tudo o que lhe era estranho e por isso mesmo o atraía, foi, como se sabe, um dos primeiros comparativistas franceses, com a publicação de *Comparaison n'est pas raison* (1963), a criticar o “eurocentrismo” e a exaltar aquilo a que ele chamava de “comparatisme planétaire”, fundamentado num sólido (e, por vezes, ingénuo) humanismo. Étiemble foi também, não nos esqueçamos, um pioneiro da descoberta no meio universitário, para lá do próprio lusitanismo especializado, da literatura portuguesa. Nesse sentido, foi, à sua maneira, um lusitanista, procurando arrancar Portugal da periferia cultural da Europa, principalmente com estudos, tornado antológicos em França, sobre Fernando Pessoa.

Quanto a Daniel-Henri Pageaux, ousaria dizer que é um lusitanista verdadeiramente exemplar. Não, note-se, porque se tenha consagrado (como outros lusitanistas ilustres, mais convencionais) a cultivar exemplarmente o quintal de um lusitanismo erudito fechado, próprio de um especialista *étriqué*. Bem pelo contrário, vindo dos amplos horizontes dos estudos hispanistas e, mais propriamente, do estudo das imagens de Espanha na França do Século das Luzes, Daniel-Henri Pageaux soube sempre diversificar a sua visão comparativista em termos teóricos tão essenciais como abrangentes e virou-se, com múltipla curiosidade amorosa, para a literatura e, em geral, para a cultura portuguesas, graças, em grande parte, a um francófono notável, então sub-director do Centro Cultural Português da Fundação Gulbenkian em Paris e ex-leitor da Sorbonne: António Coimbra Martins. Assim, desde finais dos anos 60, estudando obras e autores que vão de Camões a Eça e deste a Miguel Torga ou David Mourão-Ferreira, Daniel-Henri Pageaux tem analisado com subtilidade vários tipos de recepção literária mútua, imagens diversas que se formam e se desvanecem nas relações culturais luso-francesas. Destaco, muito especialmente, um ensaio fundamental: *Imagens de Portugal na cultura francesa*, publicado na preciosa (e infelizmente desaparecida) colecção Biblioteca Breve do ex-Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, em 1983. A abordagem imagológica é aqui aplicada a um caso específico, aprofundando justamente muito daquilo que se poderá considerar a “razão

contraditória”, para lá de uma aparente objectividade, como explicita claramente na Introdução:

A imagem, isolada, explicada, interpela, interroga, faz pressão sobre o investigador para que ele penetre fundo em si mesmo, para que ele analise as suas próprias formas de representação, as suas preferências, os seus entusiasmos, os seus silêncios. Assim, não é a objectividade que pretendemos atingir aqui, mas sim uma verdadeira análise autocrítica: diz-me como vês o Outro, dir-te-ei quem tu és... (Pageaux, 1983: 14-5)

Passando para o lado dos francófonos (e além dos já referidos de passagem), impõe-se, antes de mais, a missão de mediador e de investigador erudito, mas também de teórico criativo, de José-Augusto França. Sobretudo, claro, com a sua tese de doutoramento de Estado *O Romantismo em Portugal. Estudos de factos socioculturais* (Paris, 1975). O que continua a surpreender-nos nesta obra de pesquisa verdadeiramente monumental é a visão simultaneamente vasta e minuciosa das relações entre Portugal e França a nível da história das ideias, a partir de uma investigação daquilo a que chama “curva sinusoidal do romantismo português”, curva “primeiramente ascendente, para acabar numa queda lenta que durou imenso tempo” (França, 1975-1977: 1355), efectuando um percurso simultaneamente diacrónico e sincrónico.

De missão, autenticamente pedagógica, se poderá falar quanto a tantos estudos sobre as relações luso-francesas de Jacinto do Prado Coelho, de David Mourão-Ferreira e de Ofélia Paiva Monteiro, esta última abrindo perspectivas verdadeiramente inovadoras e de extrema subtilidade sobre fontes e influências desde a sua fascinante tese de doutoramento *A formação de Almeida Garrett. Experiência e criação* (1971).

Por último (*last but not least* – seja-me permitido o anglicismo...), destaco António Ferreira de Brito, que desde a sua tese de doutoramento, apresentada na Universidade de Estrasburgo, defendida em 1981 e publicada em 1983, com o título *Le réel et l'irréel dans la dramaturgie de Beckett, Ionesco et Tardieu*, tem sido um verdadeiro cavaleiro andante da francofonia em Portugal. Também nos trabalhos de António Ferreira de Brito se pode detectar a interferência da metodologia comparativista, não só em estudos sobre a Revolução Francesa ou sobre Victor Hugo, mas principalmente, quanto a mim, no ensaio *Voltaire na cultura portuguesa. Os tempos e os modos*, publicado em 1991. Aqui, sobretudo, é importante

notar o relevo dado à pesquisa imagológica, centrada na análise da oscilação paradoxal entre voltairofilia e voltairofobia em Portugal:

(...) o diálogo, por vezes azedo, entre a Voltairofilia e a Voltairofobia, com um número de detractores mais elevado do que os seus admiradores, foi essencial para o desenvolvimento do processo histórico e cultural do Absolutismo ao Liberalismo, do Racionalismo ao Romantismo, do Positivismo naturalista ao Republicano definitivamente triunfante (Brito, 1991: 185).

Que concluir? Em última análise, todas as conclusões se tornam tão hipotéticas como hipotéticos são o ensino e difusão da língua e da cultura francesas em Portugal actualmente nas nossas universidades. Isto porque, temos de reconhecê-lo, o ensino não só da língua mas também da cultura e talvez sobretudo da literatura francesas nas universidades portuguesas tem diminuído dramaticamente nos últimos anos. Essa imagem tutelar da França que, para lá da sua ambivalência (e, portanto, para lá da própria “razão contraditória”) atravessou pelo menos dois séculos, o XIX e o XX (este, em especial, até aos anos 60-70), não existe mais.

No entanto, talvez porque a “razão contraditória” acabou por ser assimilada plenamente, poderá dar-se um fenómeno de renovação do fascínio pela França. O que leva também à ideia de que francófonos e lusitanistas poderão talvez ultrapassar a tal “comunicação assimétrica” de que falava Eduardo Lourenço. E isto, provavelmente, pela razão simples (e até, por vezes, um tanto primária...) de que ambos, francófonos e lusitanistas, têm (digamos, extrapolando) um “inimigo” comum: o americanismo. Ou antes: a invasão linguística e cultural anglo-saxónica.

Assim, a recuperação da língua, da cultura e da literatura francesas em Portugal (e, genericamente falando, no mundo) terá a ver sobretudo, creio, com a recuperação de uma visão profundamente humanística das línguas, na melhor tradição europeia. Só desse modo será evitado o imperialismo tecnocrático de um inglês que já nada tem a ver com Shakespeare... mas sim com a grotesca americanização do mundo. Como diz Steiner em *Presenças reais* (citando aqui a edição francesa, com prefácio próprio, datado de 1990), a propósito do significado cultural dessa “americanização”:

L'époque qui compte, pour les Américains, c'est toujours l'époque contemporaine. L'importance du passé est directement pro-

portionnelle à son utilité pour le présent. (...) La transcendance elle-même est rendue pragmatique. Demain se définit comme la réalisation empirique des rêves matériels. Aucune autre culture n'a accordé une telle dignité à l'immanent. (...) Le Parnasse, le Panthéon de la gloire officielle, qui font partie intégrante des humanités en Europe, sont suspects au sentiment américain. Le génie américain irait jusqu'à démocratiser l'éternité (Steiner, 1990: 54).

Penso que a luta contra essa “americanização”, mais do que nunca imperialista, é uma missão cultural urgente, de que se podem encarregar paralelamente os francófonos portugueses e os lusitanistas franceses, nas universidades e não só, para lá de toda a forma de “francesismo” e através da própria “razão contraditória”.

Referências bibliográficas

- BRITO, Ferreira de (1991), *Voltaire na cultura portuguesa. Os tempos e os modos*, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto.
- FRANÇA, José-Augusto (1975-1977), *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*, Lisboa, Livros Horizonte, ed. ilustrada, vol. III.
- LOURENÇO, Eduardo (1988), “Portugal-França ou a comunicação assimétrica”, *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- PAGEAUX, Daniel-Henri (1983), *Imagens de Portugal na cultura francesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- PESSOA, Fernando (1980), *Textos de Crítica e de Intervenção*, Lisboa, Ed. Ática.
- QUEIRÓS, Eça de (s.d.), *A Correspondência de Fradique Mendes*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil.
- STEINER, George (1990), *Réelles présences. Les arts du sens*, Paris, Gallimard.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques (1995), *A Razão Contraditória – Ciências e Filosofias modernas: o pensamento do complexo*, Lisboa, Instituto Piaget.

UN CAS EXEMPLAIRE DE MÉDIATION CULTURELLE: DAVID MOURÃO-FERREIRA

Daniel-Henri Pageaux
Université de Paris – Sorbonne Nouvelle

Je souhaiterais commencer cette intervention par ce que je nommerais, en suivant le poète Philippe Jaccottet, une «expérience poétique». Dans *La Promenade sous les arbres* (1988), il reprend la lecture systématique d'un poète irlandais, George William Russell dont il admire la poésie, pour essayer de comprendre en quoi consiste la fascination que celui-ci exerce sur lui. Il ressort de cette aventure de lecture quelque peu déçu, changé, mais aussi fortifié dans sa foi poétique.

Autant le dire tout de suite: la lecture de l'*Antologia Poética* de David Mourão-Ferreira n'a suscité en moi aucune déception, mais elle m'a amené à formuler une nouvelle évaluation de l'imagination créatrice du poète portugais que je propose à titre d'hypothèse.

Sur les quarante années qui constituent le parcours poétique de David, sur ces *dez vezes quatro, dez anos vezes quatro* sur lesquelles il semble insister dans son dernier recueil *No Veio do Cristal*, j'observe l'absence totale d'une quelconque référence, mention à la France, à la culture française, excepté quelques citations mises en épigraphe, en concurrence sérieuse avec d'autres issues d'un très large fonds européen. On dira aussitôt qu'il n'y a pas lieu de chercher une présence de la culture française dans une poésie qui s'affiche, dès le début, dans *A Secreta Viagem*, comme *arte de amar*, une citation de Cecília Meireles (*A arte de amar é exactamente a de ser poeta*). Que viendrait faire la France dans cet incessant et éblouissant hymne au corps féminin, dans cette longue aventure entre deux amants, dans ce dialogue incessamment poursuivi entre un *tu* et un *eu*, ou dans une topographie sensuelle (*praia, areia, mar, duna, sol, luz, espuma...* *Cousas do mar* pour citer Camões, ce que fait David)? Si un lieu mérite d'avoir droit de cité poétique, c'est Lisbonne, le *fado*, les poèmes à *guitarra* et à *viola*.

C'est faire bon marché d'une inspiration qui s'affirme à partir de *Do Tempo ao Coração*, soit le début des années 60 et qui va se poursuivre avec *Matura Idade* (1966-72), centré sur les quarante ans, cette fois du poète. Là, la poésie parfois s'approche du carnet de voyage et recoupe

des thèmes recueillis dans les chroniques de *Discurso Directo* (1969) où s'affirme, très librement, un esprit critique sur l'Europe, sur le monde parcouru par le poète. Plus tard, à partir de 72, ce seront les *lúcidos lugares* de *Órfico Ofício* où l'on découvre quantité de romances dédiés à des villes qu'aime David ou dans lesquelles il a connu des instants de bonheur (l'Italie, la Grèce) jusqu'au Brésil dans «Romance de Ouro Preto».

Et je constate: aucun romance n'est dédié à Paris, à la France, à la capitale qui a été le lieu d'une aventure amoureuse qui a compté et dont il reste à vrai dire une poésie (*leed*) à la Hollandaise Margarethe. Mais la constatation négative doit aussitôt disparaître: peut-on imaginer chez ce Portugais éclairé, sensible une quelconque alliance du romance avec Paris? Paris reste pour David ce qu'il a été pour son ami de longue date, Luis Forjaz Trigueiros, *Capital do Espírito*, titre de l'essai remarqué sorti en 1939. Et il faut admettre, après lecture de la poésie de David, que la France n'est associée, chez lui, en poésie du moins, à aucune note personnelle, biographique, aucun instantané de vie, aucun moment qui soit convertible en enjeu vital, sensuel, personnel. La France est du côté du cérébral, du livresque, du côté de la culture, comme on dit du côté de chez Swann.

Nasci, cresci numa casa onde havia muitos livros franceses, onde constantemente se evocava o nome da França, onde os valores da França – tanto de ordem cultural como de ordem política – se viam rodeados de um culto muito vivo. Aprendi a respeitar, praticamente ao mesmo tempo, e antes de conhecer as suas obras, os nomes de Ronsard e de Camões, de Flaubert e de Eça de Queirós, de Edouard Herriot ou de Aristide Briand e de alguns políticos portugueses da Primeira República.

Peut-être aurait-il fallu commencer par ces lignes, sobres et vibrantes à la fois, tirées d'un petit texte de 1973, repris dans *Os Ócios do Ofício* (1989), dont le titre «Je vous salue, ma France», allusion à une poésie d'Aragon, changent ce qui débutait comme une confession en un acte de foi. Le texte se poursuit avec la figure du père, *o meu primeiro professor de francês*, la lecture clandestine des *Fleurs du mal*, ou plutôt la contemplation furtive des gravures, l'expérience surréaliste qui vient compenser l'intellectualisme de la poétique de Valéry et Proust, *outro dos meus grandes ídolos*. Puis c'est une liste copieuse d'autres noms en couple: Gide et Mauriac, Apollinaire et Claudel, Giraudoux et Charles Du

Bos, Supervielle et Saint John Perse, Cocteau et Montherlant, Paul Morand et Marguerite Yourcenar, Julien Gracq et André Pieyre de Mandiargues.

Ce petit texte permet d'éclairer, de justifier le mot de livresque, employé pour caractériser l'image que David se fait de la France: la France est du côté des livres. Et l'on sera autorisé à faire la comparaison avec le texte suivant «Caleidoscópico espanhol» dans lequel David ne sait plus très bien combien de fois il est allé en Espagne. Si l'écriture de David se mêle pour lui à la vie, au point de fabriquer ce néologisme *Escreviver* (*Diário de Notícias*, 9-X-84), il faut admettre que la culture française occupe une place et acquiert un rôle particulier dans sa vie: être la matière, le prétexte essentiel d'une médiation culturelle.

David intermédiaire, médiateur de la culture française au Portugal: le sujet est à la fois varié et évident. Pour rendre compte de cette tâche, *ofício*, parallèle à l'*órfico ofício*, je distinguerais trois visages de l'intermédiaire: le traducteur, le lecteur et le critique.

Depuis l'âge de vingt-et-un ans, David est traducteur et la littérature française a été pour lui un domaine de prédilection. Mais il a été un traducteur sélectif, comme l'a justement noté João Barrento dans l'article qu'il a donné dans l'hommage que lui a rendu la revue *Colóquio/Letras*. David aimait à rappeler le principe de Claudel (*Diário de Notícias* 15-VIII-68) selon lequel chaque écrivain se devrait de traduire au moins une œuvre pour enrichir le patrimoine national. David a traduit de nombreux poètes, mais toujours quelques textes de chacun d'eux. Et Vasco Graça Moura rappelle à juste titre, dans *David Mourão-Ferreira ou a mestria de eros* (1978: 70), *a evidente relação erótica da obra do tradutor com a obra traduzida*.

Il y a plus: pour David, traduire, il le déclare dans *Imagens da Poesia Europeia* (1972: 14) *c'est inventar o texto que o autor traduzido teria escrito se a sua língua materna tivesse sido a do tradutor e não a sua*. Et peu de temps avant de mourir, il déclarait à Fernanda Abreu (*Boca Bilingue*, 1996) que traduire, c'est *sentir a possibilidade daquele texto respirar em português*.

Il traduira surtout des poètes, même s'il commence par *l'Homme traqué* de Carco devenu *O homem perseguido* (1956). Des poètes anciens et modernes: éclectisme donc qu'il revendique en se présentant (toujours dans *Imagens*) en *amador*. Pour les anciens, citons Louise Labé (*A Capital* 14-VII-71), Villon, la «Ballade des Dames de Paris» (*Jornal do Comércio* 16-IX-71), trois extraits de Racine et la fameuse tirade de Thérémène

(*A Capital*, 9-VIII-1972 et 8-XI-1972), des extraits de l'Art poétique de Boileau (*A Capital*, 26-VII-1972) et Vauquelin des Yveteaux, pour un sonnet qu'il reprend dans son beau texte «*O vínculo amoroso*» (*Os Ócios do Ofício*) et qui apparaît comme une sorte d'auto-portrait que deux vers peuvent retracer: «Avec mon amour naît l'amour de changer/Et me trouvant partout, je ne suis nulle part». Pour les Modernes, retenons Baudelaire (*Diário de Lisboa*, 7-XII-1967), Paul Valéry (*Colóquio/ Letras* 1995), Breton et «l'Union libre» (*A Capital*, 3-XI-1971) et Guillevic, avec une plaquette (Lisbonne, Ullisseia, 1965). La même année, il le reçoit, en qualité de Président de la Société portugaise des auteurs.

Du point de vue technique, la traduction est un «pesage de mots», selon la formule de Valery Larbaud, dans *Sous l'invocation de Saint Jérôme*. Du point de vue culturel, la pratique de la traduction est une opération originale de compréhension, également une façon de partager l'admiration, l'expression d'une préférence, d'un coup de cœur, voire d'un coup de foudre. Et David de citer Steiner (Mourão-Ferreira, 1993: 26):

Nenhum homem, nenhuma mulher tem de justificar a sua antologia pessoal, as suas opções canónicas. O amor não se justifica pela argumentação.

La traduction est pour David comme pour d'autres médiateurs l'expression d'une activité plus large et constante: le goût, la pratique de la lecture. Dans les infinies lectures de David, la littérature française occupe une place d'autant plus prééminente que la langue française est la voie d'accès pour des langues étrangères que David ne pratique pas comme l'allemand.

Dans une interview de 1964 reprise dans *Discurso Directo*, à la question des dix romans à emporter sur la lune, il répond: *La quête du Saint Graal, les Liaisons dangereuses* et Proust. Seul le dernier nom ne surprend guère.

Que David ait été un grand lecteur, un lecteur avisé et curieux ne fait aucun doute. Mais quelle relation établir entre la lecture et le travail, l'écriture de la médiation? C'est par la pratique de la citation que l'on peut avoir une réponse, sûre et riche.

La citation, c'est une ouverture sur l'étranger, en l'occurrence ici la France, c'est une invitation fortuite, brève, répétée à vagabonder dans les rayons d'une bibliothèque imaginaire. C'est une manière d'écrire, de composer un article, une chronique. La citation, chez David, comme chez

d'autres, revêt essentiellement quatre aspects, selon la position qu'on lui assigne. En exergue, en épigraphe, c'est un hommage rendu à la pensée d'autrui. Impossible, impensable de collectionner les exemples. Gardons-en un qui vaut son pesant d'humour: elle est de Jules Renard et ouvre *As Quatro Estações* (1994): «La femme ne devrait vivre qu'une saison sur quatre, comme les fleurs. Elle reparaitrait tous les ans». En situation d'ouverture, elle est là pour allécher, surprendre le lecteur, piquer sa curiosité; elle est un moyen original de résoudre le problème de l'introduction. En situation conclusive, c'est mettre le texte sous une autorité supérieure devant laquelle on s'incline; c'est conférer à une pensée une valeur axiomatique. Dans le corps du texte, elle apparaît comme un exemple, une illustration, une preuve illustrative. Mais la citation dans le corps du texte apporte aussi une autre dimension à l'écriture, à la lecture. Elle s'apparente en ce cas à une allusion, à un bon mot que l'homme lettré peut faire, peut glisser dans une sorte de conversation fictive à son lecteur, ou plutôt ici à son interlocuteur, à son complice. Aucune volonté d'érudition, simplement une façon de s'effacer devant une pensée, une formule plus brillante, plus stimulante. Et ce sont les *dizia*, les *como dizia, como desejava...* La référence étrangère va souvent plus loin que la simple citation. Elle esquisse une analyse, laissée pour plus tard, si le lecteur le souhaite, si le cœur lui en dit. *L'ère du soupçon*, l'ouvrage, le titre de Nathalie Sarraute vont *como uma luva* au roman *Húmus* de Raúl Brandão: au lecteur de poursuivre (Mourão-Ferreira, 1992: 120).

Dans ce jeu des citations, Paul Valéry se taille la part du lion. C'est d'ailleurs sa fameuse citation, connue de tous les comparatistes, qui est à l'honneur: *O leão é feito de carneiro digerido* (Mourão-Ferreira, 1989b: 22). Ou encore: «Rien de plus soi que de se nourrir des autres. Mais il faut les digérer» (*ibidem*: 43).

La comparaison que j'ai faite entre l'écriture de la médiation et la conversation trouve sa justification avec un médiateur apprécié de David: Augusto de Castro, pour trois littératures majeures (Portugal, France, Italie). Et David définit ainsi son écriture comme une variante de la conversation (Mourão-Ferreira, 1989a: 71):

Conversar com uma inesquecível forma de sentir a presença viva de múltiplas tradições e de magicamente ascender através desses nomes e muitos mais a uma como que corpórea continuidade da literatura europeia pelo menos três das suas áreas privilegiadas.

L'art de la citation chez David, c'est le contraire de l'érudition: c'est le goût, l'art de choisir, pour éclairer, éveiller, enrichir l'esprit. C'est une forme de culture si la culture n'est pas l'entassement des connaissances ou des informations, mais la sélection des meilleurs (Mourão-Ferreira, 1969: 22-23).

Revenons à la lecture. Le critique est le lecteur avisé par excellence. Et David cite Dámaso Alonso (1980: 17): *O crítico é um ser em quem as qualidades do leitor estão exacerbadas*. Ou Sainte-Beuve: *O crítico é um homem que sabe ler e que ensina os outros a ler*. De fait, l'activité critique de David occupe un moyen terme entre la chronique et la théorie.

Il a enseigné la théorie littéraire, mais il ne fait jamais étalage de ses connaissances et surtout il ne les utilise jamais pour fonder une approche, un contact intime avec un texte. Il a lu toute la critique des années 20 à 60 et si des noms anglo-saxons, voire espagnols (Dámaso Alonso, Carlos Bousoño pour la poésie) apparaissent, les références françaises dominent largement auxquelles s'ajoutent les références en langue française: cela vaut pour Leo Spitzer, Ernst-Robert Curtius, George Steiner. Citons Bachelard, Barthes, Roger Caillois, Etiemble, Sartre, mais aussi Julien Gracq et encore Charles Du Bos, Valéry et Proust, en particulier le *Contre Sainte Beuve* et la notion de «moi profond».

Lorsqu'il se tourne vers la littérature, le chroniqueur qu'est David s'accorde quelque liberté de ton. Ainsi son «Contra Sade» (*Discurso Directo*) qui juge sans complaisance, avec lucidité me semble-t-il, l'œuvre du divin Marquis en reprenant le jugement de Bertrand d'Astorg: «des travaux forcés du plaisir». Pour David, Sade montre jusqu'où peut aller l'érotisme sans amour. En sens inverse «Em defesa de Chateaubriand» dans le même recueil prend la défense de l'amoureux de l'Italie, du provincial qui sait être aussi grand voyageur, du classique et du romantique, de l'homme qui a réussi une autre synthèse: *enraizado e nomada*. Il célèbre Cocteau («Na morte de Jean Cocteau», *Discurso Directo*), poète génial, extraordinairement doué, inclassable. Il se hasarde à parler musique, lui qui n'est aucunement musicien pour évoquer le travail de Debussy qui, à sa manière, a bien servi sa poésie. Ses versions musicales peuvent rivaliser avec les meilleures traductions.

Quatre écrivains méritent non seulement des chroniques, mais des articles de fond ou des contributions de type universitaire: Montherlant, Colette, Marguerite Yourcenar et Valéry Larbaud.

David a été le traducteur de *La Reine morte*. Il le rappelle lorsqu'il commence en 1973 une chronique sur le suicide de Montherlant (*Discurso*

Directo). Ce suicide ne l'a pas surpris. Aussi cherche-t-il à mieux cerner l'homme, l'image qu'il s'en est fait: grand seigneur des lettres, mais aussi *tacanho, rasteiro, quase estúpido, frequentemente cabotino*. Et il y a aussi le misogyne, le libertin, l'amateur de tauromachie, passion qui le place aux côtés de Picasso, Lorca ou Hemingway. Pour Montherlant, il s'agissait pourtant moins de vivre que d'écrire de belles œuvres, puis de mourir: ce qu'il a fait (*E foi o que fez*). Point d'envolée oratoire: l'oraison funèbre tourne court.

«*O exemplo de Colette*»: le titre dit clairement la volonté de brosseur un portrait exemplaire de la romancière. David considère *La naissance du jour* comme un de ses plus beaux livres, même si *Chéri* est incontestablement un chef-d'œuvre. C'est l'occasion de revenir à Montherlant qui exprime son admiration pour ce roman en déclarant de façon apodictique: «Quand on referme *Chéri*, on dit c'est ça». Montherlant aurait dû se borner à ce jugement lapidaire, car, selon David, il se trompe quand il pense qu'il s'agit d'un style simple et naturel. C'est l'occasion pour David de faire un développement théorique sur l'approche stylistique pour laquelle il demande pardon à son lecteur. Puis il enchaîne avec une anecdote, ce qui est plus dans son style... Il invoque le témoignage de la comédienne Marguerite Moreno qui a vu travailler Colette à *La naissance du jour*. Et «travailler» pour Colette, c'est «déchirer ce qu'on a fait pendant la semaine passée».

David comprend mal pourquoi Colette n'a pas le droit d'appartenir à l'Académie française. C'est avec joie qu'il ouvre son étude sur Marguerite Yourcenar (1988) en se félicitant de la décision des académiciens français d'accueillir en leur illustre compagnie cette grande dame des lettres. Grande et discrète, secrète même, à l'opposé d'une Françoise Sagan: suit un bref parallèle. David entend aborder la figure et l'œuvre de Marguerite Yourcenar selon deux perspectives totalement différentes: l'image publique de la romancière et la lecture intime de l'œuvre pour tenter de cerner de l'intérieur le processus créateur. Il se présente comme un simple «amateur» et il insiste sur ce point. Mais sa passion pour la prose de Marguerite Yourcenar l'autorise à faire des traductions, uniquement de textes qu'il considère comme «confidentiels». Il réfléchit sur l'emploi constant de la première personne, cherche à cerner les effets, les échos de cette voix, une et multiple. Une certaine androgynie le ramène à Colette. Mais la largeur de vue, l'humanisme de Yourcenar l'oblige à hausser le ton et à saluer avec admiration celle qui «a élargi nos horizons de la compréhén-

sion de l'humain et de la jouissance de la terrible beauté du monde» (*alargar os nossos horizontes de compreensão do humano e de fruição da terrível beleza do mundo*).

David a mené une relation suivie, attentive et passionnée avec Valery Larbaud: une longue histoire d'amitié, au delà des générations, et d'admiration. Admiration pour un mode de vie, alliant dilettantisme et érudition, pour son goût des voyages et sa passion pour l'Italie, l'Espagne et bien sûr le Portugal. C'est l'essai de Bernard Delvaille qui l'amène à Larbaud et qui le fait passer de l'état d'*intermittente larbaldiano* à *devorado admirador*.

Dans un premier texte recueilli dans *Sob o mesmo Tecto*, David fait un parallèle entre Gilberto Freyre poète et le Larbaud qui se cache sous le pseudonyme de Barnabooth. Tous deux écrivent une poésie de la «possession du monde». Sans doute y a-t-il d'autres poètes ou écrivains qui partagent cette même passion: Cendrars, Morand, Supervielle, Saint-John Perse. Mais c'est Larbaud qui lui paraît le mieux convenir pour justifier ce parallèle entre le Freyre de *Tal vez poesia* et Valery-Barnabooth: même cosmopolitisme, même humanisme et même personnalisme (*um personalismo que chega a ser anárquico no bom sentido da palavra*).

Larbaud réapparaît dans une longue étude «*Imagens de Lisboa na literatura francesa*», une communication donnée à la Fondation Gulbenkian de Paris et reprise dans *Os Ócios do Ofício*. David évoque les séjours de Larbaud au Portugal et les textes qui en sont sortis, comme la fameuse «Lettre de Lisbonne». Ce texte l'amène à évoquer un autre amoureux de Lisbonne, Paul Morand. Il saisit l'occasion d'exprimer son admiration pour l'auteur de *Venise* (*considero dos mais belos livros que alguma vez uma cidade inspirou a qualquer escritor de raça*). Puis il enchaîne avec la suite que Morand a donnée à la célèbre «Lettre» et que Morand a reprise dans *Monplaisir en littérature*, un titre que David n'aurait pas désavoué.

Larbaud fait une troisième «apparition» dans un texte repris dans *Tópicos Recuperados* (1992). Il est à part entière dans cette étude. Et David tient justement à lui faire réintégrer une galerie prestigieuse d'écrivains qui illustrent ce que George Steiner a appelé «Extraterritorialité». David admire Steiner, mais il n'aime pas beaucoup ce mot qu'il juge quasiment imprononçable. Qu'est-ce que cette «extraterritorialité»? Une stratégie d'exil permanent, un multilinguisme, une ouverture sur les littératures étrangères, pour Larbaud, qui en fait à bon droit un comparatiste à part entière. Le comparatisme de Larbaud apparaît, pour David, dans son inté-

rêt pour les langues, pour les mots; il est aussi un amoureux de l'amour et un amateur de géographies étrangères. Trois vertus cardinales qui appellent néanmoins quelques commentaires. Et David interpelle son lecteur:

E a mim mesmo pergunto (não é uma blague nem uma provocação) se todo o verdadeiro comparatista não deve começar por ser um expert nessas três áreas.

Reconnaissons que la seconde, pour être agréable et gratifiante, n'en pose pas moins quelques problèmes.

Quatrième et dernière mention de Larbaud: dans un texte de 1982 repris dans *Nos Passos de Pessoa* (1988 b), David envisage ce qu'il considère comme une tendance hétéronymique chez Larbaud qui autoriserait un parallèle avec Pessoa. Ce parallèle aurait pour fondement un ancêtre commun aux deux écrivains: le poète Antero de Quental, objet d'une commune admiration. Mais lorsqu'il s'agit de faire l'éloge de Larbaud, c'est non plus vers Morand, mais vers Saint-John Perse que David se tourne. En quelques lignes le poète a dressé non seulement le portrait de Larbaud, mais il a trouvé les mots essentiels pour qualifier tout médiateur culturel authentique:

Humaniste, voyageur, accréditeur de lettres françaises à l'étranger et de lettres étrangères en France, vous étendiez votre libre intercession au confluent de toutes les littératures d'Europe (Mourão-Ferreira, 1988b: 51).

Cette triple définition convient, on le comprend, à David lui-même. La haute estime dans laquelle David a tenu la culture française n'a d'égale que celle qu'il témoignait pour sa propre culture: aussi est-il au sens plein du terme un «francophile». David a eu le don de la «sympathie objective», autre formule étonnante, tant elle lui convient bien, de Charles Du Bos parlant en particulier d'un critique que David a souvent cité: Ernst-Robert Curtius. Du Bos souligne les qualités qui sont propres au médiateur: l'ouverture d'esprit, l'hospitalité intellectuelle, la capacité d'accueil, dont il fait à la fois un plaisir et un devoir.

Pourquoi dès lors mettre un mot de médiateur, même s'il est une appellation contrôlée dans le monde comparatiste et ne pas l'échanger pour ceux qu'avait choisis Du Bos? Il parlait de la belle mission de l'«interprète spirituel».

Bibliographie

- JACCOTTET, Philippe (1988), *La Promenade sous les arbres, Lausanne, La Bibliothèque des Arts.*
- MOURA, Vasco Graça (1978), *David Mourão-Ferreira ou a mestria de eros*, Porto, Brasília.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1969), *Discurso Directo*, Porto, Guimarães Editores.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1972), *Imagens da Poesia Europeia*, Realizações Artis.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1980), *Vinte Poetas Contemporâneos*, Lisboa, Ática.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1988a), *Marguerite Yourcenar: Retrato de uma Voz*, Edições Rolim.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1988b), *Nos Passos de Pessoa*, Editorial Presença.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1989a), *Os Ócios do Ofício*, Porto, Guimarães Editores.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1992a), *Tópicos Recuperados*, Lisboa, Editorial Caminho.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1989b), *Sob o Mesmo Tecto*, Editorial Presença.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1993), *Magia, palavra, corpo*, Lisboa, Cotovia.
- MOURÃO-FERREIRA, David (1980), *As Quatro Estações*, Presença [ed. ut. 1994].

ESTUDOS LITERÁRIOS FRANCESES EM PORTUGAL: PERCURSOS ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

Maria Hermínia Amado Laurel
Universidade de Aveiro

Quando cheguei na diligência a Coimbra, para fazer o exame de lógica, retórica e francês, o presidente da mesa, professor do Liceu, velho amável e miudinho, de batina muito asseada, perguntou logo às pessoas carinhosas que se interessavam por mim:

– Sabe ele o seu francês?

E quando lhe foi garantido que eu recitava Racine tão bem como o velho Talma, o excelente velho atirou as mãos ao ar, num imenso alívio:

– Então está tudo óptimo! Temos homem!

Eça de Queirós, "O Francesismo"

Aujourd'hui, le monde ne parle plus français.

Hélène Carrère d'Encausse,
secretária perpétua da Académie Française (2003)

Tentarei nesta comunicação sintetizar alguns aspectos da história dos estudos franceses em Portugal desde finais do século XIX, salientando o momento particularmente relevante da fundação das faculdades de letras no início da segunda década do século XX, após o que me deterei nas linhas de rumo que aquela área de estudos reflecte no momento actual, linhas essas que perspectivam o seu futuro.

A afirmação da excelência e da universalidade da língua francesa pelo literato Antoine de Rivarol (também conhecido por Rivaroli, 1753-1801) que ecoa na memória referencial de todos nós, e a desencantada, mas não menos chocante constatação da Secretária perpétua da Académie Française, Hélène Carrère d'Encausse, segundo a qual "le monde ne parle plus français" (2003), distam entre si de um espaço global de 200 anos¹. Não me deterei sobre a primeira proposição que, por ser tantas

¹ Foi em 1783 que a Academia de Berlim lançou o debate sobre as três questões às quais Rivarol respondeu, convictamente, num longo texto: "Qu'est-ce qui a rendu la langue française universelle?", "Pourquoi mérite-t-elle cette prérogative?", "Est-il à présumer

vezes invocada, viria a assimilar Rivarol a uma certa ideia do francês e da sua projecção no mundo como língua de cultura e de civilização, ideia essa que vamos reencontrar como pressuposto de base no discurso de criação da Alliance Française em Paris, em 1883². É a recepção institucional dos estudos franceses, no espaço de tempo que medeia entre a postura confiante dos herdeiros de Rivarol e a contemporaneidade, que anuncia (e, em certos sectores se assume como o tempo de) "o fim dos estudos franceses" que nos interessa analisar, nomeadamente pelas suas projecções em Portugal, mais propriamente no nosso contexto universitário.

A citação de Eça de Queirós que escolhi para epígrafe da presente reflexão não pode, obviamente, ser desgarrada do contexto efervescente em que se debatiam os intervenientes contemporâneos do nosso arguto intérprete da modernidade, na querela sobre a "defesa e ilustração da língua e da cultura francesas" em Portugal ou a sua contestação, e à qual o artigo em que se encontra referenciada haveria de conferir a tonalidade depreciativa pela qual passaria a ser designada na história da recepção de *certas* influências francesas entre nós – o "francesismo". Querela essa que não pode ser, por outro lado, descontextualizada da questão mais profunda da procura da identidade nacional, tema recorrente não só da obra queirosiana, mas da literatura portuguesa de final do século, em que a postulação simultaneamente europeia – particularmente sensível na invocação, ou mesmo *fascínio*, parisiense (que levaria ao desenlace trágico de Mário de Sá-Carneiro em 1916) – e africana (recordemos *A Ilustre Casa de Ramires*), se manifesta como referente simbólico da nossa literatura.

A citação referida naquele extracto condensa em si mesma a tranquilizante satisfação do avaliador/formador: saber o "seu" francês remete, neste contexto, para o domínio de uma língua que, pela sua excelência formal e estilística³, garante a elocução e a escrita do examinando, mas

qu'elle la conserve?". H. C. D'Encausse proferiu a afirmação citada na abertura do 1º Seminário internacional sobre os estudos franceses organizado sob a égide do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que teve lugar em Paris em Junho de 2003.

² A criação da Alliance Française de Paris constituiu o primeiro passo dado no sentido da institucionalização da difusão da língua e da cultura francesa à escala mundial. Sobre as origens desta instituição e os seus objectivos, vd. (Bruézière, 1983); sobre a sua história em Portugal, vd. (Laurel, 2002)

³ Convirá salientar aqui a referência à capacidade de recitação de Racine – expoente clássico que viria a tornar-se autor canónico nos programas de ensino – manifestada pelo candidato.

que, de igual modo, pela visão do mundo que lhe subjaz, confirma não só a sua boa formação intelectual como assegura a sua capacidade para uma inserção futura bem conseguida na elite dos seres civilizados.

A exclamação final de contentamento do examinador pode no entanto ser interpretada segundo outra perspectiva. Se ela evoca, por si só, toda uma tradição da influência francesa cuja origem se perde na nossa História, a sua contextualização no irónico artigo "O Francesismo", e no tempo em que este texto foi escrito, desmitifica sem dúvida também a " 'fatalidade' cultural" com que Álvaro Manuel Machado justifica a popularidade da influência francesa entre nós em momentos de agudização da nossa consciência nacional⁴, e cuja particular incidência Eça situa no campo educacional do Portugal seu contemporâneo.

Também o campo educacional internacional, informado por outros condicionalismos políticos, se revela propício à divulgação do francês como língua de cultura e de projecção de valores civilizacionais. Assim, e no caso da própria França, se as motivações da criação da Alliance Française de Paris relevam de aspectos de ordem política e económica, elas definem-se também no plano identitário: necessidade de legitimação, pela vivificação interna e pela projecção internacional, de valores civilizacionais fortemente abalados pela derrota de Sedan e pelo desastroso tratado de Francfort de 10 de Maio de 1871, por um lado e, por outro⁵, necessidade de salvaguarda da presença da cultura e da língua francesa nas colónias. Razões de natureza idêntica iriam justificar a criação dos Institutos franceses em vários países após a primeira guerra mundial. É um facto indelével que o espírito de missão civilizadora e proselitista destas instituições francesas norteou todo um percurso dos estudos franceses no estrangeiro, e particularmente em Portugal, ao longo de boa parte do século XX.

É este espírito que irá projectar, no contexto da educação em que se situa, a dupla missão que instituições que tão ampla e fecunda acção haveriam de desempenhar em Portugal, a nível oficial, como o Instituto Francês (desde finais dos anos 20) ou, no contexto das delegações semi-

⁴ Situação que leva este autor a interrogar-se sobre a oposição possível entre "francesismo" e "iberismo" (Machado, 1984: 12).

⁵ A consolidação da identidade nacional viabilizada também pela abertura ao outro justifica o modelo do seu funcionamento, baseado na parceria cooperativa entre entidades francesas e entidades socialmente representativas das cidades onde se instalava, subjacente à formação dos chamados "comités" locais das Alliances françaises.

-oficiais, a Alliance Française (a partir de 1945), atribuíram ao ensino das letras francesas no estrangeiro: a formação linguística e a formação humana. As suas raízes ideológicas, particularmente evidentes na fundamentação estatutária da Alliance Française de Paris, remontam à contemporaneidade queirosiana e viriam a informar toda uma tradição e um simbolismo dos estudos franceses entre nós. Era por isso do "senso comum" considerar o modelo de formação francês e a formação em francês como garantia de uma educação completa⁶.

O traçado de uma perspectiva mais ampla sobre a história institucional dos estudos franceses no campo do ensino em Portugal, levar-nos-ia a considerar, em paralelo, os percursos que aqueles estudos seguiram, respectivamente, no ensino secundário, a partir da criação dos Liceus, em 1836, por Passos Manuel e, no ensino superior, a partir da fundação do Curso Superior de Letras, com a chancela real de D. Pedro V, em 1859. Os estudos franceses só viriam contudo a ser integrados nos programas de ensino deste Curso a partir da reforma de 1901. Dez anos vão mediar entre este último diploma e o diploma de criação das faculdades de letras na universidade portuguesa⁷.

Não pretendendo analisar aqui os aspectos institucionais e ideológicos que subjazem à criação das então chamadas licenciaturas em Filologia Românica (Laurel, 2001: 285-302), limitar-me-ei a tecer algumas

⁶ Formação que muitas vezes era cometida, no ensino particular ou familiar, a mestres de línguas, preceptores ou Mademoiselle (...s).

⁷ Referiria aqui algumas notas históricas. O ano de 1911 é assinalado pela criação das faculdades de letras em Lisboa e Coimbra, e pela criação de duas universidades, a de Lisboa e a do Porto, por diploma emanado da Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial do Ministério do Interior, a 22 de Março. Na universidade do Porto, a faculdade de letras seria criada passados oito anos (1919), por decisão de Leonardo Coimbra no contexto de um conflito explícito com a Universidade de Coimbra. A história desta faculdade foi objecto de estudo pelos ilustres especialistas Profs. Drs Armando Luís de Carvalho Homem, Luís de Pina, Luís de Oliveira Ramos, Victor de Sá e Manuel Gomes da Torre, pelo que relembrei somente que a referida faculdade foi restaurada em 1961, fruto do labor desenvolvido desde 1947 pelo Centro de Estudos Humanísticos, organização dependente do Instituto de Alta Cultura, como refere Armando Luís de Carvalho Homem (Carvalho Homem, 1987: 296), tendo aberto as suas aulas no ano seguinte, nas licenciaturas em História, Filosofia e no curso de Ciências Pedagógicas. O curso de Filologia Românica nela viria a ser instituído em 1968, e iniciado em 1969, tendo sido António Ferreira de Brito o seu primeiro Professor Catedrático no ramo de Literatura Francesa.

considerações sobre a evolução dos estudos franceses decorrentes da própria finalidade que se atribuía às faculdades de letras quer no diploma da sua criação, quer nos diplomas que instituíam as sucessivas reformas e respectivos regulamentos de licenciatura.

O diploma de criação das universidades de Lisboa e do Porto, faz preceder o seu curtíssimo Art. 1º de oito parágrafos introdutórios em que articula todo um pensamento político sobre a função social da universidade, para o desenvolvimento da Democracia em Portugal, sobre cuja actualidade não será despiciendo reflectirmos nos dias que vão correndo... Assim, considera-se que, pela atribuição de bolsas aos estudantes de mérito carenciados, a universidade deve assegurar a todos, sem distinção da condição social ou dos recursos económicos, e a exemplo do que fazem os mais avançados países estrangeiros, dos quais o primeiro a ser citado é a França, "a possibilidade de se elevarem aos mais altos graus da cultura, (...) por forma que a Democracia constitua, segundo a bela definição do imortal Pasteur, aquela forma de estado que permite a cada indivíduo produzir o seu máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade". Igualmente se entende que o público estudantil, vocacionado para o ensino universitário, deverá ser constituído por "uma verdadeira elite de alunos, adstritos à assiduidade, treinados no esforço e seleccionados pelo seu mérito nas famílias mais humildes da nação".

Projecto assente na crença esperançosa de que em Portugal, "a presença dessa elite nos lyceus e, especialmente, nos cursos superiores, irá exercer uma verdadeira acção excitante ao trabalho, sobre a massa geral dos alunos, elevando o nível dos estudos e melhorando o coeficiente da sua utilização". O retorno do investimento efectuado naqueles que dariam os primeiros passos dos programas que hoje designamos de "mobilidade", ao ser-lhes oferecida a possibilidade de realizarem estágios no "estrangeiro, para se aperfeiçoarem e especializarem nos seus estudos", está previsto neste diploma através da valorização da sua capacidade para contribuir para a modernização do país através da sua iniciativa esclarecida e fundamentada. Nesta conformidade, deseja a universidade que a experiência vivida e os ensinamentos colhidos não se traduzam na mera "expressão livresca" e importação de "fórmulas já feitas", e "faz mister que a juventude portuguesa assimile directamente e *in loco*, os métodos de ensino, de criação e de aplicação das ciências, para os implantar entre nós e criar centros autónomos de cultura nacional".

Coloca pois este texto legislativo as premissas de uma política universitária promissora, fomentadora da construção de saberes actualizados, promotora de um ensino selectivo, valorizador da qualidade do seu corpo docente e discente, e fundamentando a avaliação do desempenho da universidade em função do seu contributo para o bem público.

É nesta formulação legislativa que se insere e se justifica a criação das faculdades de letras (evolução lógica dos anseios intelectuais dos seus primeiros directores e docentes, provenientes, em largo número, dos extintos Curso Superior de Letras de Lisboa, e da Faculdade de Teologia de Coimbra), a inclusão nos seus planos de estudos das modernas ciências filológicas, e nestas do ensino das chamadas línguas vivas, como a francesa, a inglesa, a alemã, a espanhola e a italiana, associadas às respectivas literaturas, e ainda a criação das Escolas Normais Superiores associadas às faculdades de letras, destinadas a fornecerem "um curso de habilitação ao magistério primário superior", conforme preconiza o art. 10º do Regulamento das Faculdades de Letras, de 19 de Agosto de 1911. É neste contexto ideológico que vamos encontrar articulações possíveis entre os desígnios da educação republicana e as representações simbólicas do ensino do francês e da cultura que este veicula. À valorização da vocação universalista da língua e da cultura francesa que identifica o francês como pátria comum de cultura, correspondem as ideias-chave do credo republicano: universalismo, progresso, justiça, tolerância.

Recorde-se que a questão pedagógica havia sido uma questão determinante no debate ideológico sobre o ensino desenvolvido no advento da República: para além do vasto enunciado que ocupa o diploma fundador das faculdades de letras, de 1911, seria interessante referir aqui o amplo debate que em Portugal se tecia em torno da questão do ensino das chamadas "línguas vivas", na transição do século XIX para o século XX e nos primeiros anos deste século. A atestá-lo bastaria consultar algumas publicações do professor do então chamado Real Colégio Militar, José Justino Teixeira Botelho⁸, por exemplo, que propõe outras finalidades

⁸ Respectivamente, *As línguas vivas na Instrução Secundária: Considerações gerais, Professores, Methodos d'ensino, Conclusões*, Lisboa, Livraria Ferin, 1904, e *Quousque tandem: Programmas, Livros e Material de ensino das Línguas vivas*, Lisboa, Livraria Ferin-Editora, 1911. Duas obras que condensam o pensamento científico e pedagógico esclarecido do autor, bem como constituem uma análise crítica objectiva, mas fortemente empenhada, do estado do ensino das línguas vivas em Portugal no advento da

para o ensino do francês do que a exclusiva boa formação moral dos "meninos", conforme rezavam os manuais em uso para a aprendizagem da língua desde a fundação dos Liceus, por Passos Manuel em 1836. Advogando as mais modernas orientações metodológicas para o ensino das línguas vivas, os seus textos revelam-se como um veemente alertar das consciências sobre os principais males que corroíam este ensino entre nós, não poupando a passividade ministerial, que mantinha legislação obsoleta sobre a questão, nem tão pouco a "desordem nacional" que caracterizava o panorama contemporâneo em várias frentes...⁹

Um percurso rápido sobre as principais reformas das faculdades de letras até à actualidade permitir-nos-á acompanhar a evolução dos estudos franceses no sentido da formação quase exclusiva de agentes de ensino, bem como a progressiva massificação destes estudos entre nós.

A reforma global do ensino de Carneiro Pacheco, consagrada no diploma de 11 de Abril de 1936, fundamenta ideologicamente a política educativa do regime, pelo que incide fundamentalmente sobre o ensino primário e secundário, alvos preferenciais de uma formação social e política orientada, que não se detém, por opção, sobre o ensino superior¹⁰.

A 30 de Outubro de 1957 é publicado o decreto nº 41 341, pelo ministro Francisco de Paula Leite Pinto. Este diploma atribui três funções fundamentais às faculdades de letras, considerando que a "estrutura dos estudos humanísticos", não obstante as reformas de 1918 e de 1930, se norteavam ainda pelo modelo de 1911. No sentido da sua actualização, mas respeitando o princípio fundador deste diploma, especifica as finalidades atribuídas ao ensino nas faculdades de letras:

República (a última publicação adquire, pelo momento em que sai a lume, um significado político particularmente relevante). Referências incontornáveis numa reflexão sobre história do ensino desta matéria entre nós.

⁹ Cítaria, a título de exemplo, o título do manual de Jacob Bensabat (Bensabat, 1887). Repare-se que este autor censura, por motivos morais, o uso, ainda em vigor nos anos 80 do século XIX de textos como o *Telémaco*, de Fénelon, ou as *Fábulas* de La Fontaine, para o ensino do francês via tradução, método preponderante na altura.

¹⁰ Vd. Laurel, Maria Hermínia Amado, "L'enseignement de la langue et de la littérature françaises au Portugal entre 1910 et 1936: aspects idéologiques et institutionnels", in Escalle, M.-C. Kok et Melka, F., *Changements politiques et statut des langues: histoire et épistémologie 1780-1945*, Amsterdam-Atlanta, GA, Editions Rodopi, 2001: 285-302.

1. Formação de um escol no domínio das letras e da cultura humanística, em sentido lato;
2. Preparação de professores do ensino secundário, particularmente do ensino liceal, e de peritos e de outros ramos da vida cultural;
3. Aprendizado da investigação científica no âmbito das disciplinas aí professadas.

Nesta conformidade, e visando alcançar a correspondência entre a excelência do ensino e excelência da aprendizagem, a principal preocupação do legislador incide sobre as medidas a tomar no sentido de "melhorar o ensino em extensão e profundidade" e "fornecer mais sólida preparação científica aos diplomados". Daqui advém, entre outras resoluções, o prolongamento da licenciatura para cinco anos e o aumento do número das disciplinas que compõem o seu elenco curricular¹¹, consagrando em especial que se tomem "medidas destinadas a afastar da inscrição nas cadeiras de Ciências Pedagógicas os estudantes que procuram frequentá-las por motivos especiosos".

Se da reforma de 1957 resulta a consagração do grau de "licenciatura" como garante de uma sólida preparação científica, condição *sine qua non* de um bom desempenho profissional, a reforma de 1968, ao criar o grau de bacharel, para resolver o problema da falta de professores decorrente do aumento da população escolar verificado em Portugal nessa década e na seguinte, permitindo uma apresentação antecipada ao estágio, opta por compromissos de facilitismo que futuramente viriam a ser avaliados através da reformulação destes estudos em modelos de licenciaturas específicas para o ensino. Esta última reforma contribuiu, por outro lado, para efeitos de massificação cujas repercussões se fariam mais tarde sentir no campo profissional, e que não podem ser alheios a uma reflexão sobre a mudança do conceito de universidade e da sua função social.

A reforma de 1978, manifestando embora grande preocupação com a actualização dos conhecimentos, comprovada com a institucionalização das pós-graduações, define como uma das prioridades da reflexão sobre as formações em letras, a questão da profissionalização dos formandos. Assim, ela preconiza que sejam feitos estudos sobre o "agrupamento de disciplinas para efeitos de profissionalização", anuncia já outras "saídas

¹¹ Data desta reforma a introdução da disciplina de Teoria da Literatura nos planos de estudo dos cursos de Filologia.

profissionais" para os alunos de letras, preocupada com a articulação entre formação universitária e mundo do trabalho. Esta reforma anuncia portanto os caminhos que os estudos franceses têm vindo a percorrer nas faculdades de letras nas últimas décadas, em modelos de formação associados ao ensino.

A situação actual, herdeira desses percursos por um lado e, por outro, das reestruturações decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Europeia é, por demais, conhecida de todos. No que toca aos estudos franceses, o debate de que são alvo é uma constante, quer a nível nacional, quer internacional, e enquadra-se na reflexão global sobre os estudos humanísticos, com particular ênfase sobre a questão literária.

Olhando para o quadro daquela evolução, poderia parecer legítimo concluir que o êxito da formação universitária em letras seria inversamente proporcional à preocupação profissionalizante restrita: tratando-se de matérias como as línguas ou as literaturas, pareceria até desvirtuador da sua natureza transformá-los em veículos ou objectos exclusivos de profissionalização. Julgo no entanto que esta é uma forma de encarar o problema capciosa: se é um facto que estudos literários e ensino da literatura não reenviam para a mesma realidade, dado que os primeiros não implicam o segundo, acredito que o ensino da literatura pode levar a um melhor conhecimento da literatura. Saber e fruição não são incompatíveis; pelo contrário, o saber prepara a esclarece a fruição, tornando-se por isso um factor indispensável da formação do gosto pela leitura. E esta deve ser, em meu entender, uma perspectiva prioritária nos estudos literários – quer incidam sobre a literatura nacional ou sobre as literaturas estrangeiras – em Portugal, país referenciado nas estatísticas europeias pelo baixo índice de leitores que apresenta¹².

No que respeita aos estudos franceses, verifica-se entre nós, na actualidade, um fenómeno curioso. Se é um facto que o número de alunos tem vindo a diminuir nos cursos tradicionais ao nível da formação inicial, isto é, da licenciatura (situação para a qual contribuíram também políticas de ensino das línguas estrangeiras contestáveis no ensino básico e secundário, contraditórias das directrizes europeias neste campo¹³, e de

¹² Vd. o estado da questão nos resultados apresentados pelo Educational Testing Service, em <http://ets.org> e nos relatórios da OCDE.

¹³ Vd. nomeadamente os documentos emanados do Conselho da Europa em torno do projecto de constituição do Portfolio Europeu das Línguas.

que hoje somos herdeiros), esse número tem vindo a aumentar substancialmente ao nível da investigação e da produção de teses de mestrado ou de doutoramento. Constate-se também que os domínios sobre os quais estas incidem alargam substancialmente as áreas dos saberes literários tradicionais, permitindo aberturas a perspectivas transdisciplinares ou interdisciplinares enriquecedoras¹⁴.

Ao fazermos uma retrospectiva das principais reformas das faculdades de letras, constatamos que a sua função foi definida segundo objectivos de política educativa diferentes e que correspondem a concepções diferentes das próprias matérias de estudo.

Se no texto de 1911 encontramos toda uma formulação doutrinária consentânea com o generoso ideário republicano da democratização do acesso ao saber como condição de formação humana moderna e esclarecida para as futuras elites governantes (formulação em que ecoa, por sua vez o ideário do modelo revolucionário e republicano francês, legitimador de uma concepção humanista e civilizadora dos estudos franceses), as preocupações da reforma de 1957 incidem substancialmente sobre a actualização e o aprofundamento de saberes cuja legitimação não se contesta: quer pelos conteúdos que veicula quer pelas finalidades a que se destinam, os estudos franceses, e os estudos literários em geral, constituíam uma mais-valia em si mesmos, inquestionável, na altura.

Ao consagrar o abandono do paradigma filológico como garante de uma sólida formação universitária pelo paradigma semiótico-comunicacional, a reforma de 1978 acompanha as tendências contemporâneas de um ensino de línguas essencialmente vocacionado para a comunicação, e que se irão desenvolver nas duas décadas seguintes. Para além disso, o abandono daquele paradigma é acompanhado também por uma mudança nos objectivos formativos das faculdades de letras: à prioridade da formação predominantemente vocacionada para o aprofundamento e actualização científica consignada pela reforma de 1957, o texto de 1978 elege como prioridade a formação pedagógica dos agentes de ensino. No entanto, esta reforma não altera substancialmente os conteúdos disciplinares das literaturas estrangeiras, acentuando antes o fechamento das formações.

¹⁴ A disponibilização dos títulos das teses de mestrado e de doutoramento em estudos franceses em Portugal constitui uma das prioridades da divulgação no sítio internet em breve disponibilizado pela Associação Portuguesa de Estudos Franceses, em <http://www.apef.org.pt>.

Não aposta na flexibilidade curricular, antes insiste na formação unidireccional, privilegiando o ensino do FLE, num panorama em que as literaturas estrangeiras se vêem lamentavelmente banidas do ensino da língua no ensino secundário.

Tendência essa que conhecerá também a política de apoio institucional francês no estrangeiro, através dos serviços culturais das embaixadas, que progressivamente, ao longo dos anos 80 e 90, abandonarão o modelo de intervenção cultural e literário de que o preenchimento de lugares-chave como os da direcção do Instituto Francês ou os leitorados eram um exemplo concreto e actuante, para se dedicarem amplamente às chamadas "actions pédagogiques". Recordaria tão só os nomes de Léon Bourdon, Georges Le Gentil ou de Pierre Hourcade, que, quer pelo seu desempenho institucional como pelas suas actividades de lusitanistas reputados, contribuíram tão significativamente para o fortalecimento dos laços culturais entre a universidade francesa e a universidade portuguesa ao longo de tantas décadas.

Vários factores contribuíram assim, em Portugal, para a evolução dos estudos literários franceses.

No entanto... "Et tout le reste est littérature", proclamava o poeta Paul Verlaine, na sua *Art poétique*...

Apesar de muito glosado, o último verso deste conhecido poema que Verlaine dedica ao esteta simbolista Charles Morice pode talvez ajudar-nos a identificar alguns dos "campos" em que se situam na contemporaneidade os estudos franceses, nomeadamente os estudos literários, campos não canónicos, virtualmente residuais..., mas não por isso menos interessantes, nem tão pouco menos literários, se considerarmos que o poder da literatura vem precisamente das margens em que se inscreve.... margens que o poeta não delimitou...

Fiéis ao poeta, poderemos ler hoje este verso num contexto de esperança dado que, pela sua própria ambiguidade, deixa em aberto uma série de possibilidades.

Deveríamos talvez começar por tentar redefinir o que se poderá entender hoje por estudos franceses, e qual o relacionamento que poderá ainda existir entre estudos franceses e estudos literários.

Se é um facto que a integração – e quase exclusividade – dos estudos literários nos estudos franceses "allait de soi" até há cerca de 20 ou 25 anos, e ainda assim permanece na maior parte dos planos de estudo das licenciaturas que contemplam os estudos franceses em Portugal, a

perda dessa exclusividade não deixou de causar um certo embaraço, senão mesmo um certo abatimento em certos sectores, confrontados com o rótulo de "estudos passadistas" ou "elitistas" que por vezes qualifica os estudos literários. É frequente o questionamento da finalidade dos estudos literários, considerados na sua generalidade, no contexto universitário actual. O fenómeno não é específico do francês, e por isso carece de uma reflexão mais englobante.

A situação institucional universitária portuguesa que descrevemos acima apontava necessariamente para este desfecho, agravada com a criação de 14 universidades novas num curto espaço de tempo após 1973, em algumas das quais a adopção, com carácter de exclusividade, do chamado "currículo integrado", condicionou definitivamente os estudos franceses à sua aplicabilidade didáctica e condenou muito particularmente os estudos literários à sua inutilidade funcional. Verificamos contudo que em outros países, mercê de outros factores, os estudos literários sofreram idêntico abalo.

A Association Internationale des Etudes Françaises, da qual tenho o gosto de ser membro, tem vindo a propor, desde há alguns anos, no seu colóquio anual, uma manhã consagrada ao estado da questão em vários países. Se é um facto que o clima de incerteza e de alguma perplexidade que envolve as perspectivas de desenvolvimento futuro dos estudos franceses condiciona o pensamento de muitos daqueles que são chamados a dar testemunho da situação nos respectivos países – recordaria o desencanto partilhado por Portugal e Espanha na sessão de 2001¹⁵ –, a fundamentada política de cooperação universitária internacional (nomeadamente com instituições francesas) que caracteriza a situação experimentada pela Grã-Bretanha torna-se um marco de referência no contexto actual¹⁶. Bastaria referir o actualíssimo e relevante projecto de publicação electrónica das correspondências dos autores do século XVIII, bem como do aparelho crítico respectivo, prosseguido pela Voltaire Foundation, designado por "Electronic Enlightenment"¹⁷.

¹⁵ Cf. *Cahiers de l'Association Internationale des Etudes Françaises*, 54, 2002, pp. 17-84.

¹⁶ Cf. A sessão organizada em torno de "Les études françaises au Royaume-Uni et en Irlande", coordenada por Michael Sheringham (Royal Holloway College, Londres), no *LVIe Congrès de l'Association Internationale des Etudes Françaises*, Paris, 6 a 9 de Julho de 2004, cujas Actas serão publicadas em 2005, no n° 56 dos *Cahiers* da AIEF.

¹⁷ Herdeira do Instituto Voltaire, criado em Genève, a Voltaire Foundation está sediada em

Entre nós, a questão – cuja problematização ultrapassa a esfera universitária restrita – tem merecido a atenção de reconhecidas individualidades do nosso campo cultural, tais como António Mega Ferreira ou Vasco Graça Moura, que se têm pronunciado sobre as causas do "naufrágio" do francês em Portugal em artigos de opinião vindos a lume em conceituados periódicos nacionais ou em páginas virtuais.

A situação é igualmente abordada com regularidade em sessões de trabalho de profissionais do ensino e de representantes associativos nacionais com os serviços culturais franceses sedeados no nosso país; constituiu mesmo objecto de um alargado encontro em Paris de representantes das mais prestigiadas universidades mundiais, em Junho de 2003, por ocasião do 1º Seminário internacional sobre os estudos franceses organizado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros Francês, ao qual já tivemos ocasião de aludir.

É um facto que a convicção e entusiasmo com os quais o conde de Rivarol respondeu à Academia de Berlim, em 1784, comprovando a universalidade da língua francesa, já deixaram de seduzir muita gente...

Já vão longe também em Portugal os tempos em que um bondoso examinador ficava satisfeito e seguro das boas prestações morais e culturais do seu examinando para toda a vida ao constatar que ele sabia o "seu francês"...

Hoje, ouvimos, em várias modulações, a frase cortante de Hélène Carrère d'Encausse, secretária perpétua da Académie Française proclamar solenemente: "Aujourd'hui, le monde ne parle plus français".

O questionamento dos estudos literários franceses concebidos pelo paradigma filológico, na complementaridade orgânica entre língua-literatura-cultura, e da sua legitimação como pedra ancilar dos estudos de letras, não é só uma consequência da viragem institucional proposta por uma reforma de ensino, ou de novas escolhas estratégicas da acção cultural francesa no exterior. Esse questionamento, alargado à generalidade dos estudos literários, vinha sendo equacionado já, numa perspectiva europeia, de raiz fundamentalmente francesa, pelo pensamento existencialista, após a segunda guerra mundial: bastaria recordar a publicação por Sartre, em 1948, da obra *Qu'est-ce que la littérature?*. Na década de

Inglaterra há 25 anos. Tendo tido como objectivo inicial a edição de todos os escritos voltairianos, esta instituição colabora com associações eruditas estrangeiras tendo em vista publicações de referência no campo epistolar do século XVIII.

setenta o estruturalismo, o desenvolvimento dos novos meios de expressão não-literária, mas que com ela concorrem (recordem-se as premonições fatalistas sobre a morte do livro e da leitura no advento da enfeitadora era virtual) e que recorrem predominantemente à imagem, como a televisão ou o cinema e, posteriormente, a voga dos "cultural studies", promotores de olhares plurifacetados sobre os contextos culturais nos quais a literatura constitui uma manifestação não exclusiva, em breve aliados aos estudos póscoloniais, mais atentos à realidade cultural contemporânea, estes últimos mais difundidos ainda hoje nas universidades anglo-saxónicas do que nas universidades do Sul da Europa, incluindo a universidade francesa, marcam pontos nessa caminhada, ao mesmo tempo, por outro lado, que apontam para novas alianças, ou novos "pactos de leitura", para parafrasear ainda Philippe Lejeune, em torno da abordagem das obras literárias. Caminhada que não terá sido tão precipitada pelo iconoclasta desconstruccionismo como poderia à primeira vista parecer, dado que este se centra ainda e sobretudo sobre o texto literário e sobre as leituras "outras" que pode proporcionar (estas sim, eventualmente iconoclastas, mas, no fundo, alargando até ao infinito os horizontes abertos pela "imagination créatrice" que Baudelaire sacralizara como "la reine des facultés"...), e sobre as suas virtualidades de contra-poder...

O descentramento metodológico e crítico que caracteriza os estudos literários actualmente, convida-nos a perspectivá-los à luz de outras posturas epistemológicas, que convivem mal com a tríade literatura-língua-cultura. Em meu entender, o percurso do questionamento dos estudos literários que esboçámos acima não leva necessariamente ao "fim dos estudos literários", mas decerto ao fim de uma certa ideia dos estudos literários em que os programas institucionais do ensino da literatura (e daquela escola, em sentido amplo, recordada por Barthes que nos faz recordar a literatura como "un souvenir d'école"...), apostaram longamente e que, porventura, se encontram esgotados. Pelo contrário, nesse percurso inscreve-se a sua vitalidade, porquanto permite sustentar perspectivas de análise da escrita como uma forma estética possível de "resposta" do escritor ao mundo – e, por aí, do seu estatuto fortemente empenhado na contemporaneidade. Empenhamento que se quer tornar hoje abrangente do maior número, desmitificando concepções hugolianas demiúrgicas: veja-se o trabalho desenvolvido nos "ateliers de escrita criativa". Resposta estética cujos passos criativos a renovada crítica genética se propõe acompanhar, dessacralizando o texto final tido como produto acabado,

sobre o qual se haviam detido, tanto a crítica filológica como os vários formalismos..., para valorizar e potenciar novos percursos na história da criação literária. Por outro lado, aquele percurso aponta para a leitura das obras na sua transversalidade, como lugar do encontro entre a criação e os saberes que nela se entrecruzam, e aos quais a obra dá voz, permitindo-nos reconsiderar os trajectos recepcionais em que a história literária se constrói também.

Daqui poderão advir orientações de leitura inquietantes talvez, na medida em que obrigam a repensar o lugar da literatura para além do campo das humanidades, mas estimulantes, porquanto reconfiguram o lugar destas no vasto conjunto dos saberes humanos. Orientações de leitura provocatórias, e das quais uma das consequências poderá tão só exigir a contestação da cómoda repartição dos saberes entre letras e ciências, no campo do ensino... e levar-nos a prever desenvolvimentos dos estudos literários (também franceses) em campos não tradicionalmente literários, mas que, na sua especificidade relativa, partilham com o literário a incessante busca de sentido – que sabemos jamais satisfeita – em que se resolve a nossa condição humana...

Uma outra consequência desse acentuado percurso do questionamento da legitimidade dos estudos literários que temos vindo a traçar, e que define, em parte, o novo condicionalismo em que estes se encontram, traz a lume uma questão que atravessa toda a reflexão sobre os estudos literários desenvolvida actualmente no campo do ensino: a da sua legitimação encarada do ponto de vista pragmático da sua finalidade. Nesta conformidade, a universidade é levada a equacionar os estudos literários como qualquer outra área de formação: em função da procura de que são alvo, e não só em função do seu valor intrínseco. Nesta perspectiva, um dos grandes desafios que se colocam hoje aos estudos literários franceses, num contexto cultural que lhes é pouco propício, é precisamente o de os fazer corresponder às expectativas do público ao qual se destinam. Público esse cada vez mais diversificado, quer do ponto de vista da sua formação inicial em língua como em literatura, quer dos objectivos que busca alcançar na sua formação – uma formação utilizável, que rentabilize o investimento feito nos estudos superiores.

Daqui resultam, para já, dois desafios aos estudos literários na universidade:

- A procura de novos públicos, quebrando a relação de dependência quase exclusiva dos alunos provenientes do ensino secundário em letras;
- A abertura a novas postulações, ou seja a aposta em novas estratégias de sobrevivência, que passam pelas múltiplas combinatórias que os estudos franceses (se bem que maioritariamente nas suas vertentes de língua e cultura) estabelecem com outras áreas de formação, desde o jornalismo, ao turismo, à tradução ou à história da arte, entres outras possíveis, no traçado de uma plêiade de "affinités électives" de maior ou menor duração... que não contemplam forçosamente, como primeira escolha dos postulantes (ou daqueles que se tornam postulantes após um longo trabalho de convencimento da necessidade e da oportunidade dos estudos franceses em departamentos onde não se ouve falar francês) a área literária, mas onde esta pode intervir.

Se a perspectivação dos estudos literários em termos de procura e oferta pode parecer chocante ainda para uma universidade mais conservadora, talvez ainda pouco sensível às razões profundas (estruturais e conjunturais) do decréscimo de alunos em letras, ela é uma banalidade na universidade americana, ela própria condicionada pelo mercado fortemente competitivo que regula a sua justificação social.

Uma das consequências desta adaptação ao público tem a ver com a escolha da língua de ensino.

Antoine Compagnon publicou em 1999 na revista *Le Débat*, dirigida por Pierre Nora, um artigo que desejou fortemente polémico – "Pourquoi le français devient une langue comme les autres" –, ao longo do qual analisa as consequências do fim do modelo filológico na actualidade. Inspirado pela sua experiência de ensino numa universidade americana (Columbia) e pelas suas intervenções em outras universidades estrangeiras em países não francófonos, nomeadamente escandinavos, Compagnon encara positivamente a separação necessária entre língua e literatura, uma vez ultrapassado o paradigma filológico nos estudos franceses. Para além da sua própria experiência, refere naquele texto o sucesso de que se revestiu uma lição dada em língua inglesa por Marc Fumaroli, o reputado académico francês especialista do séc. XVII, perante um público alargado de estudantes de história da arte, considerando que "sortir du français, c'est aussi sortir de sa discipline", concluindo que "le résultat,

c'est que l'influence de sa visite a été bien plus considérable que s'il n'avait parlé qu'en français". E Compagnon conclui acertadamente "le français, c'est un fait, ne peut plus être défendu hors de France par des Français qui ne parlent que le français, de même que la littérature ne peut pas se défendre seule". Chamada de atenção evidente para a reorganização necessária dos estudos franceses no estrangeiro, muito particularmente no seu relacionamento com a língua francesa e com as outras disciplinas e áreas do conhecimento.

Este exemplo sugere-nos algumas linhas de reflexão, podendo converter-se assim num estimulante "estudo de caso":

- A primeira, e é o próprio Antoine Compagnon que a reconhece: é que "le maintien du français...ne va nulle part de soi", no contexto mundial actual, em que a banalização das línguas, uma vez concebidas como objecto de troca e já não de cultura, são o sinal da mudança do próprio conceito de cultura. Para o autor de *Les cinq paradoxes de la modernité*, obra publicada nove anos antes, a cultura de hoje caracteriza-se pelo atomismo e pelo relativismo universal. Características que atingem fortemente a herança simbólica de uma língua como o francês, reduzida a não ser mais do que "une langue comme les autres". Atento ao decréscimo da popularidade da língua francesa no mundo, face ao que chama o "koiné" contemporâneo, o inglês, Compagnon tem a consciência clara de que "le maintien de la culture ne passe pas par le rêve d'un empire linguistique", cuja nostalgia subjaz ao mal-estar inicialmente referido e que a aposta na francofonia poderia sublimar, mas que a inexistência do conceito similar de "germanophonie [...] pas plus que celui d'anglophonie", infirmam.
- A segunda, é que a transmissão de uma cultura estrangeira pode ser feita, e tão bem feita, pelas línguas locais, no que valoriza o acesso às traduções e o confronto com as competências de leitores diversificados e em maior número.
- Uma terceira (e a enumeração que fazemos é meramente metodológica e não valorativa) reconhece que outros estudos podem ser articulados com os estudos literários, e alargar assim o âmbito relacional desta disciplina. A experiência de Marc Fumaroli, que o fez "sair da sua disciplina", tanto em termos linguísticos como epistemológicos, resultou na captação de novos públicos e na arti-

culação de novos conhecimentos. Mais do que uma experiência pontual, positiva embora, a experiência de Marc Fumaroli, tanto ou mais pelo facto de ter sido vivida por uma figura da sua envergadura no seio dos estudos literários franceses, constitui a melhor justificação para uma abordagem transdisciplinar dos estudos literários, e, portanto, para o contributo relevante que os estudos literários franceses podem trazer a outras áreas do conhecimento e, conseqüentemente, a outras áreas disciplinares. Por outro lado, e convirá acentuá-lo, ela tornou-se possível devido à própria natureza paradoxal do fenómeno literário: constituindo um universo fechado – não podemos acrescentar uma linha, nem mudar uma vírgula a um poema de Baudelaire ou a um romance de Balzac –, o texto literário abre-se ao leitor e ao seu tempo. Podemos ler em Baudelaire os trajectos de uma literatura "urbana" que vai tecendo entre os seus poemas em verso e em prosa, podemos ler em Balzac os trabalhos científicos de Cuvier ou de Geoffroy de Saint-Hilaire, modelos do seu próprio projecto literário. Podemos ler George Sand para conhecermos a vida dos camponeses do Berry, ou quão desagradável era passar um inverno em Palma de Maiorca, nas primeiras décadas do século XIX, mesmo quando se ouvia tocar Chopin, ou melhor...quando se ouvia Chopin tocar..., ou Rodolphe Töpffer para descobrirmos, em inícios do século XIX, as maravilhas do turismo alpino, ou ler Maurice Chappaz, em plena actualidade, que se revolta contra os malefícios da desenfreada exploração turística nas mesmas paragens, descaracterizadora da natureza que assombrara os primeiros viajantes, ou Ramuz para descobrirmos novas potencialidades gramaticais, sintácticas e poéticas na língua francesa, ou Alice Rivaz, para nos apercebermos das condições de trabalho discriminatórias do trabalho feminino nas instituições internacionais suíças do pós-guerra, ou acompanhar os problemas dos adolescentes ou da mulher nas sociedades industrializadas contemporâneas com Annie Ernaux, ou André Malraux para reflectirmos sobre outras condições humanas..., mas também Andreï Makine ou Patrick Chamoiseau para redescobrirmos o amor e a veneração pela língua francesa nos nossos dias descrentes...

É assim que outras disciplinas integram hoje, com proveito assinalável, o texto literário, revalorizando-o ao mesmo tempo que relativizam o seu lugar no conjunto dos estudos humanísticos, nos estudos culturais, história das mentalidades, história cultural, história dos *media*, na sociologia ou na história do livro, etc.

Se a postura "transgressiva" da leitura do texto literário que aqui antevemos pode parecer sedutora – recorrendo à metalepse genettiana como a figura que a autorizaria (Genette, 2004) –, ela terá de ser consciente de que “à la suite des critiques que les épistémologues constructivistes ont formulées aux conceptions néopositivistes du langage, il n’est plus possible de penser le texte comme un miroir de la réalité, c’est-à-dire comme un lieu de récolte de représentations directes de la réalité”, tal como adverte Lorenzo Bonoli na sua esclarecedora análise das diferenças que identifica entre o modo como se dão a ler os textos ficcionais literários, particularmente os textos considerados "realistas", e os textos científicos factuais (com particular incidência sobre os textos históricos e etnográficos). Para o autor de “*Écritures de la réalité*”, “plus qu’une copie de la réalité, le texte apparaît comme un lieu d’articulation entre une réalité externe observée et des contraintes linguistiques, conceptuelles et méthodologiques propres aux différentes disciplines» (Bonoli, 2004: 19-33).

Por outro lado, a procura de novos caminhos com a qual se debatem hoje os estudos literários (e não só os estudos franceses, nem em exclusividade estes, no conjunto das literaturas estrangeiras) pode levar, sem dúvida, a um alargamento da disciplina ao reconhecimento da transversalidade dos saberes que nela se cruzam, e para o qual apontou o conceito de "intertextualidade", precursoramente formulado por Julia Kristeva em finais da década de sessenta, que se viria a difundir com particular sucesso. Pode levar talvez mesmo ao risco de uma "utilização" excessiva do literário, quando não de utilitarismo...

Não poderá contudo esse alargamento ignorar os caminhos de interpretação e de análise do *texto* (noção provocadora, quando não de intenções demolidoras, da longa história do universo de referência da *vieuvre* de que falava Compagnon nas suas reflexões sobre história e teoria literária) literário abertos pelas perspectivas teóricas centradas sobre a poética do próprio texto, e das quais a revista *Poétique* tem vindo a ser, desde a sua fundação na Ecole Normale Supérieure em 1969, um dos principais veículos difusores no campo dos estudos literários franceses. Do mesmo modo que o "centramento" sobre o texto, no qual G. Genette faz confluir

as tendências da "crítica imanente"(Genette, 2001: 131-150) não poderá ignorar as perspectivas de estudos incidentes sobre as condições de produção e de recepção das *obras* literárias. Sobre a necessidade de desenvolvimento deste campo de análise havia já alertado Gustave Lanson (autor que urge "libertar" de um redutor apego à "explication de texte" que começou por seduzi-lo, mas haveria de o enredar no "lansonismo"), num projecto adiado e que as actuais tendências de índole sociológica parecem poder concretizar, ao viabilizar as possibilidades de aplicação do conceito fecundo de "champ" (Bourdieu) aos estudos literários¹⁸.

Uma das áreas em que actualmente se desenvolvem, com algum sucesso, os estudos franceses, é a área dos estudos francófonos. Conviria desde logo tecer algumas considerações acerca deste termo e das suas eventuais conotações.

O primeiro aspecto a definir é de natureza puramente espacial: qual a perspectiva a partir da qual se considera a francofonia. De um ponto de vista interno, isto é, a partir de França? Acedemos então a toda uma estrutura institucional estatal que define o âmbito do conceito e os objectivos e métodos de actuação daquela estrutura. Assim, o conceito de francofonia surge desde logo enquadrado numa política de promoção da acção cultural francesa no estrangeiro, da qual a difusão da língua francesa é um veículo privilegiado mas não exclusivo (apesar da designação de um dos seus organismos mais representativos: a Délégation Générale à la Langue Française et aux Langues de France; ou do cargo de Director da Coopération Culturelle et du Français). Referimo-nos não só concretamente aos objectivos da Agence Universitaire de la Francophonie (AUF), como a todas as iniciativas concertadas pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, no que toca à promoção de encontros internacionais, alguns dos quais visando precisamente o incremento da cooperação internacional, do livro, de exposições, das representações culturais, etc., e a todo o trabalho desenvolvido pelas delegações dos serviços culturais e de cooperação educativa adstritos às embaixadas na captação de novos públicos, e de novas áreas de intervenção. Uma acção exercida também em domínios que ultrapassam largamente os contextos culturais e se inserem numa estratégia mais ampla de ajuda ao desenvolvimento, no caso dos

¹⁸ Jérôme Meizoz, professor nas universidades de Genève e Lausanne, traça uma esclarecedora síntese dos percursos destes estudos bem como das suas novas orientações numa obra que publicou recentemente (2004).

chamados "países emergentes". A noção de francofonia, neste contexto, corresponde claramente a desígnios de natureza política e económica. Procedimentos vários, que continuam a fazer da França o país que mais investe na promoção da sua língua no estrangeiro, quer através da promoção de acções de índole cultural quer do número de estruturas institucionais que sustenta para esse fim¹⁹.

Do ponto de vista estritamente literário, e decorrente deste contexto, a noção de literaturas francófonas passou a designar, primordialmente, as literaturas de língua francesa das antigas colónias e, subsidiariamente outras literaturas de expressão francesa, nomeadamente europeias que, ora viam os seus autores integrados no panorama da produção literária francesa, ora relegados para o plano da literaturas *conexas* ou *marginais* nas histórias da literatura²⁰.

Considerada de um ponto de vista exógeno, a noção de francofonia não remete porém necessariamente para este contexto.

Curiosamente, a deriva dos estudos franceses subsequente ao questionamento do paradigma filológico e do lugar preponderante que a literatura francesa aí ocupava, proporciona, no campo específico dos estudos literários, uma inusitada atenção a um núcleo de produções literárias que a história literária tradicional ignorava, ou qualificava acessoriamente, quando não incorporava liminarmente no *corpus* dos autores franceses. Refiro-me, naturalmente, às literaturas de expressão francesa europeias. Mais recentemente, a literatura do Québec, as literaturas africanas, das Antilhas ou do Pacífico Sul fazem ouvir a sua voz no concerto da francofonia. Esta afirma-se como uma área de estudos que tem vindo a desenvolver-se não globalmente nem maioritariamente no seio da universidade francesa, onde por vezes, como acontece em Paris III, surge integrada na formação em didáctica do francês como língua estrangeira, mas sobretudo no estrangeiro. Apelando cada uma daquelas literaturas a especificidades muito próprias, a enunciação da sua variedade

¹⁹ Continuamos a ouvir nos discursos oficiais um espírito de missão que faz largo uso de vocabulário em que a tonalidade militar se alia a objectivos económicos e políticos, e que torna familiares expressões como "conquista", "estratégia", "países emergentes", promoção do francês como "instrumento de ajuda ao desenvolvimento".

²⁰ Cf. o título do vol. 3, da colectânea *Histoire des Littératures*, coordenada por Raymond Queneau, e publicada pela Gallimard em 1978, "Littératures françaises, connexes et marginales".

e da sua identidade justifica plenamente o uso do vocábulo no plural: francofonias. Diversas, elas convergem no entanto na medida em que constituem focos de atracção do público para escritores preferencialmente contemporâneos²¹.

Com um passado histórico diferente, fazendo um uso diferente da língua francesa (língua materna no caso das europeias e da quebequense, e língua segunda no caso das outras), e atribuindo funções diferentes ao uso dessa língua (sobrevivência ou afirmação plena de uma identidade, consoante o momento histórico, no caso das primeiras, em contextos vizinhos de poder; afirmação de valores nacionais ou de resistência no caso das literaturas africanas ou insulares), elas convergem numa questão premente e que está longe de ser resolvida mesmo em regiões que pareceriam alheadas desta problemática, como a Suíça romanda – a questão identitária face à matriz francesa. É neste país pioneiro na proclamação dos direitos do homem, que Jérôme Meizoz reivindica ainda em 1998 [textos originais de 1994], para escritores consagrados como Jean-Jacques Rousseau, "le droit de mal écrire"; e que, a abrir o século XX, o autor romando mais conceituado, Charles-Ferdinand Ramuz, procurara um espaço de identidade no espaço simbólico da escrita, precisamente na ruptura entre o que chamou a "langue signe" (ou "le langage des livres"), mais conceptual e ideológica, vocacionada para a explicação (linguagem de Paris, subentenda-se), e a "langue geste", "goût de l'élémentaire", do silêncio do não formulado que transparece de um gesto ou de um olhar, ou de uma entoação peculiar mas que, para Ramuz, era o "tout proche parent du goût de l'universel" e que assim lhe permitia, ao "écrire pour personne, [écrire] pour tout le monde" (Ramuz, 1992: 53). Mais recentemente, em 2001, o escritor belga Jean-Pierre Verheggen entrega para publicação, nos circuitos mais alargados da conceituada colecção Poésie/Gallimard, o estranho título *Ridiculum vitae précédé de Artaud Rimbur*, reunindo textos de 1990 e 1994.

Interrogarmo-nos hoje sobre a validade e o seu correlato pragmático – finalidade – dos estudos franceses e, em particular, dos estudos literários franceses, para um público cada vez mais interessado na aplicabili-

²¹ O caso romando merecerá um tratamento diferenciado, uma vez que o processo de autonomização literária acompanha a história da constituição da Confederação: Cf. Francillon (1997), em particular o vol. 1. Para a história da literatura belga de expressão francesa, vd. Quaghebeur (1990 e 1998), e também Hanse (1992).

dade do ensino universitário das letras²², é uma questão que não pode iludir uma reflexão ponderada sobre a problemática da identidade desses próprios estudos. E, neste campo concreto, a cada vez mais sensível afirmação dos estudos francófonos nos departamentos de estudos franceses no estrangeiro constitui um sinal de mudança extremamente fecundo e propício ao desenvolvimento de novas vias de interesse para os estudos franceses. "Desterritorializados", estes alargam o "campo" em que se definem a outras mundividências, postulam novas formas de relacionamento entre língua e literatura, abrindo-se a novas combinatórias, e alargando a sua esfera de influência.

Assim acontece, por exemplo, em contextos universitários americanos e de incidência anglo-saxónica, desde os Estados Unidos à Austrália, onde prosseguem com igual sucesso a par dos estudos franceses medievalistas ou clássicos, por vezes integrados em contextos de estudo mais amplos, como os chamados "estudos globais" ou "europeus" ou, em âmbitos mais restritos, como os "estudos feministas"²³ ou de minorias étnicas ou sexuais, orientados segundo perspectivas inter ou transdisciplinares. Na Europa, é sem dúvida na Grã-Bretanha que estes estudos estão mais consideravelmente desenvolvidos, integrando, já há bastantes anos, os estudos franceses na sua generalidade. Confronte-se, a comprová-lo, as áreas temáticas propostas para o próximo congresso anual da *Society for French Studies*, a decorrer em Julho de 2005 na universidade de Leeds, em que temas tradicionalmente afectos aos estudos franceses clássicos, como " 'Le long dix-septième': 1580-1715", ou "Les études médiévales et la modernité", coexistem com temas tendencialmente mais abrangentes, como "Le cinéma et les sens", "Les genres au XXIe siècle", ou "Forme poétique et subjectivité", ou ainda "Néologisme et innovation linguistique". Se estes estudos já estão largamente implantados nos países que acabamos de referir, eles têm vindo a afirmar-se, nomeadamente em Espanha, (no que concerne a literatura belga, do Québec, africana e, mais recentemente, na universidade Complutense de Madrid, romanda), ou em Portugal (sobretudo através dos leitorados belgas e do Québec, ou de outros acordos internacionais, que contemplam países não pertencentes à

²² Veja-se o sucesso da fórmula "Línguas estrangeiras aplicadas", e das diferentes actualizações a que deu lugar em diversas propostas curriculares de várias universidades.

²³ V., por exemplo, as actividades da associação "Women in French" e as suas publicações.

Comunidade Europeia, como a Suíça)²⁴, sendo que nos países do leste europeu ou no Japão, eles são ainda relativamente recentes, seduzindo no entanto já um número apreciável de jovens investigadores, mercê de acordos de cooperação internacionais.

O contexto geopolítico, linguístico e estilístico dos estudos francófonos virá a ser valorizado pelas perspectivas de abordagem teórico-literárias pós-coloniais que entretanto vieram a lume a partir de textos pioneiros como os de Gayatri Spivak, Edward Said ou Homi Bhabba. Perspectivas que hoje informam as publicações de Jean-Marc Moura, por exemplo, autor de referência no estudo das "literaturas menores", para empregarmos a expressão que Deleuze e Guattari retomam de Kafka, e que se revela particularmente operatória na investigação sobre os contextos bi ou plurilingues em que se plasmam as literaturas que "desterritorializaram" a língua francesa, como é o caso vertente (Deleuze/Gattari, 1975). A recente criação, na Grã-Bretanha, de associações tais como a "Society for Francophone Postcolonial Studies", que realizou o seu primeiro colóquio internacional em 2003, herdeira da ASCALF, "Association for the Study of Caribbean and African Literature in French" (uma das associações pioneiras dos estudos francófonos na Grã-Bretanha e Irlanda), bem como as publicações que a revista *Francophone Studies* tem vindo a dar a lume desde os anos 1980, confirmam esta tendência, valorizadora das intersecções históricas, linguísticas e sociais em que se movem as literaturas francófonas, e que há muito deixaram de se resolver na relação unívoca com a matriz francesa.

Os estudos pós-coloniais podem assim trazer novos enfoques sobre os estudos francófonos, na medida em que, combatendo o centralismo europeu, afastam definitivamente uma concepção destas literaturas como resíduo dos estudos franceses e elevam para primeiro plano de análise os seus traços identitários e a partilha de problemáticas comuns. Donde a interligação destes estudos com áreas que vão desde a história, ao cinema, à música, à moda, à política, à linguística, ao desporto e aos fenómenos de massas, ou aos grupos sociais minoritários ou marginalizados, em suma, às questões levantadas pela nova realidade pós-colonial em que vivemos na actualidade. Realidade esta em que a Europa deixa de olhar o "outro" como ser "exótico", e passa antes a ser olhada e dita por esse

²⁴ Cf., por exemplo, o encontro científico recente organizado com a colaboração de jovens investigadores nestas literaturas (Laurel, 2004).

outro, que a integra e se exprime nas línguas europeias, simbolicamente reterritorializadas. Nova Europa tornada ela própria palco de novos exotismos, em que usos novos das suas línguas – muito particularmente da língua inglesa, mas também das línguas francesa e portuguesa – as reconfiguram, já não só como veículo de expressão (e, essencialmente, de comunicação) do outro e da sua cultura, mas como voz de uma Europa tornada lugar de encontro e de questionamento de culturas e da sua cultura, na fluidez das fronteiras e no fervilhar das constantes mobilidades em que o "outro" é afinal cada um de nós. Novos usos linguísticos em que se consubstanciam novas práticas estéticas da língua, logo, novas literaturas: veja-se a evolução da obra de Salman Rushdie a partir dos celeberrimos (mas talvez não tanto lidos) *Versículos Satânicos* até à sua última publicação traduzida em português, em Outubro de 2004, sintomaticamente intitulada no original *Step Across this Line*, e em tradução, *Pisar o risco (Colectânea de textos 1992-2002)*, na transição do século XX para o século XXI..., ou as obras de um Tahar Ben Jelloun ou de um Amin Malouf (cujo romance, de teor autobiográfico, *Origens*, acaba de ser traduzido em português), por exemplo, ou ainda, a obra que o suíço Daniel de Roulet, vai construindo na passagem entre a França e a Suíça, e que a sua última publicação, *L'envol du marcheur* (Genève, Labor et Fides, 2004), pode ilustrar.

Sinal claro desta nova realidade que recusa a matriz centrípeta do termo "francofonia", quando aplicado em contextos exógenos, é dado pela não adopção da expressão ambígua de "literaturas francófonas" a estas literaturas quando elas são designadas no seu espaço originário²⁵: veja-se a reedição, em 1998, de *Balises pour l'histoire des Lettres belges de langue française* (1982), por Marc Quaghebeur, ou mesmo a designação de centros de investigação especializados como o "Centre de recherches sur les lettres romandes" da universidade de Lausanne²⁶.

²⁵ Pude aperceber-me melhor desta realidade a nível institucional, durante a minha participação num ciclo de seminários e debates organizado em Setembro de 2004 pelo "Centre de recherches sur les lettres romandes" (U. Lausanne), destinado a investigadores estrangeiros da literatura romanda. Constatei de facto que, na Argélia, por exemplo, na universidade de Annaba, o termo não é simplesmente utilizado, em favor da designação da literatura específica pelo país de origem e pela língua veicular: assim, aí encontraremos uma literatura argelina de língua francesa, o mesmo acontecendo na universidade de Cheikh Anta Diop de Dakar, relativamente à literatura senegalesa de língua francesa.

²⁶ Fundado em 1965, o nome deste centro de investigação confirma a pressuposta exis-

Possível no contexto actual de resolução definitiva de laços políticos constrangedores, o reconhecimento identitário subjacente à sua própria designação – literatura argelina, tunisina, senegalesa ou antilhesa de expressão francesa, etc., – coloca desde já as premissas dessa mudança nos estudos literários franceses: partilhando uma língua, cada uma destas literaturas veicula uma cultura patrimonial. Como disse Paul Aron, professor na Universidade Livre de Bruxelas, numa das suas intervenções no Seminário internacional sobre os estudos franceses a que fizemos alusão no início deste estudo: "à mon sens, loin d'être un complément de la littérature française, la littérature francophone est plutôt l'expression de son manque. Elle est le lieu où se dit que les études françaises enseignent de l'identitaire et du patrimonial, et non pas seulement des valeurs culturelles".

O reconhecimento identitário subjacente à sua própria designação reenvia para um processo de autonomização e de afirmação patrimonial que invalida definitivamente por um lado, uma concepção de estudos franceses culturalmente unidireccional e, por outro práticas monolíticas de ensino. Concomitantemente, esse reconhecimento legitima perspectivas de abordagem não só comparatistas, no plano especificamente literário, mas também transdisciplinares. Longe de caminharem no sentido de uma autonomização isolacionista, a que o seu estatuto de literaturas minoritárias poderia à primeira vista conduzir, mas precisamente porque constroem diferentes usos da língua francesa e são herdeiras de uma historicidade própria, essas literaturas postulam-se entre si e revelam capacidades criativas de novos contextos simbólicos de afirmação²⁷. Contextos vividos por Edouard Glissant, na sua partilha entre as Antilhas e Paris, numa perspectiva de solidariedade, que o autor não articula em termos simplistas sentimentais, mas como elemento de cultura: "La solidarité que j'ai dite est vraiment vécue, c'est-à-dire n'est pas un simple élan d'affecti-

tência de um espaço literário próprio no campo das letras. É interessante analisar a evolução da autonomização deste campo não só relativamente à matriz francesa – "lettres romandes", como em relação a um hipotético campo literário nacional, patente na designação do centro de investigação. A consciência da complexidade histórica desta literatura, e sobretudo a sua reconhecida identidade na história da literatura, reconhecida esta como disciplina dos estudos literários, subjaz ao título da colectânea *Histoire de la littérature en Suisse romande*, organizada por Roger Francillon, conferindo agora lugar de destaque, quatro décadas volvidas sobre aquela data, ao seu objecto, a história da literatura, e afastando assim possíveis identificações de índole regionalista.

²⁷ Cf., por exemplo, o que diz Daniel Maggetti (1997: 49-55).

vit , mais aussi un élément de culture" (Glissant, 1997: 65). Nesta proposta, precursoramente formulada por Glissant em 1956 no texto *Soleil de la conscience: Poétique I*, poderemos encontrar os fundamentos para uma reflexão sobre a literatura (e o seu ensino) como "contra-poder". O estudo destas literaturas, à luz da proposta de Glissant, adquire, no contexto globalizado actual de tendência monolingu , uma importância relevante, ao fundamentar o diálogo intercultural (o multiculturalismo de que tanto se fala, mas que muitas vezes se resolve apenas numa dimensão vertical, herdeira de concepções proselitistas de desenvolvimento, manifestadas em questões como a "aculturação" das massas migrantes *versus* exclusão social), numa perspectiva em que a solidariedade   elevada ao nível de um valor cultural, resultante do reconhecimento identitário mútuo e do respeito pela diferença. Nesta proposta reencontramos o pensamento de Jean-Marie Domenach que, em livro publicado em 1967, perante o vazio deixado pela crise das ideologias (e conseqüente anulação do debate e sua substituição pela imposição violenta das identidades), e o *retorno do trágico* (conducente aos extremismos vários que hoje conhecemos), propunha uma via de desenvolvimento fecundo para os estudos literários, na indagação dos sentidos políticos traçados entre o conhecimento literário e conhecimento do mundo: "Je voudrais que l'on consente un moment   inverser la démarche critique: au lieu de remonter à la littérature pour l'ordonner de commentaires, aller d'elle   la vie; au lieu d'en faire l'histoire, nous servir d'elle pour comprendre notre histoire" (Domenach, 1967: 7).

Abrir os estudos literários a estas literaturas significa assim poder igualmente procurar novos sentidos para a história da literatura que, abandonando definitivamente a sucessividade cronológica, passa necessariamente a ser perspectivada em termos do que designar amos com F. Braudel, a "longue durée", espaços temporais dinâmicos em que se projecta a transversalidade disciplinar. Neste contexto, a história literária comparada abre-se   história da recepção comparada das várias literaturas de expressão francesa. Situada nas encruzilhadas internacionais da circulação literária, esta apresenta, por seu turno, perspectivas interessantíssimas   questão por demais actual de sabermos até que ponto a literatura tem constituído um "poder" ou um "contra poder" no relacionamento internacional (Hilsum/Longre, 2003)²⁸. Associada   história das traduções lite-

²⁸ Como compreender a cultura "wallone" sem se ter presente o impacto do Império de Carlos V nesta região; como compreender a literatura belga sem ter presente a ques-

rárias em França ou das traduções em línguas locais de obras francesas, a história da recepção comparada das várias literaturas de expressão francesa poderá ajudar-nos a situar de forma mais inteligível o campo dos estudos franceses ao longo da história. Situando-nos concretamente no campo do ensino, consideramos que o levantamento, nos arquivos escolares, dos livros dedicados ao ensino da língua e da literatura francesas, poderia constituir um elemento decisivo para o conhecimento do "outro" em momentos-chave do relacionamento histórico entre os povos, bem como do impacto que esse conhecimento, ou que essa imagem do outro, efectivamente exerceu nesse relacionamento, nomeadamente ao nível da elaboração dos "clichés" que desse "outro" ficam nos formandos.

Uma ilustração muito concreta desta perspectiva é o desenvolvimento contemporâneo dos estudos comparatistas não só vocacionados para o estudo de literaturas de expressão francesa autóctones, entre si (como, por exemplo, o colóquio sobre "La nouvelle francophone en Belgique et en Suisse", promovido pela universidade de Lyon 3, em 2001), mas incluindo também outras literaturas em torno de um tema, em que a língua francesa é também veículo de linguagem crítica. O colóquio organizado pelo Instituto Franco-Português, em 1999: "Océan: Archipel d'Archipels",²⁹ terá constituído um primeiro passo no sentido do desenvolvimento dos estudos comparados entre francofonias e lusofonias que tão promissor seria desenvolver...fica aqui a sugestão... Outros encontros abrem-se à pluralidade espacial e ficcional do campo literário francófono, como o organizado pelo "Centre d'Etude des Francophonies" da universidade de Bucareste, em Abril de 2002, que teve como objectivo analisar o particular relacionamento com a língua francesa e com a literatura produzida nesta língua na Suíça, na Bélgica e na Roménia por Benjamin Fondane, Emil Cioran, Matéi Visniec, entre outros escritores (Quaghebeur/Rossion, 2003). A importância de que se reveste o olhar do outro – na proximidade da sua distância – não só como elemento determinante no processo de construção da identidade, mas sobretudo como instrumento de legitima-

tão linguística; como compreender a tendência introspectiva e intimista da produção literária romanda bem como o pouco impacto dos principais movimentos literários franceses do s. XIX e mesmo do s. XX, como o "nouveau roman", por exemplo, sem termos presente as referências culturais protestantes desta cultura mas também o seu retraimento político, cultural e simbólico dentro do "mythe suisse", às influências francesas?

²⁹ Textos não publicados.

ção dessa identidade, levou à realização recente do encontro inédito na universidade de Lausanne já referido. Um dos aspectos mais enriquecedores deste encontro residiu precisamente nas diferentes representações que podem ter da literatura romanda os seus escritores vivos, os seus estudiosos e, entre estes, não só os investigadores locais como aqueles espalhados pelo mundo, condicionados que estão pelas suas próprias "enciclopédias" e representações simbólicas e que, graças a esta iniciativa, puderam experimentar de uma forma muito concreta, de que modo o conhecimento literário – através da partilha crítica de uma literatura de expressão francesa e do levantamento de problemas que esta mesma literatura partilha com outras literaturas minoritárias – pode promover a solidariedade de que falava Glissant como valor cultural, e contribuir para uma globalização de conotação positiva, em torno de uma língua entendida como o lugar da diferença partilhada: o francês.

Motores essenciais do desenvolvimento que hoje assumem os estudos franceses ou de expressão francesa no mundo, pela sua própria natureza, necessariamente deslocalizados, são não só encontros deste tipo, como todo o trabalho realizado pelas associações nacionais, de que a Associação Portuguesa de Estudos Franceses (APEF), que realizará o seu 1º colóquio em 2005, ou internacionais, cuja formação remonta a meados do século XX, como a AIEF, a AILC, a SFLGC, ou mais recentemente, a Association d'Etudes Françaises d'Europe Orientale, ou outras congéneres, são exemplo. Também o trabalho de qualidade desenvolvido por organismos únicos como a Voltaire Foundation que, no Reino Unido, publica as melhores edições dos clássicos franceses, ou por publicações periódicas como *Année francophone internationale*, ou as iniciativas numerosas dos Archives et Musée de la Littérature (Bruxelas), nomeadamente os colóquios que apoia, ou as colecções, como a recente "Documents pour l'Histoire des Francophonies" (dirigida por Marc Quaghebeur), nas suas três séries, "Europa", "África" e "Problemas teóricos das Francofonias", são de referir.

Do que fica dito se infere a importância que têm, a nível institucional, os departamentos de estudos franceses no estrangeiro na contemporaneidade: eles são o garante da continuidade da literatura, ao legitimar o seu cânone, mas também de "passeurs" dessa literatura, pelos seus formandos e investigadores, que a validam através do seu olhar crítico. Na actualidade, os diferentes programas de cooperação europeus ou de abrangência internacional mais lata, ou ainda o desenvolvimento de equipas de investigação internacionais ou de projectos de doutoramento em

co-tutela contribuem para a dinamização de uma outra dimensão dos estudos de expressão francesa, em que a literatura constitui decerto uma mais-valia, ao demonstrar toda a capacidade de abertura ao outro e ao mundo em que se plasma, e que estrutura esteticamente.

Em resumo, estou em crer que haverá lugar para os estudos franceses enquanto os concebermos neste mundo pragmático em que vivemos, em que o ensino universitário está cada vez mais condicionado pela lei da oferta e da procura e de objectivos profissionalizantes, como um "instrumento" (desculpem o "prosaísmo") que em muito ultrapassa esse mero patamar desvirtuador da ideia *universalista* fundadora da própria universidade e que lhe dá sentido. Pelo despoletar de sentidos que proporciona, esse "instrumento" convida (e pode ensinar) a "pensar" o nosso lugar no mundo.

Sobre a sua utilidade pronunciou-se, melhor do que ninguém, Gao Xingjian, prémio Nobel da Literatura na abertura do nosso século, no discurso que pronunciou a 7 de Dezembro de 2000 perante a Academia sueca e sintomaticamente intitulado "La raison d'être de la littérature", após ter evocado a sua dolorosa experiência de escritor durante os anos negros do totalitarismo de Mao Zedong, em que escondia os seus escritos em pequenos vasos de plantas (que haveriam depois de florescer): "c'est la littérature qui permet à l'être humain de conserver sa conscience d'homme". Para o autor, "les oeuvres littéraires dépassent les frontières, elles dépassent les langues grâce aux traductions, elles dépassent aussi les usages sociaux et certaines relations humaines particulières formées par l'histoire et le lieu, mais l'humain qu'elles révèlent en profondeur est universellement communicable à l'humanité entière" (Xingjian, 2001: 10-13). Nas sociedades actuais, regidas por tecnologias complexas ao serviço de uma cada vez maior acessibilidade dos cidadãos ao saber, sociedades em que se envidam esforços no sentido do desenvolvimento das suas competências plurilinguísticas e de leitura, os estudos literários beneficiam como nunca de condições optimizadas para o seu pleno desenvolvimento institucional³⁰: compete-nos a nós, universitários de letras, zelar para que estes estudos constituam a lição de tolerância e de aproximação

³⁰ Conviria aqui acentuar o interesse do desenvolvimento de estudos e de aplicações pedagógicas em áreas de confluência entre informática e ensino da literatura, numa perspectiva de formação alargada, e que em Portugal se encontram ainda numa fase incoativa.

entre os homens – pela partilha do universal que a literatura revela – que ilumina o pensamento de Gao Xingjian. Nesta ordem de ideias, os estudos literários franceses, muito particularmente no que estes estudos tocam o ensino da literatura, poderão ser conjugados no contexto de uma "poética da relação" (para voltar a um autor de língua francesa, Edouard Glissant) com o "outro" – na sua particularidade e universalidade –, e com o "conhecimento" – alargando assim o seu campo de incidência, num processo de globalização que entendemos como o espaço de liberdade que a literatura e o seu ensino nos oferecem.

Espaço globalizado e aberto que, afinal, sempre constituiu o espaço de circulação da criação artística e do conhecimento científico.

Referências bibliográficas

- BENSABAT, Jacob (1887), *Lectures morales et morceaux choisis des classiques français/Nova selecta franceza ou Trechos extrahidos dos melhores classicos francezes em prosa e verso para o estudo da lingua franceza...* Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a, terceira edição, correcta e muito melhorada, [1^a ed. de 1881].
- BONOLI, Lorenzo (2004), "Ecritures de la réalité", *Poétique*, 137, février.
- BRUÉZIÈRE, Maurice (1983), *L'Alliance française: histoire d'une institution*, Paris, Hachette.
- CARVALHO HOMEM, Armando Luís de (1987), "Os 25 anos da Faculdade de Letras: passado e presente", Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, II série, vol. IV, Porto.
- DELEUZE et GUATTARI (1975), *Kafka. Pour une littérature mineure*, Paris, Minuit.
- DOMENACH, Jean-Marie (1967), *Le retour du tragique*, Paris, Seuil.
- FRANCILLON, Roger (dir.) (1997), *Histoire de la littérature en Suisse romande*, Lausanne, Payot-Lausanne.
- Genette, G. (2001), "Peut-on parler d'une critique immanente?", *Poétique*, 126, avril, pp. 131-150.
- _____ (2004), *Métalepse: de la figure à la fiction*, Paris, Seuil.
- GLISSANT, Edouard (1997), *Soleil de la conscience: Poétique I*, Paris, Gallimard.
- HANSE, Joseph (1992), *Naissance d'une littérature*, Bruxelles, Labor.
- HILSUM, M. et LONGRE, J.-P. (org.) (2003), "La nouvelle francophone en

- Belgique et en Suisse", *Actes du Colloque International*, Lyon, C.E.D.I.C., Centre Jean Prévost.
- LAUREL, Maria Hermínia Amado (2001), "L'enseignement de la langue et de la littérature françaises au Portugal entre 1910 et 1936: aspects idéologiques et institutionnels" in Escalle, M.-C. Kok et Melka, F., *Changements politiques et statut des langues: histoire et épistémologie 1780-1945*, Amsterdam-Atlanta, GA, Editions Rodopi.
- _____ (2002), "Notas para uma história da Alliance Française em Portugal", *O Ensino particular das línguas e literaturas estrangeiras em Portugal, Actas das las Jornadas APHELLE*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 8 de Março de 2002, pp. 65.
- LAUREL, Maria Hermínia Amado (coord.) (2004), *Leituras na francofonia: uma língua, culturas diferentes*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- MACHADO, Álvaro Manuel (1984), *O "francesismo" na literatura portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, col. Biblioteca Breve.
- MAGGETTI, Daniel (1997), "La Suisse romande: francophone, minoritaire, heureuse", in *Actes des I Journées francophones de l'Université d'Aveiro*, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- MEIZOZ, Jérôme (1998), *Le droit de "mal écrire": quand les auteurs romands déjouent le "français de Paris"*, Genève.
- _____ (2004), *L'oeil sociologue et la littérature*, Genève-Paris, Slatkine Erudition.
- QUAGHEBEUR, M. (1990), *Lettres belges, entre absence et magie*, Bruxelles, Editions Labor.
- _____ (1998), *Balises pour l'histoire des lettres belges*, Bruxelles, Editions Labor, [1982].
- QUAGHEBEUR, Marc et ROSSION, Laurent (org.) (2003), *Entre aventures, syllogismes et confessions: Belgique, Roumanie, Suisse*, Bruxelles, P.I.E.-Peter Lang S.A.
- RAMUZ, Ch.-F. (1992), "Lettre à l'éditeur Bernard Grasset", [1928] in *Deux lettres*, Lausanne, L'Age d'Homme, coll. "Poche suisse".
- XINGJIAN, G. (2001), *La Raison d'être de la littérature*, suivi de *Au plus près du réel: dialogues avec Denis Bourgeois*, Paris, L'Aube Poche.

A HISTORIOGRAFIA FRANCESA E AS PRISÕES

*Maria José Moutinho Santos
Departamento de História da FLUP*

Considerações prévias

Em Novembro de 1989, numa feliz iniciativa de três docentes das secções de História e LLM – os Professores Oliveira Ramos, Eugénio dos Santos e Ferreira de Brito, com a colaboração da Prof. Fátima Outeirinho e de mim própria, teve lugar na FLUP um Colóquio Internacional, que fazia jus ao título da presente Mesa-Redonda, colocando numerosos investigadores a reflectirem sobre os Ecos da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil. Foi nesse contexto que conheci de perto o Prof. Ferreira de Brito. Partilhamos nessa altura as tarefas decorrentes do evento, sendo que, a partir daí o nosso relacionamento se aprofundou, o que me deixou profundamente honrada, tendo em conta a inteligência, o mérito, a cultura, mas também a graça, a força anímica que todos reconhecemos no nosso distinto amigo, que hoje é aqui homenageado.

Vem precisamente desse ano de 1989 o início do meu “vínculo académico” com os estudos sobre delinquência, crime e prisões, que iriam marcar todo o meu percurso posterior como investigadora. Estou certa que muito fiquei devendo à historiografia francesa ao decidir singrar por esses caminhos. Naturalmente que não enjeito os profundos ensinamentos que colhi noutros quadrantes, mas o percurso começou através dos textos franceses, e a sedução também...

Penso que não poderia ter sido de outra forma. Aliás, outros colegas, por certo que manifestariam de igual modo a vinculação dos seus trabalhos à influência decisiva das correntes historiográficas francesas, que vieram também renovar a historiografia portuguesa. Da escola dos “Annales” à Nova História há um fenómeno de expansão problemática da ciência e da prática históricas que esteve na base da formação de todos nós. Aprendemos com os grandes historiadores franceses o sentido do gosto pela escrita, o “dire juste avec les mots”. Seguimo-los nas perspectivas que nos abriram, reinventando ou reciclando fontes históricas, mudando o rumo das suas pesquisas das actividades das elites para os comporta-

mentos populares, das manifestações públicas para a intimidade das famílias, levando-nos também até ao limite do percurso, isto é, até ao estudo das minorias, dos deserdados da sorte e da fortuna. Estes “novos vestidos de Clio” não deixaram de fazer concessões ao interesse do grande público fascinado com as novas temáticas: – dos medos evocados por Delumeau (Delumeau, 1978), ao sofrimento e à morte chamados por Ariès (Ariès, 1975), Vovelle (Vovelle, 1974) ou Favre (Favre, 1978); à fala dos loucos, dos excluídos ou dos assassinos trazida por Foucault... Foucault que iria marcar indelevelmente o rumo da escrita da História, sobretudo após o seu livro *Surveiller et punir. Naissance de la prison* (Foucault, 1975), que constituiu um discurso heterodoxo sobre o poder e a autoridade, mas que trouxe, também, a marca de uma luta política onde Foucault se envolveu profundamente¹. “Le militant oriente le chercheur et le chercheur éclaire le militant”, nas palavras felizes de François Boullant (Boullant, 2003). Aliás, *Surveiller et Punir* colocou de uma forma original e nova a relação que a História mantém com o presente.

De facto, no início da década de setenta a França era o epicentro europeu de uma onda de contestação ao sistema penitenciário, que envolveu numerosas personalidades, nomeadamente do meio universitário, na luta em favor dos presos e na exigência de reformas. Como corolário dela, foi criado em 1971 por alguns intelectuais, entre os quais o próprio Foucault, o *Groupe d’information sur les prisons*, que num manifesto de Fevereiro desse ano afirmava: “Peu d’informations se publient sur les prisons; c’est une des régions cachées de notre système social, une des cases noires de notre vie. Nous avons le droit de savoir, nous voulons savoir. Nous nous proposons de faire savoir ce que c’est la prison(...) Ce n’est pas à nous de suggérer une réforme. Nous voulons seulement faire connaître la réalité...” O envolvimento de Foucault nessa luta que o apaixonou verdadeiramente será determinante em termos de resultados.

Se estes problemas afectavam outros países e, de modo particular, os Estados Unidos, a França seria, em todo esse processo, o território de eleição para onde se canalizaram os olhares, em grande parte pela posse dessa matriz fundadora: – a Declaração dos Direitos do Homem, que ao proteger a Liberdade, estabeleceu os grandes princípios da reforma penal e, mesmo sem o declarar expressamente, apelou para a reforma das prisões.

¹ Ele escreveria em *Dits et Écrits*: “Mes livres ont toujours été mes problèmes personnels avec la folie, la prison, la sexualité” (Foucault, 1994: 617).

Desta forma, por efeito da conjuntura política e social, pelas sequelas das perspectivas foucaudianas e pelos percursos trilhados pela Nova História, que teve em França os seus melhores cultores, surgia um importante envolvimento universitário na busca de outras abordagens à história penitenciária. Isso viria a reflectir-se na mudança dos métodos de pesquisa, dos objectos de análise, dos modelos e da finalidade dos estudos realizados, fruto também de uma contribuição decisiva vinda de outras áreas das ciências sociais.

Assim, ao longo da década de oitenta, em que as perspectivas de investigação se alteram um pouco, com os actores sociais a saírem da sombra e os historiadores a seguir os seus passos e as suas acções, são publicados em França dezenas de textos dedicados à historiografia penal e penitenciária, alguns deles absolutamente incontornáveis na perspectiva das abordagens, na novidade dos seus conteúdos, nas questões postas à prisão contemporânea.

Recordo o contributo de duas obras colectivas publicadas nos anos oitenta: *L'impossible prison. Recherches sur le système pénitentiaire au XIX siècle* (Perrot, 1980), dirigida por Michelle Perrot e *La prison, le bagne et l'histoire* (Perrot, 1984) que reflectia o trabalho de investigadores oriundos de diversos países dos dois lados do Atlântico, bem como *Écrits sur le système pénitentiaire* (Tocqueville, 1984) de Alexis de Tocqueville apresentado por M. Perrot, e *Le Désordre des familles* (Farge, 1982) de Arlette Farge em colaboração com Foucault.

A década de noventa consolidou a importância da historiografia francesa nesta matéria, de que ressalto *Ces peines obscures* de Jacques-Guy Petit (Petit, 1990), a edição crítica de *L'état des prisons* de John Howard da responsabilidade de Christian Carlier e J.G.Petit (Carlier/Petit, 1994) e, sobretudo, o belíssimo livro de Robert Badinter *La prison republicaine* (Badinter, 1992), a par de um outro importante trabalho colectivo: *Histoire des galères bagnes et prisons* com prefácio da reputada Michelle Perrot e com as contribuições de Nicole Castan, Claude Faugeron, Jacques-Guy Petit, Michel Pierre e André Zysberg (Perrot, 1991), ou ainda *La prison politique en France (XVIII-XIX)* de J.-C Vimont (Vimont, 1993).

Mas a prisão e outras formas de detenção penal, como o degredo e as casas de correcção, iriam suscitar, também, a emergência de uma bibliografia específica dos “territórios de fronteira”: da delinquência juvenil à criminalidade, da criminologia à história da justiça, etc., etc., textos que se tornaram indispensáveis à análise da questão penitenciária.

Outros textos foram (continuam a ser) de grande relevância para mim na construção do discurso histórico centrado em redor destas questões. Desde logo de Michel Foucault “*La vie des hommes infames*” (Foucault, 1994) e *Moi, Pierre Rivière ayant égorgé ma Mère, ma Soeur et mon Frère...* (Foucault, 1973), de Michelle Perrot *Postface à Bentham. Le Panoptique* (Perrot, 1977) de Michel de Certeau, sobretudo “*Le langage altéré. La parole de la possédée*” de *L’écriture de l’Histoire* (Certeau, 1975). De Arlette Farge o pequeno mas fascinante livro *Le goût de l’archive* (Farge, 1989) e *Lieux pour l’Histoire* (Farge, 1997) onde a autora reflecte sobre essa relação complexa que a História mantém com as palavras dos homens, sobretudo desses protagonistas especiais: os presos, os marginais, os criminosos, com os quais podemos correr o risco de nos deixarmos levar pela fascinação do seu infortúnio, de “adoptarmos” esses despojados e fazermos, por causa deles, uma escrita argumentativa. Esta é sem dúvida uma questão desafiadora para quem trabalha fundamentalmente com estes protagonistas, geralmente silenciados pela sua condição de miséria e de analfabetismo...

No limiar deste novo século, a França voltou a surpreender-nos pelas piores e pelas melhores razões. Em 2000 centraram-se mais uma vez nela as atenções gerais a propósito da questão penitenciária, com a publicação do livro polémico de Véronique Vasseur, médica na cadeia da Santé, sobre a miséria das prisões francesas (Vasseur, 2000). Trinta anos passados, a França dava de novo o mote para a questão penitenciária. Perante a surpresa, a perplexidade, o incómodo da classe política, e face à voracidade dos *media* em redor de problemas que continuavam por solucionar trinta anos depois, a historiografia penitenciária ganhava um novo folgo com todo este debate. Publicaram-se novos livros actualizando o estado da pesquisa, como sucedeu com *Histoire des prisons en France (1789-2000)* (Petit et al., 2002), *Histoire sociale de la justice en France de la Révolution à nos jours* (Chauvaud et al., 2003), *Michel Foucault et les prisons* (Boullant, 2003), *Le livre des vies coupables*, autobiografias de criminosos, textos editados e apresentados por Philippe Artières (Artières, 2000), ou de Michelle Perrot *Les ombres de l’histoire, crime et châtiment au XIX siècle* (Perrot, 2001); reeditaram-se outros e publicaram-se artigos em revistas especializadas², que man-

² Citem-se, como exemplo: a publicação de *Histoire des prisons en France (1789-2000)*, editado pela Privat em 2002 e que é uma reedição de diversos textos editados em 1991

tiveram em aberto e em plena actualidade questões que têm a ver com o falhanço do sistema prisional moderno criado com a Revolução Francesa. O estudo desse modelo, o entendimento dos seus próprios limites e da sua capacidade para se “auto-regenerar” são caminhos que têm a ver não só com a História mas, também, com os Direitos do Homem, áreas em que os contributos da Universidade serão sempre uma indiscutível mais valia.

Neste contexto, sinto-me uma eterna devedora da matriz francesa que me proporcionou profundos ensinamentos, me colocou enormes desafios mas, sobretudo, me dá o prazer inesgotável de voltar, sempre que o deseje, ao convívio dos “meus autores”, companheiros fiéis do meu quotidiano universitário...

Porto, 22 de Outubro de 2004

Referências bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe (ed.) (2000), *Le livre des vies coupables*, Paris, Albin Michel.
- BADINTER, Robert (1992), *La prison republicaine (1871-1914)*, Paris, Fayard.
- BOULLANT, François (2003), *Michel Foucault et les prisons*, Paris, PUF.
- CASTAN, Nicole e FAUGERON, Claude et al. (1991), *Histoire des galères, bagnes et prisons*, Paris, Éditions Privat.
- CERTEAU, Michel de (1975), *L'écriture de l'Histoire*, Paris, Éditions Gallimard.
- CHAUVAUD, F. et al (2003), *Histoire sociale de la justice en France de la Révolution à nos jours*, Paris, Ophrys.
- DELUMEAU, Jean (1978), *La peur en Occident*, Paris, Fayard.
- FARGE, Arlette (1989), *Le goût de l'archive*, Paris, Éditions du Seuil.
- FARGE, Arlette (1997), *Lieux pour l' Histoire*, Paris, Éditions du Seuil.
- FARGE, Arlette e FOUCAULT, Michel (1982), *Le désordre des familles*, Paris, Éditions Gallimard-Julliard.

em *Histoire des galères, bagnes et prisons*, da responsabilidade da mesma editora; a colectânea apresentada em 2001 por Monique Seyler sob o título *La prison immobile* da responsabilidade da Desclée de Brouwer; o artigo de Jacques Guy Petit *Prisons: Chronique d'une réforme impossible*, inserido no número especial de Janeiro de 2003 da revista HISTOIRE.

- FAVRE, Robert (1978), *La mort au siècle des Lumières*, Lyon, Pul.
- FOUCAULT, Michel (1994), *Dits et Écrits*, Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1973), *Moi, Pierre Rivière ayant égorgé ma Mère, ma Soeur et mon Frère...*, Paris, Éditions Gallimard.
- FOUCAULT, Michel (1975), *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard.
- HOWARD, John (1994), *L'état des prisons*, Paris, Les Éditions de l'Atelier.
- PERROT, Michelle (1977), *Postface à Bentham. Le Panoptique*, Paris, Éditions Pierre Belfond.
- PERROT, Michelle (ed.) (1980), *L'impossible prison...*, Paris, Seuil.
- PERROT, Michelle (2001), *Les ombres de l'Histoire*, Paris, Flammarion.
- PETIT, Jacques-Guy et al. (2002), *Histoire des prisons en France (1789-2000)*, Paris, Éditions Privat.
- PETIT, Jacques-Guy, dir (1984), *La prison, le bagne et l'histoire*, Genève, Librairie des Méridiens.
- PETIT, Jacques-Guy (1990), *Ces peines obscures*, Paris, Fayard.
- TOCQUEVILLE, Alexis de (1984), *Écrits sur le système pénitentiaire*, Paris, Éditions Gallimard.
- VASSEUR, Véronique (2000), *Médecin-chef à la prison de la Santé*, Paris, Le Cherche-Midi.
- VIMONT, J-C. (1993), *La prison politique en France*, Paris, Anthropos.
- VOVELLE, Michel (1974), *Mourir autrefois*, Paris, Gallimard.

STENDHAL EM PORTUGAL: ENSINO E RECEPÇÃO

Ofélia Paiva Monteiro
Universidade de Coimbra

Não são com certeza muito óbvias as razões do tema que me propus desenvolver neste encontro que, ao ser consagrado ao papel da Universidade no intercâmbio cultural entre o nosso País e a França, tão justamente homenageia a fecundante actuação do Prof. Ferreira de Brito na Faculdade de Letras do Porto. Esse tema que elegi – o estudo de Stendhal na Faculdade de Letras de Coimbra e, a acompanhar a questão, alguns dados relativos à recepção portuguesa do escritor – proveio fundamentalmente de ter o romancista polarizado, na década de 60, na leccionação conimbricense da literatura francesa, algumas perspectivas das que então mudavam profundamente o estudo da literatura, e em particular da narrativa, sob um impulso que sobremaneira nos chegava de França. Peço vénia para os elementos autobiográficos que aduzirei.

Andava eu pelos dezoito anos – estava-se em 1953 ou 54 – e frequentava Filologia Românica em Coimbra quando li pela primeira vez Stendhal, mais concretamente *Le Rouge et le Noir*, não porque os programas de Literatura Francesa mo pedissem, mas porque a curiosidade me movera a seleccionar este romance, que constantemente encontrava referido, para preparação de um dos exames finais – três ao longo da licenciatura – da disciplina então chamada “Curso Prático de Língua Francesa”. Um só leitor se encarregava dela para a totalidade dos alunos que seguiam Filologia Românica (uns 90); era um leitor colocado na Faculdade de Letras pelo Governo francês, a cujos quadros de ensino pertencia, um leitor a quem oficialmente cabia, pois, o papel de se tornar um agente dinâmico do ensino e da difusão da língua e da cultura francesas, que gozavam ainda entre nós de muito prestígio; no cumprimento desta missão, esse leitor – Jean Girodon¹ – era uma figura nuclear da vida do

¹ A Jean Girodon se devem trabalhos sobre o ensino do francês e ecos de autores franceses em escritores portugueses, particularmente Eça de Queirós, de quem traduziu *O Crime do Padre Amaro* (*Le Crime du Padre Amaro*, Paris, Éditions de la Différence,

então e ainda hoje chamado Instituto de Estudos Franceses (que Eugénio de Castro havia criado na década de 30), órgão que a Embaixada Francesa e os seus Serviços Culturais entendiam – saudosos tempos! – como um verdadeiro centro representativo e fomentador da cultura do seu País no lato domínio das ciências humanas. Daí o apoio notável que lhe davam: através da Embaixada, a biblioteca do Instituto recebia regularmente contingentes de livros que a mantinham actualizada, beneficiava da assinatura de numerosas revistas, enriquecia-se de material audiovisual, acolhia, para conferências ou concertos, personalidades francesas de vulto e premiava com algumas bolsas de estudo jovens investigadores ou alunos que se tivessem distinguido. Por tudo isto, o Instituto de Estudos Franceses era um espaço que toda a Faculdade de Letras, professores e estudantes (mas também os havia de outras Faculdades), frequentava para ler e conversar um pouco, um espaço onde se respirava com algum desafogo no meio do fechamento que então pesava no País e tanto se reflectia na Universidade: onde mais se encontrariam, por exemplo, a *Nouvelle Revue Française*, *Esprit* ou *Les Temps Modernes*? Poderoso agente do intercâmbio entre a França e Portugal foi assim este núcleo de cultura francesa que dava apoio a investigadores e professores do ensino superior e do ensino secundário e que ajudava a despertar para a aventura intelectual e estética os jovens com alguma sensibilidade e capacidade interrogante.

Homem de cultura abrangente e bom conhecedor das nossas coisas, o Leitor que recordei era exigente, como, aliás, o sistema escolar enquadrante. Preparar o exame final da disciplina que regia representava um esforço apreciável, já que implicava, para além do domínio das matérias e dos textos estudados nas aulas, o conhecimento de assuntos que não tinham sido leccionados, mas tão-só combinados entre o professor e cada aluno para serem alvo de prova oral: um naipe de assuntos de geografia e história de França, a tradução para francês de um texto de autor português razoavelmente longo (um conto de Eça, por exemplo) e, finalmente, o estudo de três obras literárias francesas seleccionadas pelo candidato – uma obra poética (lembro-me de ter escolhido num ano as *Cinq Prières* de Péguy), uma obra dramática (lembro-me de ter estudado, por exemplo,

1985). Citem-se entre os seus estudos: “Eça de Queirós, Flaubert et Anatole France”, in *Bulletin des Études Portugaises*, 20, 1957, pp. 152-207; “O *Egypto* et *Le Nil* de Maxime du Camp”, *ibid.*, 22, 1959-1960, pp.129-186; “Fiches queirosiennes”, *ibid.*, 27, 1966, pp. 189-219.

Antigone de Anouilh), uma obra narrativa (e foi assim que preparei *Le Rouge et le Noir*); o aluno devia ser capaz de realizar uma exposição de um quarto de hora a partir de um tema proposto pelo professor sobre qualquer das obras que tivesse eleito. Como se poderá concluir, este sistema que me compraz evocar, tão grande é o contraste que oferece ao que hoje se passa, impunha beneficentemente aos estudantes um trabalho pessoal árduo mas compensador, que não só lhes desenvolvia a capacidade de pesquisa, a elaboração do pensamento e do discurso e o domínio do Francês, mas também lhes alargava o âmbito do que aprendiam nas duas disciplinas anuais de Literatura Francesa que o curriculum comportava, uma fundamentalmente consagrada ao século XVI – os poetas da “Pléiade” constituíam o seu núcleo forte –, a segunda centrada nas Luzes e no dealbar do Romantismo, tendo por protagonistas Voltaire e Chateaubriand. A França mais moderna chegava-nos assim através do Curso Prático de Francês, quer pelos assuntos e textos trabalhados sistematizadamente nas aulas, quer pela matéria que preparávamos sozinhos; mas as disciplinas de Literatura, a cargo de professores portugueses que, não sendo especialistas da área francesa, procuravam aproximar os conteúdos programáticos de campos da sua pesquisa e do seu interesse, não deixavam de ser motivadoras e formativas, quer pelos temas que propunham, quer pelas perspectivas comparatistas que frequentemente insinuavam, convocando, por exemplo, paralelismos com a nossa história cultural e literária.

Voltando a Stendhal, recorro a reacção compósita que *Le Rouge et le Noir* me provocou: lembro-me de ter admirado a representação histórica oferecida pelo romance, de ter ficado perplexa com o perfil de algumas personagens, sobretudo daquele Julien Sorel tão sensível e tão calculista, de me ter causado estranheza uma escrita narrativa de incisiva secura, a que não estava habituada. Mas o romance conquistou-me e por isso continuei lendo Stendhal – *La Chartreuse de Parme*, *Lucien Leuwen*, as obras autobiográficas, etc. – nos anos que se foram somando até me tornar eu própria, galgada a dificultosa mas tão formativa barreira que era o exame final de Licenciatura e a apresentação da tese exigida pela obtenção do Grau, docente na Faculdade de Letras de Coimbra, encarregada da leccionação da cadeira de Literatura Francesa II, a tal que me tinha oferecido Chateaubriand e Voltaire. Decorria então a problemática década de 60 e eu desejava ir renovando a pouco e pouco o âmbito da disciplina: pelo menos, fazer chegar o programa a épocas mais avançadas de Oitocentos

e comportar autores que não só dessem representação, em obras poética e humanamente ricas, a fulcrais conjunturas ideológicas e estéticas da cultura francesa, mas também propiciassem o lançamento de pontes para uma modernidade mais próxima e se prestassem exemplarmente à convocação de questões colocadas pelas renovadoras orientações críticas que vinham sobretudo de França, então agitada pela “nouvelle critique”, depois de o ter sido, na década anterior, pelo “nouveau roman”². Foi no cumprimento desse voto de oferecer aos alunos um percurso rendoso, cujo saldo pedagógico reunisse o melhor conhecimento de um dado devir literário-cultural e um contacto reflexivo e fruidor com a literatura “tout court”, que decidi introduzir Stendhal na cadeira a meu cargo, com *Le Rouge et le Noir* e *La Chartreuse de Parme* como pilares da leccionação.

Limitar-me-ei a indicar brevemente algumas das perspectivas que o romancista me levou a concitar no campo da questionação da literatura. Essa década de 60 e o início da imediata trouxeram neste domínio, como todos sabem, a forte contestação da historiografia lansoniana e, com ela, não só o desenvolvimento de formalismos de vária índole – alguns exacerbadamente estruturalistas – mas também a deslocação do interesse crítico das questões ligadas ao autor e à dinâmica do acto criativo para as da leitura e da recepção³. A polémica entre Raymond Picard e Roland Barthes, em 1965, foi um dos episódios significativos das discussões que então se travaram entre estudiosos da literatura, discussões que não podiam deixar de atingir quem, como eu, se formara na tradição historiográfica e filológica tão forte em Coimbra, embora sentindo-lhe, e com algum azedume, as limitações; das relutâncias e das anuências que as questionações e terminologias novas me causaram, terá resultado, creio poder pensá-lo, um saldo positivo, que me abriu a mais polifacetada e penetrante abordagem dos textos; e concluo que Stendhal contribuiu para que me equilibrasse entre o choque das orientações, ajudando-me a

² Lembro só que *Les Gommès* e *La Jalousie*, de Robbe-Grillet, datam respectivamente de 53 e 57, sendo este último ano também o de *La Modification* de Butor.

³ Data de 62 *Forme et Signification* de Rousset, de 65 a tradução por Todorov da *Théorie de la Littérature* dos formalistas russos, de 66 *Critique et Vérité* de Roland Barthes, do mesmo ano os dois primeiros volumes e de 72 o terceiro das *Figures* de G. Genette, de 68 o artigo de Barthes *La Mort de l'Auteur*, de 69 a conferência de Foucault *Qu'est-ce qu'un Auteur?*. Procurando recopilar e avaliar as sendas que se abriam, Georges Poulet publicava em 68 *Les Chemins actuels de la Critique*.

constituir as traves-mestras de um credo estético-crítico a que me tenho mantido mais ou menos fiel. Rapidamente explicarei porquê.

Simplificando muito as posições mais relevantes da “nova crítica”, pode dizer-se em lugar primeiro que, reclamando uma perscrutação da obra literária concentrada no que Jakobson tinha designado por “literariedade”, advogou um “fechamento” do texto pelo qual se estudasse o funcionamento do sistema de estruturas que lhe dá corpo, obliterando a sua dimensão de representação, de expressão, ou de intencionalidade. Os formalismos mais drásticos, hoje ultrapassados, tenderam, pois, a colocar fora do campo dos estudos literários a figura do autor e a ponderação da história circunstante ao acto de criação, em proveito de uma atenção à “escrita” que teve o seu lado fecundo no impulso dado à prospecção dos processos que fabricam a configuração do objecto orgânico que é uma obra; e daí o novo surto da retórica ou o desenvolvimento da chamada narratologia.

Ora Stendhal contribuiu para que eu assumisse, nesta ordem de problemas, um eclectismo que continuo a ter por salutar. Mesmo aceitando a distância que vai do autor empírico de uma obra à instância textual que é o seu autor implícito, seria legítimo – perguntava-me – evacuar o homem que se chamou Henri Beyle do estudo da sua produção romanesca, fechando os olhos para as concordâncias que ela apresenta com a sua vasta produção autobiográfica? Não constituiria a totalidade da obra stendhaliana um verdadeiro “espaço autobiográfico”, como Philippe Lejeune considerou a de Gide (Lejeune, 1975)? Ao definir-me pela recusa de eliminar a remissão ao autor no estudo de *Le Rouge et le Noir* ou de *La Chartreuse*, o que me assistia era a convicção, que mantenho, de que a compreensão da essência ficcional da obra literária se enriquece com a sua ancoragem no processo existencial de um Sujeito imerso num dado mundo. Os considerandos sobre a “cristalização” amorosa em *De l'Amour* ou os paradoxos íntimos recordados em *La Vie de Henry Brulard* ou *Souvenirs d'Égotisme* não iluminariam os conflitos e comportamentos paradoxais dos heróis stendhalianos? E o recorte dado à representação histórica em *Le Rouge et le Noir* ou *La Chartreuse* não se entenderia melhor conhecendo a reacção do autor a esse seu tempo, pós-napoleónico e “épicier”, da Restauração e da Monarquia de Julho?

A par desta ordem de questões, ler e estudar Stendhal demandava, porém, com nitidez idêntica, uma abordagem que esclarecesse a complexa organização interna dos seus romances, tão diversa da que na época

era canônica, e atentasse no seu modo peculiar de instaurar personagens e de representar ambientes e situações. Relembro só, a título de exemplo, como um Sorel ou um Fabrice se erigem para o leitor ora porque este assiste ao seu actuar, ora porque penetra no seu mundo íntimo através de monólogos, ora porque vê o que os olhos deles vêem, ora porque conhece o que deles pensam outras personagens ou esse “eu” autoral que tanto se intromete na narração. E não se impunha – particularmente na leitura da enigmática *Chartreuse*, romance picaresco poético, no dizer de Maurice Bardèche (Bardèche, 1969: 396) – a tentativa de preencher as elipses que fragmentam tão modernamente a diegese, à procura de uma coerência narrativa que correlacionasse, por exemplo, o exórdio e o remate, nos explicasse o rendimento de tanto episódio à primeira vista aleatório, ou nos desse para o título uma razão mais profunda do que a ida de Fabrice para a Cartuxa de Parma, rapidamente relatada nas páginas quase finais do romance? Do que digo, penso poder deduzir-se que Stendhal me orientou, no que à pesquisa formal diz respeito, para uma detecção de processos e estruturas posta ao serviço da busca de sentido, nesse esforço de “interpretação” resultante da cumplicidade entre o autor – a consciência estruturante sem a qual não há estrutura, como acentuava Starobinski – e o crítico que lhe interroga a obra, respeitando-a, mas forçosamente imiscuindo nesse acto a sua subjectividade e as preocupações do tempo que é o seu.

Estes considerandos dão-me o elo para uma última ordem de questões que, muito acentuadas pelas orientações críticas então recentes, também o estudo de Stendhal me colocava vivamente: a atenção dirigida para a instância “leitor”, quer se tratasse do leitor “implícito” ou do leitor “ideal”, inscritos na própria conformação de uma obra por a vectorizarem estrategicamente para o acto de leitura e a conquista de certas adesões, quer se tratasse desse leitor-crítico que “concretiza” com a sua historicidade e a sua estesia os “pontos de indeterminação” que todo o texto literário possui (Ingarden, 1973: 269). Lembro as interpelações frequentes que os romances stendhalianos dirigem ao leitor; mas o que agora me importa mais recordar é a aguda consciência que o escritor teve do que é ler e das questões de “legibilidade” que as suas obras colocariam, pela matéria e pela forma. Pertencem à *Vie de Henry Brulard* estas palavras de tão grande modernidade: “Un roman, c’est comme un archet, la caisse du violon qui rend les sons c’est l’âme du lecteur” (Stendhal, 1955: 184); e quem não recorda o célebre “envoi” que termina a *Chartreuse* – “To the

happy few” – ou a afirmação do romancista, igualmente famosa, de escrever para o leitor de 1880, ele, que faleceu em 42?⁴

Não é de estranhar que, instigada pelo próprio Stendhal, me interessasse pois por conhecer um pouco a recepção que em França fora colhendo e que alargasse a Portugal idêntica curiosidade. Sendo o tempo de que disponho muito escasso para desenvolver o que pude concluir, tão esclarecedoramente documentativo da pertinência do que se designa, nas questões de recepção, por “horizonte de expectativa”, limito-me a confirmar a justeza das previsões do romancista, evocando a incapacidade que os seus contemporâneos – um Mérimée ou um Balzac – mostraram de detectar a substância mais intimamente “beyliste” dos seus romances: elogiando a sátira política e social, a análise psicológica e a nitidez incisiva do estilo, censuraram a construção narrativa confusa e fragmentária, sobretudo em *La Chartreuse*, bem como o “cinismo” cruel e amoral de muitas personagens-chave, não tendo olhos que soubessem ver, nos verdadeiros heróis stendhalianos, quase sempre jovens, o idealismo, a delicadeza e a emotividade magoados pela grosseria ambiente, a disposição para o entusiasmo e a sede de felicidade meiga, alegre e simples – essa que Mme de Rênal oferece a Julien Sorel. Entre o fim do século XIX e os anos 40 do século XX, irrompeu, porém, em França, um verdadeiro fervor stendhaliano que congregou artistas e críticos das mais diversas orientações ideológicas e estéticas, de Bourget, Barrès, Léon Blum, a Alain, Gide, Valéry. Circunstâncias várias se haviam reunido para criar novas capacidades de leitura, um outro horizonte de expectativa: tinham sido conhecidas as obras autobiográficas de Stendhal, dera-se, em conexão com desaires da história, uma renovação espiritualista frequentemente repassada de angústia metafísica e de afirmações individualistas de conotações divergentes, Bergson e Freud tinham sublinhado a complexidade do eu, pusera-se generalizadamente em causa a verosimilhança realista, na “razoabilidade” da sua epistemologia e do seu modo de narrar. Não advogava Jacques Rivière em 1913, na *Nouvelle Revue Française*, o “roman d’aventure”, ou seja, aquele cuja credibilidade estivesse na razão directa da imagem que oferecesse da contingência e da complexidade do real, através de um tecido textual aparentemente desordenado – o romance

⁴ No início de *Souvenirs d’Égotisme*, de 1832, afirma Stendhal que os leitores que o viriam a apreciar teriam então dez ou doze anos (Stendhal, 1955: 1427); em *La Vie de Henry Brulard* (Stendhal, 1955: 43), é ao leitor de 1880 que Stendhal se dirige.

que Dostoievsky, Proust, mas também o Stendhal da *Chartreuse*, podiam documentar?

Entre nós, a reacção à obra stendhaliana não deixa de acompanhar genericamente o movimento que em França conheceu. O nome do romancista começa a surgir, modicamente, na segunda metade de Oitocentos – Camilo ou Pinheiro Chagas são dos primeiros a citá-lo cerca dos anos 60 –, em juízos que, invocando sobretudo *De l'Amour*, o apresentam como um dos escritores que defendem a observação rigorosa e se mostram agudos analistas da paixão. No último quartel do século, com a geração positivista-naturalista (Teófilo Braga, Júlio Lourenço Pinto, Moniz Barreto), alarga-se um pouco o interesse pelo romancista, também de um modo geral situado, mas agora com maior relevo e mais lato conhecimento da obra, entre os “realistas psicologistas”. É só, porém, a partir das décadas medianas do século XX que a obra stendhaliana adquire maior projecção, polifacetando-se notoriamente quando reapreciada à luz de critérios ideológicos e estéticos bem diversos, em juízos onde ecoam as inovadoras leituras que tinham surgido em França desde as primeiras décadas de Novecentos. Então aparecem, enfim, as traduções, levadas, aliás, a cabo por escritores notáveis: José Rodrigues Miguéis traduz em 1935 *L'Abbesse de Castro*, José Marinho e Branquinho da Fonseca, nos anos 40, *Le Rouge et le Noir*, Casais Monteiro a *Chartreuse* em 57, Gaspar Simões, em 62, *Lucien Leuwen*, Luísa Neto Jorge e Ramos Rosa, em 71, *La Vie de Henry Brulard*.

Termino esta rapidíssima ronda parando um pouco mais num dos nossos maiores escritores, Eça de Queirós, por julgar rara e perspicaz, pelo final de Oitocentos, a sua reacção à leitura de Stendhal, a estarem correctas as suposições que vou propor. A originalidade dessa reacção não está, como se pode inferir do que ficou já dito, em ver o autor de *Os Maias* colocá-lo, a par de Balzac, entre os precursores da arte naturalista e apontá-lo como modelo de estilo enxuto, pouco cotado entre nós, como se lê no prefácio em francês aposto em 1884 a *O Mandarim*: “Si par hasard on lisait en Portugal Stendhal, on ne pourrait jamais le goûter; ce qui chez lui est exactitude, nous le considérerions stérilité”. O que efectivamente me surpreendeu foi poder colocar a hipótese, a partir de bases textuais, de que Eça tivesse “descoberto” em Stendhal, com particular argúcia, aspectos que não foram vistos ou foram mal acolhidos no seu tempo. Um deles tem a ver com a razão “poética” que, sobretudo na *Chartreuse*, preside à demora em episódios que não servem a sátira política

nem a progressão da acção, mas tão-só recriam para o leitor a qualidade de uma alma fresca e idealista como a de Fabrice, alheia à mesquinhez ambiente. Entre os passos mais belos do romance, justificados por essa “razão poética”, estão as páginas que nos evocam os momentos maravilhosos que o jovem passa, escondido, no campanário da igreja de Grianta, exaltado pela altura que o afasta das ambições vulgares, pela larga e fresca paisagem que abarca, pelas lembranças da sua infância ligada àqueles sítios, pelos sons que lhe chegam da festa popular de “saint Giovita”, com sinos a dobrar, procissão e “mortaretti”⁵. Sobreviverá algum eco desse bem stendhaliano “sublime” no sortilégio da noite maravilhosa que transporta Gonçalo Ramires ao cimo da torre da sua casa secular, depois de eleito deputado, para reconhecer, sob o efeito exaltante da altura, da vastidão da paisagem e dos sons alegres da festa aldeã comemorativa da vitória, a inanidade da vida que o espera?⁶ Outro aspecto da arte stendhaliana que Eça terá surpreendentemente bem captado será o recurso à focalização restritiva que permite ao leitor conhecer de modo vivo a índole de uma personagem. O mais conhecido e ousado trecho exemplificativo desse processo é sem dúvida o que nos faz assistir no capítulo III de *La Chartreuse*, em grande parte pelos olhos do Fabrice adolescente, a episódios da batalha de Waterloo, apreendidos pelo inexperiencede moço como um caótico suceder de lances que ele mal sabe interpretar, perdido na desordem das tropas francesas em que se alistara por devoção ao Napoleão heróico. Cito alguns passos:

À ce moment, un boulet donna dans une ligne de saules, qu'il prit de biais, et Fabrice eut le curieux spectacle de toutes ces petites branches volant de côté et d'autre comme rasées par un coup de

⁵ *La Chartreuse de Parme*, cap. IX. Cito um pequeno passo:

«Tout à fait sous le clocher, une quantité de jeunes filles vêtues de blanc et divisées en différentes troupes étaient occupées à tracer des dessins avec des fleurs rouges, bleues et jaunes sur le sol des rues où devait passer la procession. Mais il y avait un spectacle qui parlait plus vivement à l'âme de Fabrice: du clocher, ses regards plongeaient sur les deux branches du lac à une distance de plusieurs lieues, et cette vue sublime lui fit bientôt oublier toutes les autres; elle réveillait chez lui les sentiments les plus élevés. Tous les souvenirs de son enfance vinrent en foule assiéger sa pensée; et cette journée passée en prison dans un clocher fut peut-être l'une des plus heureuses de sa vie.

Le bonheur le porta à une hauteur de pensée assez étrangère à son caractère».

⁶ *A Ilustre casa de Ramires*, páginas finais do cap. XI.

faux (...) Fabrice était encore dans l'enchantement de ce spectacle curieux, lorsqu'une troupe de généraux, suivis d'une vingtaine de hussards, traversèrent au galop un des angles de la vaste prairie au bord de laquelle il était arrêté: son cheval hennit, se cabra deux ou trois fois de suite, puis donna des coups de tête violents contre la bride qui le retenait. Eh bien, soit! se dit Fabrice.

Le cheval, laissé à lui-même, partit ventre à terre et alla rejoindre l'escorte qui suivait les généraux. Fabrice compta quatre chapeaux bordés. Un quart d'heure après, par quelques mots que dit un hussard son voisin, Fabrice comprit qu'un de ces généraux était le célèbre maréchal Ney. Son bonheur fut au comble; toutefois il ne put deviner lequel des quatre généraux était le maréchal Ney. (...)

L'escorte prit le galop; on traversait une grande pièce de terre labourée, située au delà du canal, et ce champ était jonché de cadavres.

– Les habits rouges! les habits rouges! criaient avec joie les hussards de l'escorte. Et d'abord Fabrice ne comprenait pas; enfin il remarqua qu'en effet presque tous les cadavres étaient vêtus de rouge. Une circonstance lui donna un frisson d'horreur: il remarqua que beaucoup de ces malheureux habits rouges vivaient encore; (...)

Tout à coup on partit au grand galop. Quelques instants après, Fabrice vit, à vingt pas en avant, une terre labourée qui était remuée d'une façon singulière. Le fond des sillons était plein d'eau, et la terre fort humide qui formait la crête de ces sillons, volait en petits fragments noirs lancés à trois ou quatre pieds de haut. Fabrice remarqua en passant cet effet singulier; puis sa pensée se remit à songer à la gloire du maréchal. Il entendit un cri sec auprès de lui: c'étaient deux hussards qui tombaient atteints par des boulets; et, lorsqu'il les regarda, ils étaient déjà à vingt pas de l'escorte.

Pois releiam-se agora algumas das páginas de *A Catástrofe*, a breve narrativa que Eça deixou inédita e que talvez viesse a integrar-se no projecto gorado do romance que se intitularia *A Batalha do Caia*⁷: o “eu” nar-

⁷ *A Catástrofe* surgiu postumamente, em 1925, juntamente com *O Conde de Abranhos*. A partir de elementos colhidos na correspondência de Eça, pode concluir-se que o romance *A Batalha do Caia* estaria delineado já por 1878, tendo como eixo temático uma invasão espanhola que penetraria facilmente no País, moral e materialmente exangue. Lembre-se que, n'Os *Maias*, Eça proclama, na ceia do Hotel Central em que se discute a miséria portuguesa, que não é de reformas que Portugal precisa, mas, sim,

rador também se vê no meio de uma guerra de que nada entende, por ocasião da invasão estrangeira que assola Portugal, caído na mais funda inércia; ele e alguns companheiros da milícia nacional, esfarrapados todos, seguem, sob uma torrencial chuva de Abril, à procura do combate:

Parece que se estava dando uma grande batalha, mas não sabíamos nada. Encontrávamo-nos ali, a meia encosta duma colina que nos escondia a vista da frente, ao pé dum casebre abandonado. Ali permanecíamos havia duas horas, com lama pelos joelhos, encharcados, depois de termos marchado toda a noite, idiotas de fadiga, esfomeados, encostando-nos uns aos outros para não adormecer. (...) A distância, a artilharia troava; outras vezes eram descargas secas, que pareciam o rasgar repentino duma grande peça de seda; mas nem víamos o fumo, naquela névoa de ar e de chuva. Nem sei onde estávamos, nem o que defendíamos. (...)

De repente, um ruído surdo: era uma bateria de artilharia, galopando, a tomar posições: passou como um turbilhão, aos berros, na névoa, na chuva e na lama (...).

Subitamente, à nossa direita, rompe uma fuzilaria; agora sentimos o silvar das balas. Instintivamente abaixamo-nos, num recuo covarde de milícia bisonha... (...)

Diante de mim, um soldado abate-se como um fardo, sobre a lama... e fica imóvel, morto... Agora vemos nuvenzinhas de fumo pardo, que a chuva abala e o vento sacode... O alferes, de repente, cambaleia, cai sobre o joelho (...). (Queirós, s.d.: 414-16)

Sob a diversidade dos textos, que põem em cena protagonistas de índole profundamente distinta – só a inexperiência os aproxima –, integradas em contextos diegéticos que nada têm de comum, não deixa de se sentir, a meu ver, a similitude do processo narrativo adoptado, singular e eficaz⁸.

da invasão espanhola. N' *A Catástrofe* – fragmento ou quem sabe se até o núcleo do romance –, a invasão triunfante e profundamente humilhadora, conduz efectivamente a um acordar do ânimo nacional, traduzido na vontade de resistência.

⁸ À recepção de Stendhal e à acuidade com que ele definiu os leitores que entenderiam a sua obra dediquei o estudo "*To the happy few – Réflexions autour du lecteur-modèle de Stendhal*", Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1984 (sep. de *L'Enseignement et l'Expansion de la Littérature Française au Portugal – Actes du Colloque*, Paris, 21-23 novembre 1983).

Urge terminar, agradecendo ao Prof. Ferreira de Brito ter-nos tão estimulantemente ajudado a “ler” autores franceses e a sondar o eco fecundante que muitos tiveram na nossa cultura; e fazer votos tenazes por que se não perca, nos tempos de mutação que vivemos, a corrente de “simpatia” que, ao longo da história, tanto nos ligou a França.

Referências bibliográficas

- M. BARDÈCHE (1969), *Stendhal Romancier*, Paris, La Table Ronde [1947].
- INGARDEN, R. (1973), *A Obra de Arte Literária* (trad. de *Das literarische Kunstwerk*), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEJEUNE, Philippe (1975), *Le pacte autobiographique*, Paris, Seuil.
- QUEIRÓS, Eça de (s.d.), “A Catástrofe”, *Obras de Eça de Queiroz*, Porto, Lello & Irmão-Editores, vol. III.
- STENDHAL (1955), *Oeuvres Intimes*, Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade.

LES ÉTUDES FRANÇAISES À LA FLUP MÉMOIRES ET PROJECTIONS

Ana Paula Coutinho
Maria de Fátima Outeirinho
Universidade do Porto

1. Les Études Françaises à la FLUP: quelques points de repère

> 1968 – Création de la licence Filologia Românica (Decreto-lei nº 48627/68) à l'Université de Porto, prévoyant différents niveaux de langue française, Littérature Française I (XIXe siècle) et Littérature Française II (XXe siècle) e Linguistique Romane. Les premiers Professeurs dans ce domaine ont été:

Arnaldo Saraiva
Fernanda Irene Fonseca
Joaquim Fonseca
Michel Moreau
Guy Raymond
Nicole Vareta

> 1977 – Création de la licence en Langues et Littératures Modernes avec différentes filières: au début Portugais/ Français, Français/ Anglais, Français/Allemand et, cette année même, Études Françaises.

> **Au niveau du *Cursus*:**

– Introduction progressive de disciplines de Culture et ouverture au domaine de la francophonie (Culture Française, Cultures Régionales Françaises, Études Afro-américaines d'Expression Française, Littératures Africaines d'Expression Française, Littératures Européennes d'Expression Française et Littératures Francophones).

– Présence particulière du texte dramatique dans les *cursus* des études françaises depuis les années 80.

> 1981 – António Ferreira de Brito devient le premier Docteur ès Lettres, spécialité Littérature Française, à Porto (le second au Portugal).

> Professeurs de Culture et Littérature (aux cours des dernières années):

António Ferreira de Brito, Maria do Nascimento Carneiro, Ana Paula Coutinho, Cristina Marinho, Maria de Fátima Outeirinho, Rosa Bizarro, Teresa Praça, Rosário Pontes, José Almeida, Alexandra Moreira da Silva, Serge Abramovici, Marie-Agnès Boxus.

> Lectorat:

Michel Moreau, Nicole Vareta, René Ehrentant, Guy Raymond, F. Michel Baradat, Huguette Rotheval, Martine Rebelo de Carvalho, Annick Perron, M. Getenet, Alain Jacquard, Patrick Dahlet, Véronique Dahlet, Regina Abramovici, Serge Abramovici, Patrick Bernaudeau, Régis Salado, Benoît Conort, Fernando Amorim, Isabelle Serra, Véronique Meron, Françoise Bacquelaine, Dominique Lecloux, Sandra Martins, Marie-Agnès Boxus.

> Lecteurs devenus Assistants:

Huguette Rotheval, Cristina Marinho, José Almeida, Alexandra Moreira da Silva.

> Moments particuliers d'échanges scientifiques:

1985 – Colloque *Victor Hugo e Portugal* (participation d'un nombre considérable de chercheurs portugais et étrangers).

1989 – Colloque *A Recepção da Revolução Francesa em Portugal e no Brasil* (résultat d'un effort d'organisation interdépartemental).

1990 – Colloque *International Edouard Glissant* (résultat d'un effort d'organisation interfacultés et interculturel Porto-Pau).

> Autres repères:

– Création de la Salle Française rendue possible d'après une donation de livres par l'Institut Français de Porto.

– Fin des années 80 – Création du «Núcleo de Estudos Franceses» qui, par la suite, deviendra «Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto».

– 1990 – Création de la revue *Intercâmbio*.

– 2004 – Élargissement du fond bibliographique grâce à la donation de livres de l'Institut Français de Porto.

2. Activités

2.1. Evénements scientifiques

2.1.1. Journées / Actions de Formation

> 1995

> 4º Encontro sobre o Ensino das Línguas Vivas no Ensino Superior em Portugal/ 4ème Rencontre sur l'Enseignement des Langues Vivantes dans l'Enseignement Supérieur au Portugal

> 1996

– 4ème Rencontre des Lecteurs et Assistants de Français de l'Enseignement Supérieur Portugais (en collaboration avec l'Ambassade de France)

– Techniques d'expression dramatique et enseignement du Français Langue Etrangère

– Multimédia et enseignement des langues

> 1997

– Autonomia e Didáctica do Francês Língua Estrangeira: uma nova relação professor/aluno/saber/Autonomie et didactique du français étrangère: un rapport nouveau professeur/étudiant/savoir (**Progama Foco**).

– Informática ao serviço da Didáctica da Língua Estrangeira-Francês/ L'informatique au service de la Didactique en Langue Etrangère, **Maria José Boaventura**

> 1999 – A observação da comunicação não verbal em situação pedagógica/ L'observation de la communication non-verbale en contexte pédagogique, **Clara Ferrão**

– Colocação da voz nas aulas/Projection de la voix en cours, **Alexandre Falcão**

> 2001 – IXème Rencontre des Lecteurs et Assistants de Français de l'Enseignement Supérieur Portugais (Co-organização em colaboração com a Embaixada de França).

- > 2001 – Les stratégies et approches didactiques de l'Europe de demain, **G. De Saint-Moulin** et **V. Louis**
- > 2003 – Formation des traducteurs, **Yves Gambier**
- > 2004 – Évaluation et Apprentissage, **Philippe Meirieu**

2.1.2. Conférences

- > 1980 – *Le conte breton*, **P. J. Helias**
- > 1987 – *Le récit*, **J. M. Adam**
- > 1989
 - *La francophonie, des cultures au politique: un concept global*, **Pierre-André Ladousse**
 - *Français, Langue des autres*, **Salah Stétié**
 - *Les écrivains belges, l'art, la littérature et la langue française à la fin du XIXe siècle*, **Marc Quaghebeur**
 - *Senghor, le Brésil et le Portugal*, **Benjamim Pinto Bull**
- > 1990 – **M. Tournier** (Rencontre entre l'écrivain et ses lecteurs).
- > 1990 – *Introduction à l'œuvre poétique de Jean Mambrino*, **Jean Mambrino**
- > 1998 – *Le théâtre Français contemporain*, **Joseph Danan**
- > 1999 – *Poésie et Philosophie aujourd'hui*, **Michel Deguy**
- > 1999
 - *Ecritures Dramatiques Contemporaines*, **Jean-Pierre Sarrazac**
 - *Le Roman Français Contemporain*, **Bruno Blanckeman**
 - *Comment écrire une littérature européenne*, **Béatrice Didier**
- > 2000 – *La Spécificité de la Littérature belge Francophone contemporaine*, **Marc Quaghebeur**

> 2001 – *L'évolution des écritures dramatiques françaises de 1950 à aujourd'hui*, **Jean-Pierre Sarrazac**

> 2001 – *Le réalisme magique*, **Marc Quaghebeur**

> 2001 – *Portugueses em França – Franceses em Portugal/ Portugais en France – Français au Portugal*, **Brigitte Paulino-Neto e Maria Isabel Barreno**

> 2001 – Conférence d' **Eugène Savitzkaya**

> 2002 – *Diversidade linguística e novos meios de comunicação numa Europa multicultural/ Diversité linguistique et nouveaux moyens de communication dans le cadre d'une Europe multiculturelle*

> 2002 – *Victor Hugo ou la mission du poète*, **Raymond Trousson**

> 2002 – Cycle de Conférences sur *Romantismo e Romanesco*
– *Les profondeurs de l'in vraisemblable: Les Travailleurs de la Mer de Victor Hugo*, **Claude Millet**

– *René et les Espaces*, **Philippe Berthier**

– *Traduções de autores Franceses no Romantismo Português: imagens e modelos literários*, **Álvaro Manuel Machado**

– *O Romance Histórico de Victor Hugo*, **Maria de Fátima Marinho**

> 2003 – *Simenon dans son siècle, Simenon aujourd'hui*, **J. L. Dumortier**

> 2004 – *Hergé, Tintin, 75 ans d'histoire(s)*, **D. Grawez**

> 2004 – *Mai 68*, **Serge Abramovici**

2.1.3. Séminaires

> 1984 – *Approche linguistique et didactique du phénomène de textualité*, **M. Chaladon**

- > 1985 – *La pédagogie de la faute*, **A. Mammerie**
- > 1986 – *Théorie de l'énonciation*, **P. Dalhet**
- > 1996
 - *L'enseignement de la langue maternelle et celui des langues étrangères (relations et problèmes)*, **Michèle Dabène**
 - *Communication et interaction en classe de langue étrangère*, **Michèle Dabène**
- > 1998 – Séminaire sur Bernard Marie Koltés
- > 2000 – *L'Écriture du moi: trois autobiographies féminines (Mme Roland, G. Sand et M. Yourcenar)*, **Béatrice Didier**
- > 2002 – *Mémoires d'Outre-tombe*, **Philippe Berthier**
- > 2004 – *Écrire en français, en Belgique et au Congo: aspects choisis de la francophonie*, **Jean-Claude Kangomba Lulamba**

2.2. Activités autres

Cinéma

- > 1999 – Renoir, M. Carné, J. L. Godard, A. Téchiné, R. Bresson
- > 2001 – Projection au théâtre Nun'Alvares du film *Le Roi Danse* et rencontre avec le réalisateur, Gérard Corbiau
- > 2001-2004 – CinÉmotion, projection hebdomadaire de films liés à le francophonie, suivie de débat.
- > 2003 – *Ailleurs si j'y suis – Crónicas do Além* (de Regina Guimarães e Saguenail) – Rivoli Teatro Municipal
- > 2004 – Cycle du Cinéma Belge Francophone

2.2.1. Ateliers de théâtre

> 1980 – Formation d'un groupe de théâtre (les étudiants ont représenté à la Faculté des pièces ou extraits de Queneau, Tardieu, Anouilh, Hugo).

> 1980 – *Conversation-Sinfonietta*, de Jean Tardieu, mise en scène de F.-M. Baradat, et interprétation des étudiants de Littérature Française I.

> 1985 – Spectacle théâtral à partir de textes de Victor Hugo, mise en scène de Véronique Dahlet et interprétation des étudiants de Français III.

> 1993 – *Caligula* de Albert Camus, mise en scène de Serge Abramovici, interprétation des étudiants de langue française

> 1998 – Groupe de théâtre formé par des étudiants de Langues et Littératures Modernes, dirigé par Ana Maria Uteau.

> *On ne badine pas avec l'auteur*

> *A boca da cena: Pós Acto de A Ilusão Cômica* de Pierre Corneille

> 2001 – Spectacle *Pornowallie*, Artaud Rimbur au théâtre Pé de Vento

> 2001 – Table Ronde avec J.-P Verheggen et Monique Dorsel au théâtre Pé de Vento

Expositions

> 1981 – La presse française au moment de l'élection de F. Mitterrand.

> 1982/3 – Rétrospective de la chanson française.

> 2004 – Exposition intitulée *Du bout des lèvres*.

Concerts de musique

> 1999 – Concert de Musique de Chambre – *Chansons et Poèmes*

> 2004 – *Semaine Culturelle Francophone*

– Concert: *Mémoires Françaises*

> Autres

> 1989 – Co-organização das *Lettres Françaises*, que trouxeram a Portugal vários escritores franceses.

> 1997 – Semaine de la Francophonie: conférences, cinéma, expositions et théâtre.

> 1999 – Quinzaine Culturelle Française – *La langue et le palais*.

> 2000 – 1^o *Encontro Falar (d)as Línguas/ 1ère Rencontre Parler (d)es Langues* (avec DEG et DEAA).

> 2002-2003 – *Projet Échanges* (sur la double appartenance).

> 2003-2004 – *Rendez-vous*, espace d'échanges en français.

> 2004 – *Affiche ton talent*, concours artistique de réalisation d'affiches pour l'exposition intitulée "Du bout des lèvres".

> 2004 – *Semaine Culturelle Francophone*.

> 2004 – Interventions dans l'émission de Bernard Pivot *Double Je*.

3.Publications

3.1. Productions Scientifiques

> *Intercâmbio* (Revista do Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto).

- > 1989 – António Ferreira de Brito, *Revolução Francesa. Emigração e Contra-Revolução*, Núcleo de Estudos Franceses da FLUP.
- > 1989 – António Ferreira de Brito, *Nas Origens do Teatro Francês em Portugal*, Núcleo de Estudos Franceses da FLUP.
- > 1989 – *A Dialéctica da Poesia e da Fé na obra de Jean-Claude Renard*, Núcleo de Estudos Franceses da FLUP.
- > 1991 – António Ferreira de Brito, *Voltaire na Cultura Portuguesa. Os tempos e os modos*, Núcleo de Estudos Franceses da FLUP.
- > 1992 – Maria de Fátima Outeirinho, *Lamartine em Portugal. Alguns aspectos da sua recepção (1840-1890)*, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.
- > 1992 – Maria do Rosário Pontes, *A Poesia Francesa do Século XVIII: André Chénier, Ítaca ou a Poética da Memória*, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.
- > 1992 – Ana Paula Coutinho, *Lorand Gaspar: na terceira margem – uma poética da lucidez*, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.
- > 2000 – António Ferreira de Brito, *Joaquim de Araújo e a Expansão Europeia da Cultura Portuguesa*, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto.

3.2. *Projets et réalisations avec les étudiants*

- > 1988 – Élaboration d'un projet d'un guide original de Porto.
- > 1989 – Revue *BABILLETRÉ* (deux numéros).
- > 1999 – *Littérature de Palais* (anthologie).
- > 2003 – *Dictionnaire des Idées Reçues*

> 2004 – *De l'Amour. Dictionnaire des Idées Reçues.*

> 2004 – *Florilège de Baisers (anthologie).*

4. Conventions

- > **Antwerp** – Hogeschool Antwerpen
- > **Bordeaux** – Université Michel de Montaigne – Bordeaux 3
- > **Bruxelles** – Université Libre de Bruxelles
- > **Gent** – Universiteit Gent
- > **Helsinki** – University of Helsinki
- > **Paris** – Université de Paris VIII
- > **Paris** – Université Sorbonne Nouvelle – Paris III
- > **Pau** – Université de Pau et des Pays de l'Adour
- > **Rennes** – Université de Rennes II
- > **St. Étienne** – Université Jean Monet – St. Étienne
- > **Vienna** – Universität Wien

5. Conférenciers invités

- > 1990 – Yves Alain-Favre
- > 1995 – Maria de Lurdes Machado de Sousa
- > 1995 – Jean-Yves Pouilloux
- > 1997 – Pierre-André Ladousse
- > 1997 – Benjamin Pinto Bull
- > 1999 – Jacques Pêcheur
- > 1999 – Serge Cordellier
- > 1999 – Jean-Pierre Ryngaert

- > 1999 – Jean-Pierre Sarrazac
- > 1999 – Bruno Blanckeman
- > 1999 – Joseph Danan
- > 2000 – Pierre Bayard
- > 2000 – Béatrice Didier
- > 2000 – Marc Quaghebeur
- > 2000 – Damien Zanone
- > 2001 – Bernard Magnier
- > 2001 – Max Milner
- > 2002 – Philippe Berthier
- > 2002 – Claude Millet
- > 2002 – Maria de Fátima Marinho
- > 2002 – Álvaro Manuel Machado
- > 2003 – Patrick Dandrey
- > 2003 – Christine Andreucci
- > 2003 – Marc Fumaroli

6. Écrivains invités

- > 1989 – Edouard Glissant
- > 1989

- Marie Redonnet
- Olivier Rolin
- Michel Host
- François-Olivier Rousseau
- Jean-Marie Laclavetine

- > 1990 – Jean Mambrino

- > 1990 – Michel Tournier

- > 1995 – François Bon

- > 1996 – Yves Bonnefoy

- > 1997 – Bernard Noël

- > 1997 – Salah Stétié

- > 1999
 - Fernando Guimarães
 - Ana Luísa Amaral
 - Regina Guimarães
 - Philippe Denis

- > 1999 – Michel Deguy

- > 2000 – Jean Echenoz

- > 2001 – Eugène Savitzkaya

- > 2002 – Brigitte Paulino-Neto
 - Maria Isabel Barreno

- > 2004 – Michel Host

Porto, octobre 2004

INTERCÂMBIO: RÉTROSPECTIVE ET DÉFIS

José Domingues de Almeida
Université de Porto

La revue *Intercâmbio* constitue, à n'en pas douter, l'une des réalisations les plus solides et les plus durables de la remarquable carrière académique du Prof. António Ferreira de Brito, à qui nous rendons ici un fort juste hommage. Dans le cadre de l'Université de Porto, elle met le français, la littérature et la culture françaises/ francophones à l'honneur.

Dressons-en, d'abord, le bilan diachronique et passons en revue ce qui demeure et ce qui, forcément, évolue. *Intercâmbio* a très justement gardé le même Directeur depuis sa création en 1990, à savoir le Prof. Brito.

Avec les aléas du déménagement de l'ancienne faculté et son installation dans le nouveau bâtiment, que nous occupons aujourd'hui, la propriété de la revue est passée de l'ancienne Salle Française, à l'Institut d'Etudes Françaises dans le contexte renouvelé des Départements, notamment celui qui nous concerne de plus près, le DEPER (Département d'Etudes Portugaises et d'Etudes Romanes, désignation ambiguë s'il en est).

L'élargissement de l'équipe de rédaction, laquelle est passée de cinq à treize membres, témoigne de la vitalité et de l'essor de la revue dont l'intérêt et l'expansion n'ont laissé personne indifférent.

Venons-en au projet de la revue, formulé par le Prof. Brito. Selon le projet établi en 1990, la revue se veut un espace graphique de publication pour enseignants et chercheurs de la FLUP, des Facultés françaises et francophones, voire Départements français des Facultés étrangères. Ce faisant, la revue encourage l'échange culturel inter-universitaire entre la Section Française de la FLUP et ses congénères françaises et des pays francophones¹.

Le projet initial promeut la bilatéralité et la symétrie des rapports culturels franco-portugais dont tout le monde s'accorde pour souligner les fâcheux déséquilibres. Aussi, s'ouvre-t-il à la croissante «lusophilie»² des recherches entreprises par les Départements étrangers.

¹ Brito, António Ferreira de (1990), «Definição dum projecto», *Intercâmbio*, n° 1, p. 7.

² *Ibidem*.

Par ailleurs, le Prof. Brito dégage une conception idéalisée de la culture française, polémique en ces temps relativistes postmodernes, en tant que «modèle supérieur du goût esthétique rationaliste, de socialité entre les hommes [mais, détail important] dans le cadre d'un humanisme riche et nuancé» (Brito, 1990: 7).

Mais António Ferreira de Brito connaît trop bien les évolutions diachroniques de ce modèle, lui qui jetait, dans *Intercâmbio* justement, un regard à la fois critique et lucide, parfois sans appel, sur le devenir du rayonnement culturel français³.

A ce propos, il y a tout lieu d'illustrer les apports critiques de Ferreira de Brito à *Intercâmbio*. Ils reflètent un large savoir, une particulière sensibilité littéraire, un goût esthétique exigeant et surtout une perspicace capacité critique. Ces interventions ne représentent, certes, qu'une mince goutte d'eau dans le vaste océan critique du Professeur de littérature française. En fait, ce dernier a publié bien davantage et surtout ailleurs.

Signalons, au numéro 1, une analyse de la réception de Voltaire dans la culture portugaise des XVIII^e et XIX^e siècles (Brito, 1990); au numéro 2, une étude de la poésie de Lorand Gaspar (Brito, 1991); au numéro 3, une recension du roman très éloquent de Julia Kristeva, *Les Samouraïs* (Brito, 1992). Au numéro 4, on trouve une étude de la présence du personnage *Tartuffe* dans la culture littéraire portugaise (Brito, 1993). Le numéro 5 signale la divulgation d'un *Catéchisme* révolutionnaire (Brito, 1994); le numéro 6 fournit une lucide vue d'ensemble du modèle culturel français (Brito, 1995). Les numéros 8, 10 et 11 (dernier en date) livrent, respectivement, une approche de la poésie de Salah Stétié (Brito, 1997), Edouard Glissant (Brito, 1999) ainsi qu'une étude sur Guerra Junqueiro et l'Ecole (Brito, 2002).

Quelques données statistiques sur *Intercâmbio* permettront, à présent, d'illustrer la diversité et la réussite de cette revue littéraire à bien des égards. Ainsi, sachez que, sur cent cinquante-deux articles publiés à ce jour, 37,5 % l'ont été en portugais, 61,18 % en français et 1,32 % en espagnol.

Sachez aussi que sur ces mêmes cent cinquante-deux articles, trois s'inscrivent sous la rubrique de cette «lusophilie» à l'étranger que le projet appelait de ses vœux. Six articles se penchent, et souvent en français

³ Cf. Brito, António Ferreira de (1995), «Le modèle culturel français: de l'universalisme au narcissisme?», *Intercâmbio*, n° 6, pp. 59-65.

d'ailleurs, sur des thématiques touchant la méthodologie, la didactique et la linguistique. Dix-sept autres articles abordent des thèmes que nous ferons volontiers ressortir à la «périphérie francophone» (Belgique, Suisse, Antilles ou auteurs arabes de langue française). Les cent vingt-six articles restants constituent des apports critiques moins spécifiques.

Ce faisant, la revue *Intercâmbio* s'avère un espace véritablement ouvert à la pluralité des domaines de recherche sur les échanges culturels et littéraires entre le Portugal et la France /Francophonie. Elle rassemble des apports critiques et scientifiques dans un cadre élargi d'intervention: professeurs, chercheurs, assistants, lecteurs et les étudiants de *Mestrado*.

Citons, en guise de rappel, quelques noms-repères d'intervenants aux numéros publiés à ce jour. Outre António Ferreira de Brito, il faut évoquer les noms de Yves-Alain Favre, Jean-Yves Debreuille, Isabel Pires de Lima, Daniel-Henri Pageaux, M^a de Fátima Marinho, M^a Graciete Besse, Régis Salado, Pierre Brunel, Mário Vilela, Álvaro Manuel Machado, Arnaldo Saraiva, M^a da Graça Pinto, Claude Ollier, Leopold Peeters, Luís Adriano Carlos, Elisabeth Démiroglou, M^a do Nascimento Carneiro, Christian Manso, Marc Dambre, José Augusto Seabra, Bruno Blanckman ou Jean-Pierre Sarrazac, entre autres.

Pour l'heure, plusieurs perspectives se présentent aux responsables de la revue, ainsi que plusieurs défis à relever. Je me permettrai d'en dégager les plus urgents ou évidents. Il s'agit de réaffirmer le projet initial dans le cadre renouvelé des Départements et des nouveaux *cursus* de la FLUP. Il faudrait également tâcher d'uniformiser les normes de publication et d'organiser des numéros thématiques, tout en sauvegardant la liberté critique et la sensibilité esthétique des intervenants. Il est aussi important d'encourager la publication de recensions critiques en fin de revue.

En somme, une revue comme *Intercâmbio* concourt à la consolidation identitaire d'une Section, à sa reconnaissance scientifique, et se trouve à l'origine d'un certain prestige et amour propre collectif qu'il serait idiot de rejeter ou de ne pas rechercher dans le contexte des mutations qui s'annoncent. Pour l'anecdote, je me réjouis d'avoir été *reconnu* lors d'un colloque à Bordeaux comme *appartenant* à *Intercâmbio*, ceux de Porto...

Bibliographie

- BRITO, António Ferreira de (1990), «Definição dum projecto», *Intercâmbio*, nº 1, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, p. 7.
- _____ (1990), «Voltaireofobia e voltairofilia na cultura portuguesa dos sécs. XVIII e XIX; os tempos e os modos», *Intercâmbio*, nº 1, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 9-40.
- _____ (1991), «Da poesia como emanção da energia na obra de Lorand Gaspar», *Intercâmbio*, nº 2, Porto, Núcleo de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 36-45.
- _____ (1992), «Requiem pelas vanguardas do século XX (a propósito de *Les Samourais*, de Júlia Kristeva)», *Intercâmbio*, nº 3, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 46-91.
- _____ (1993), «Do *Tartuffe* de Molière ao *Tartufo* de Manuel de Sousa (1768) e ao de Castilho (1870): achegas para o conceito de tradução em Portugal nos séculos XVIII e XIX», *Intercâmbio*, nº 4, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 66-75.
- _____ (1994), «Un catéchisme français au service de la Révolution: un poème à la Raison et à l'Être Suprême», *Intercâmbio*, nº 5, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 57-89.
- _____ (1995), «Le modèle culturel français: de l'universalisme au narcissisme?», *Intercâmbio*, nº 6, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 59-65.
- _____ (1997), «Salah Stétié: "Portrait d'un migrateur"», *Intercâmbio*, nº 8, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 25-31.
- _____ (1999), «Edouard Glissant et la pensée archipélique», *Intercâmbio*, nº 10, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 155-162.
- _____ (2002), «Guerra Junqueiro e a Escola», *Intercâmbio*, nº 11, Porto, Instituto de Estudos Franceses da Universidade do Porto, pp. 247-256.

LA SECTION D'ÉTUDES FRANÇAISES DE LA FLUP. PERSPECTIVES FRANCOPHONES

*Marie-Agnès Boxus
Université de Porto*

Etant donné le peu de temps dont nous disposons pour autant d'interventions, je m'obligerai à être très brève et à ne pas monopoliser excessivement une parole dont mes collègues, qui font l'histoire de la section depuis **beaucoup plus** longtemps que moi, pourraient user à meilleur escient.

Juste dire que ma présence ici constitue sans doute l'une des marques les plus concrètes et les plus officielles actuellement des liens qui ont été tressés depuis longtemps avec non seulement la France mais aussi avec d'autres pays de la francophonie, en l'occurrence avec la Belgique. En effet mon travail de lectrice s'inscrit dans une convention qui lie institutionnellement la Faculté de Lettres avec le Commissariat Général aux Relations Internationales de la Communauté Wallonie-Bruxelles de Belgique depuis maintenant trois ans.

En réalité, il y a trois ans, lorsqu'on m'avait chargée «d'ouvrir un poste» à l'Université de Porto, on m'avait laissé entendre que le terrain était vierge, que tout restait à faire et à construire: c'est avec une âme et un bâton de pionnière que je suis arrivée à la Faculté. C'était un jour nuageux de septembre... Les deux premières collègues que j'ai rencontrées, oh surprise, c'étaient des belges. De Liège en plus, comme moi. Installées à Porto depuis des années, elles ne m'avaient pas attendue pour colorer d'une «touche belge» une fine équipe d'une dizaine de lecteurs de français, parfaitement organisée et débordante d'activité. Ma mission «civilisatrice» s'est donc rapidement reconvertie et reformulée en une question toute simple: comment allais-je pouvoir me rendre utile?

Tout cela pour dire que l'implication de la section d'Etudes Françaises en termes d'ouverture à la francophonie ne date pas d'hier.

Les programmes des licences comptent des cours de littératures dites francophones depuis bien des années et les oeuvres qui représentent ces différentes littératures ont leur place réservée sur les rayons de la bibliothèque de l'Institut. Et tout cela bien avant que le concept de francophonie ne se développe autant et connaisse le succès qui en fait aujourd'hui un phénomène à la mode et un vecteur porteur, même politiquement parlant.

Au cours des dernières années, la section a aussi accueilli la visite de bon nombre d'auteurs, de critiques, de personnalités en relation avec ces différents espaces. En fait, la liste exhaustive des interventions laisse rêveur, tant par leur nombre que par leur diversité et leur qualité: Eugène Savitzkaya, Carino Bucciarelli, Nicole Malinconi pour ne citer qu'eux du côté des auteurs belges. Jean-Louis Dumortier, Marc Quaghebeur, Fabrice Schurmans, Jocelyne de Repentigny, Bénédicte Vauthier, Damien Grawez, Vincent Louis, Jean-Claude Kangomba (et j'en passe) ont abordé en leur temps des sujets de didactique du français, de littérature ou encore d'histoire et de sociolinguistique, soit autant de regards qui se croisaient au-dessus de l'Europe francophone, du Québec, de l'Algérie ou encore du Congo. Pour le Congo, ce n'était pas plus tard qu'en mai dernier. Nous noterons au passage que ces interventions ont relevé pour la plupart d'une heureuse collaboration entre la section d'Etudes Françaises, l'ex-Institut Français de Porto et le CGRI de Belgique.

Les coordinateurs et les membres de la section ne sont pas les seuls à se réjouir de cette joyeuse activité. Les étudiants, vers qui elle est majoritairement dirigée, se montrent toujours partie prenante.

Il y a bien sûr le cas particulier des étudiants francophones qui reviennent de pays limitrophes de la France et où leurs parents ont émigré. Il est évident que ces questions les intéressent puisqu'elles contiennent une part d'eux-mêmes.

Mais au-delà de ces expériences particulières, il y a autre chose. Je ne suis évidemment ni la première ni la seule à remarquer ce fait mais généralement, à une grande ignorance des questions liées à la francophonie succède une grande curiosité, une fois le bout du voile levé.

En effet ce sont des questions qui ouvrent les horizons de mondes singuliers, contrastés, aux richesses extraordinaires et souvent inattendues, ce sont autant de voyages renouvelés dans les géographies des 5 continents, dans les histoires et les littératures de sociétés qui ont connu chacune des circonstances particulières de développement. Et pourtant malgré les différences fondamentales entre ces espaces, nous nous y sentons toujours un peu «chez nous» en fonction du rapport à la France et à la langue française qui les définit et les organise en un grand ensemble relativement cohérent.

La France, elle, a tardé à entendre et à reconnaître les voix de ces communautés qu'elle a pourtant mis au monde à un moment ou l'autre de son histoire sans trop y croire, sans trop le vouloir non plus. C'est que la

notion de filiation implique celle de responsabilité, et cette question de responsabilités, en Afrique par exemple, est une question particulièrement complexe et délicate à traiter.

Aujourd'hui la francophonie, c'est comme un grand corps qui prendrait progressivement conscience de chacun de ses membres. La France a souvent vu dans les discours des francophonistes une tentative quelque peu artificielle pour se faire reconnaître de l'un ou l'autre pays en mal de légitimité, voire de protagonisme. Ce qui n'est peut-être pas complètement faux à la base, mais il n'en demeure pas moins que l'idée a fait son chemin et que ce serait une erreur de sousestimer les enjeux qu'elle représente et de perdre de vue les volontés politiques, économiques et culturelles qui animent le mouvement actuel de densification des relations et des échanges entre les pays francophones.

Il suffit pour en être convaincus de constater l'augmentation exponentielle dans les dernières décennies des publications d'oeuvres et de travaux de recherche, d'anthologies en tous genres ayant un rapport avec le continent africain ou avec le Québec; ou encore de contempler l'action et le développement fulgurant de la chaîne TV5 qui rapproche et rassemble des dizaines de millions de francophones dans le monde entier et donne audience internationale au continent africain; on ne peut pas passer sous silence non plus la consolidation des aspects institutionnels et de la vie associative de la francophonie, etc., etc.

Bref, le message à retenir, ce serait que la section d'Etudes Françaises a raison de jouer la carte de la francophonie et aurait raison de le faire davantage encore. Car pour les amateurs de culture et de littérature en français, il devient de plus en plus difficile, voire impossible, d'ignorer la manière dont les espaces francophones se définissent aujourd'hui et le rôle croissant qu'ils seront logiquement amenés à jouer. Faut-il nous en plaindre? L'opportunité est belle de profiter de tous ces regards différenciés sur la France elle-même. L'opportunité est belle de dépasser notre vision souvent fort eurocentriste de la culture et de tirer parti d'autant de perspectives originales pour nous aider à progresser dans notre compréhension du monde.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE FRANCÊS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO NA FLUP: PASSADO, PRESENTE, FUTURO¹

Rosa Bizarro e Fátima Braga
Universidade do Porto

*“Os professores são potencialmente o trunfo primordial para
a realização da visão de uma sociedade de aprendizagem.”*

(Day, 2001)

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) apresenta, desde a sua criação em 1919² e da sua reabertura em 1961³, a formação de professores como uma das suas vocações maiores⁴. Nos textos legais que enquadram a implementação da FLUP está contemplada uma tripla missão formada pela *preparação profissional*, pela *investigação científica* e pelo *ensino cultural*. Em conformidade, nela foram formados largos milhares de bacharéis e de licenciados, cujo destino profissional por excelência foi o ensino.

Os Estudos Franceses tiveram um lugar de destaque na realização desta missão; primeiro, com a criação, em 1968, da licenciatura em Filologia Românica, depois, com a sua reformulação na licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, que começou a funcionar em 1977. Em 1988, com a publicação da portaria nº 659 de 29 de Setembro e da correspondente revisão curricular dos cursos (ao nível da licenciatura) ministrados pela FLUP, integrando a criação do chamado “ramo educacional”, a formação inicial de professores consolidou-se, de modo particular, tendo sido responsável pela profissionalização de milhares de docentes do 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário⁵.

¹ Este texto pretende ser uma súmula dos contributos dados pelas suas autoras, em versão oral, na Jornada “O Intercâmbio Portugal-França. Contributos da Universidade”, realizada (por iniciativa das colegas Ana Paula Coutinho e Fátima Outeirinho) em homenagem ao Professor Doutor António Ferreira de Brito, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em Novembro de 2004.

² Cf. Lei nº 861 de 27 de Agosto de 1919.

³ Cf. Decreto-Lei nº 43 864 de 17 de Agosto de 1961.

⁴ Vide BIZARRO e BRAGA, 2004a: no prelo.

⁵ Vide Bizarro e Braga, 2004b: no prelo.

No âmbito destas licenciaturas e, até final de 2003-2004, mais de 4500 docentes dos ensinos básico e secundário, dos quais mais de 900 habilitados para o ensino do Francês Língua Estrangeira, realizaram a sua formação inicial na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os Estudos Franceses da FLUP participaram, assim, directamente, na formação de *“professores preparados e capacitados para a entrada na vida activa com um estatuto profissional definido”* (VAZ, 1986: 184), mediante a oferta de licenciaturas que apostaram na informação, na reflexão e na competência dos futuros profissionais de ensino.

O Ramo Educacional de Francês assentou numa perspectiva conceptual e organizativa inovadora, que defendeu a partilha da formação entre profissionais dos diversos graus de ensino – básico, secundário e superior. Tratou-se de uma perspectiva criadora de sinergias entre diferentes estruturas do sistema educativo, propiciadora, para o formando, de um espaço de acção que o tornou sujeito da formação e não apenas objecto. Sucessivos ajustamentos da orientação das actividades de estágio foram permitindo a aproximação da estrutura da formação ao estabelecido para a supervisão clínica, com destaque para a discussão prévia da planificação, seguida da observação de aulas e posterior discussão.

Consciente de que *“não é por ter uma vertente profissionalizante que a formação de professores deve deixar de ser realizada nas Universidades. [E de que] pelo contrário, a sua sólida base cultural, a sua íntima ligação com a investigação sugerem que as Universidades são, na verdade, locais privilegiados para a realizar.”* (CRUP, 1997: 11), a FLUP optou, em 2004-2005, no âmbito de uma reformulação geral das ofertas de formação ao nível da formação pré-graduada, pelo desenvolvimento de licenciaturas de quatro anos, que conjugaram a formação na especialidade com a formação educacional, seguidas de um diploma de especialização em ensino, com a duração de um ano, consagrado ao estágio de prática pedagógica e à realização de um seminário de investigação e reflexão sobre a prática docente. Este seminário, no caso do Francês, foi também aberto aos respectivos orientadores de estágio, permitindo que o estágio pedagógico se fosse tornando um momento privilegiado para a integração de saberes oriundos dos dois mundos em que o professor em formação se desenvolve profissionalmente: o mundo da escola e o mundo da instituição de formação inicial (CRUP, 1997), consubstanciando-se numa lógica de formação com três vertentes – a investigação, a reflexão e a acção.

A partir de 1989, com a publicação do *Regime Jurídico da Formação Contínua dos Professores*⁶, que veio regular, de forma genérica, a formação dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário e de 1990, com o contributo dado pela publicação do *Estatuto da Carreira dos Educadores e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário*⁷, que se refere à formação contínua como uma das modalidades de formação a valorizar no exercício das funções docentes de todos os níveis de ensino (excluindo o superior), os Estudos Franceses alargaram o seu espaço de intervenção, tendo sido responsáveis pela realização, desde essa data, até ao momento presente, de dezenas de acções de formação contínua destinadas, especificamente, aos docentes dos ensinos básico e secundário.

A título de exemplo, assinalaremos as formações que, acreditadas pelo Conselho Coordenador da Formação Contínua, foram financiadas pelo programa FOCO e realizadas na FLUP:

- “Francês Língua Estrangeira: Questões Literárias, Culturais e Metodológicas” (1993)
- “Autonomia e Didáctica do FLE: uma nova relação professor-aluno-saber” (1997 e 1998)
- “Aprendizagem integrada do FLE: promoção da autonomia e avaliação processual” (2000)
- “O que contam os contos? Os contos e o ensino: sua abordagem simbólica” (2004)

Paralelamente, a Secção de Estudos Franceses⁸ foi também responsável pela promoção e/ou organização de diferentes colóquios, congressos, encontros, conferências, seminários, jornadas de formação ou

⁶ Cf. Decreto-Lei n.º 344/89 de 11 de Outubro, complementado por: Decreto-Lei n.º 249/92, de 9 de Novembro; Decreto Regulamentar n.º 29/92, de 9 de Novembro; Lei n.º 60/93, de 20 de Agosto; Decreto-Lei n.º 274/94, de 28 de Outubro; Despacho n.º 28/XIII/ME/95, publicado em 20 de Dezembro; Despacho n.º 38/ME/95, de 20 de Dezembro; Decreto-Lei n.º 207/96, de 2 de Novembro; Despacho n.º 4469/97, de 4 de Julho.

⁷ Cf. Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril.

⁸ Sediada, na sua configuração actual, no Departamento de Estudos Portugueses e Estudos Românicos – DEPER, instituído pelos Estatutos da FLUP, publicados no Diário da República, II Série, n.º 103, de 4 de Maio de 2000.

outros eventos similares⁹, os quais, destinando-se a investigadores, mas também a docentes dos diferentes níveis de ensino, assim como a estudantes de licenciaturas ligadas à formação de professores de Francês e a orientadores/supervisores de estágio, possibilitaram uma actualização contínua dos saberes e competências inerentes à inteligibilidade da educação, em geral, e do papel que a área do Francês, em particular, pode desempenhar a curto, médio e longo prazos.

Acresce referir o contributo dado na área da formação pós-graduada e especializada (cursos e diplomas de especialização, mestrados, doutoramentos e cursos de estudos integrados de mestrado e doutoramento), cujo historial não nos cabe aqui concretizar, mas cuja importância cumpre referir. Dessas formações, destacaremos o Curso de Formação Especializada Pós-Licenciatura “*Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores – Francês*” (2002), pelo seu carácter pioneiro e pelo envolvimento inter-faculdades na sua planificação, organização e realização. Destinado, especificamente, a professores do ensino básico e do ensino secundário e orientadores de estágio pedagógico de professores, este curso (da responsabilidade primeira da Reitoria da Universidade do Porto) pretendeu, “*de modo essencial, levar o formando a aprofundar e a actualizar as competências de supervisão nos vários domínios do processo de ensino-aprendizagem das várias áreas disciplinares.*”¹⁰, no sentido de “*formar orientadores dotados de competências reflexivas:*

- *tecnicamente competentes no ensino e na gestão do processo de aprendizagem (conhecedores dos conteúdos, dos métodos e dos suportes)*
- *analíticos nas suas práticas (conhecedores do currículo, das finalidades, dos contextos educativos e de técnicas de formação)*
- *conscientes de que o ensino é uma actividade com consequências éticas e morais (conhecedores de si e da deontologia profissional)*
- *detentores de capacidade de decisão em contextos interdisciplinares de cooperação (conhecedores das potencialidades do trabalho de projecto, em diferentes níveis de implementação)*¹¹.

⁹ Vide, a título de exemplo, informações veiculadas por Coutinho e Outeirinho, 2004: no prelo.

¹⁰ In Documento de Apresentação do Curso: 2.

¹¹ *Idem*.

Os Estudos Franceses, ao participarem directamente nesta formação¹², posicionaram-se, de modo inequívoco, do lado da qualificação das funções docentes e das de formadores de professores.

Na verdade, o Curso de Formação Especializada Pós-Licenciatura “*Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores – Francês*” acompanhou o movimento de todos os países desenvolvidos no sentido da educação permanente como motor de crescimento e de adaptação à mudança. Ele correspondeu, por um lado, às expectativas de muitos dos orientadores/supervisores que há longos anos colaboravam com a FLUP na formação inicial de professores de Francês e, por outro, às de muitos jovens docentes que encontram, na formação especializada de nível pós-graduado¹³, habilitação para o desempenho de cargos e funções pedagógicas relevantes para o desenvolvimento do sistema educativo, nomeadamente para “*o exercício de funções de coordenação e consultoria de projectos e actividades curriculares e apoio a áreas curriculares específicas*” (Dec. Lei nº 95/97, artº 3º, alínea e) e para a “*supervisão pedagógica e formação de formadores, visando qualificar para o exercício de funções de orientação e supervisão da formação inicial e contínua de educadores e professores*” (*idem*, alínea f).

A Secção de Estudos Franceses teve, assim, oportunidade de enriquecer o contributo que tem dado à formação de professores, instaurando uma lógica de formação permanente que soube articular a formação inicial de professores com uma formação inicial de orientadores/supervisores de estágio pedagógico que, em formação contínua, tiveram acesso a novas aquisições através da mobilização das competências cognitivas, metacognitivas e sócio-afectivas.

Se, com a variedade de acções e eventos de formação contínua inicialmente propostos, os Estudos Franceses deram respostas às perguntas:

¹² Que pretendia, ainda: “– *promover uma auto-reflexão crítica sobre a prática docente e a prática de formador; – consciencializar o formando para uma perspectiva de formação necessariamente aberta à aquisição de novos saberes e novas competências; – valorizar a capacidade de auto-realização transformadora, no encontro com outros agentes de formação de diferentes níveis e tipos de conhecimentos, na convicção de que o trabalho em equipa constitui um dos suportes básicos para o desenvolvimento pessoal, profissional e social do indivíduo.*” (*idem, ibidem*).

¹³ Enquadrada pelo Dec. Lei nº 95/97 de 23 de Abril, que fixa o regime jurídico da formação especializada.

- i) *o que ensinar/aprender?*, que se consubstanciou na aquisição de saberes e competências relativos ao *saber*, ao *saber fazer*, ao *saber comunicar* e ao *saber ser*;
- ii) *como ensinar e aprender?* que se concretizou não só na aquisição de conhecimentos e de propostas de soluções, bem como na implementação de acções que enfatizaram representações sociais e o progressivo conhecimento de si como indivíduo e como ser social,

foi, no universo da formação especializada aqui referida, que os formandos realizaram as suas aquisições em função dos interesses de cada um, constantemente mobilizados e questionados nas rotinas em que as práticas assentam. Deste modo, procuraram-se respostas para a pergunta *porquê ensinar e aprender?*, no reforço da competência de *pensar sobre o pensar* e da procura do significado das acções e dos pensamentos (GOGUELIN, 1991).

Sabendo que o contributo dos professores é crucial para a construção confiante, determinada e responsável do futuro (UNESCO, 1998) e que o esforço de pensar e propor novas formações se torna premente, a curto prazo, até pelas implicações para o ensino superior decorrentes da adopção da Declaração de Bolonha¹⁴, a Secção de Estudos Franceses da FLUP antevê a necessidade de, a curto prazo, estabelecer novos planos de estudo de primeiro, segundo e terceiro ciclos do ensino superior universitário, na certeza de que a formação específica de professores de qualquer nível de ensino só fará sentido se consubstanciada numa formação obrigatória de 2º ciclo.

Dado que “a formação [de professores] não se pode reduzir à sua dimensão académica (aprendizagem de conteúdos organizados por disciplinas), mas tem de integrar uma componente prática e reflexiva. [pois] Só esta componente permite [...] o desenvolvimento da sua capacidade de compreensão do real através da observação e da intervenção.” (CRUP, *ibidem*: 8), será de exigir uma formação inicial de professores de Francês em dois ciclos de estudo, com um total de 240 ECTS.

¹⁴ Prevê-se que a implementação dos primeiros e segundos ciclos de estudos configurados segundo os princípios da declaração de Bolonha possam entrar em vigor, na FLUP, em 2007-2008.

Perspectivam-se, por conseguinte, alguns desafios importantes para a área de Estudos Franceses na FLUP: a adopção de novos *curricula*, novos métodos de trabalho, novas formas de avaliação.

A própria formação prática do futuro docente de Francês exigirá que algumas medidas sejam tomadas no imediato para reforçar a qualidade da formação de professores por ela assegurada e a adequação às exigências intrínsecas e extrínsecas da profissão. Neste sentido, e de modo sintético, defendemos para a FLUP:

- a escolha das escolas/ centros de estágio, realizada em verdadeira parceria, com a instituição de ensino superior;
- a selecção pela Faculdade dos orientadores que consigo colaboram nesta formação;
- a definição do perfil profissional do Orientador de estágio;
- a preparação científico-pedagógico dos docentes que, em nome da FLUP, se responsabilizam pelo acompanhamento e formação da prática pedagógica.

Sem esgotar a sua acção na formação de professores, a área de Estudos Franceses da FLUP sabe que *“quanto maior for a importância atribuída à Educação como um todo – seja com vista à transmissão cultural, à coesão e justiça sociais, ou ao desenvolvimento dos recursos humanos, tão críticos nas economias modernas e baseadas na tecnologia – maior deverá ser a prioridade concedida aos professores responsáveis por essa mesma educação.”* (OCDE, 1989: 15).

Referências bibliográficas

- DAY, C. (2001), *Desenvolvimento Profissional de Professores – os desafios da aprendizagem permanente*. Porto: Porto Editora.
- BIZARRO, R. e BRAGA, F. (2004a), “A formação inicial de professores na FLUP: contributos para a memória dos factos”. *Ensaio de Homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: no prelo.
- BIZARRO, R. e BRAGA, F. (2004b), “A Formação de Professores dos Ensinos Básico e Secundário na FLUP: do trabalho feito aos desa-

- ... fios que se impõem”. *Actas do Encontro Prospectivo “Porto Cidade Região”*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto: no prelo.
- COUTINHO, A. P. e OUTEIRINHO, F. (2004), “Os Estudos Franceses na FLUP. Memórias e Projecções”. *Intercâmbio – n.º especial*: no prelo.
- CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas) (1997), *A formação de Professores no Portugal de Hoje*. (texto policopiado).
- GOGUELIN, P. (1991), *La formation-animation: une vocation*. Paris: ESF.
- OCDE (1989), *The condition of teaching: general report*. Paris: OCDE.
- UNIVERSIDADE DO PORTO (2002), *Documento de apresentação do Curso de Formação Especializada Pós-Licenciatura “Supervisão Pedagógica e Formação de Formadores – Francês”* (texto policopiado).
- UNESCO (1998), *Rapport mondial sur l’éducation. Les enseignants et l’enseignement dans un monde en mutation*. Paris, UNESCO.
- VAZ, A. (1986), *Licenciaturas do Ramo de Formação Educacional e Licenciaturas em Ensino – Um estudo de avaliação*. Lisboa: GEP – MEC.